

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	212
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	216
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	217
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	219

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	220
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	221

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.874.070.932
Preferenciais	0
Total	1.874.070.932
Em Tesouraria	
Ordinárias	5.440.772
Preferenciais	0
Total	5.440.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	33.789.040	20.441.943	20.812.776
1.01	Ativo Circulante	3.723.590	3.443.812	5.704.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.718.077	1.149.267	3.490.707
1.01.06	Tributos a Recuperar	256.597	176.525	80.458
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	256.597	176.525	80.458
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	222.981	141.018	47.151
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	33.616	35.507	33.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.748.916	2.118.020	2.133.768
1.01.08.03	Outros	1.748.916	2.118.020	2.133.768
1.01.08.03.01	Títulos de valores mobiliários	893.087	788.965	910.064
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	54.963	0	0
1.01.08.03.03	Recebíveis de partes relacionadas	135.924	286.993	354.285
1.01.08.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	540.091	160.694	22.684
1.01.08.03.05	Outros ativos financeiros	0	779.695	708.783
1.01.08.03.06	Outros ativos	124.851	101.673	137.952
1.02	Ativo Não Circulante	30.065.450	16.998.131	15.107.843
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.252.336	3.568.555	2.333.441
1.02.01.07	Tributos Diferidos	777.686	54.032	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	777.686	54.032	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.474.650	3.514.523	2.333.441
1.02.01.10.03	Recebíveis de partes relacionadas	393.440	473.349	423.707
1.02.01.10.04	Outros tributos a recuperar	42.932	37.533	41.516
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	431.591	380.727	349.416
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	2.507.893	2.457.604	1.359.821
1.02.01.10.07	Outros ativos	67.613	165.310	158.981
1.02.01.10.09	Caixa restrito	31.181	0	0
1.02.02	Investimentos	25.724.132	13.341.117	12.695.102
1.02.02.01	Participações Societárias	25.724.132	13.341.117	12.695.102

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	447.523	333.705	325.695
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	14.339.946	10.692.875	9.973.970
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	10.936.663	2.314.537	2.395.437
1.02.03	Imobilizado	87.178	86.268	76.001
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.007	61.459	57.316
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	34.171	24.809	18.685
1.02.04	Intangível	1.804	2.191	3.299
1.02.04.01	Intangíveis	1.804	2.191	3.299

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	33.789.040	20.441.943	20.812.776
2.01	Passivo Circulante	1.935.363	774.742	2.437.233
2.01.02	Fornecedores	4.506	4.066	5.175
2.01.03	Obrigações Fiscais	138.969	127.939	144.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	138.969	127.939	144.282
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.013	2.571	1.191
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	134.956	125.368	143.091
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	278.216	11.108	1.163.444
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	269.793	0	1.161.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	208.840	0	1.161.406
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.953	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	8.423	11.108	2.038
2.01.05	Outras Obrigações	1.513.672	631.629	1.124.332
2.01.05.02	Outros	1.513.672	631.629	1.124.332
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	754.282	216.929	588.752
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	31.202	7.291	0
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	57.393	25.168	34.140
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	302.607	278.740	430.531
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	368.188	103.501	70.909
2.02	Passivo Não Circulante	17.112.740	8.819.536	7.821.809
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.926.087	17.037	583.646
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.894.463	0	566.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.729.274	0	566.054
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.165.189	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	31.624	17.037	17.592
2.02.02	Outras Obrigações	9.186.653	8.802.499	7.079.209
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.397.822	7.096.139	5.549.607
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.397.822	7.096.139	5.549.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02	Outros	1.788.831	1.706.360	1.529.602
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	0	387.044	611.537
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	110.278	124.171	47.985
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	141.423	141.233	141.349
2.02.02.02.06	Provisão para demanda judicial	361.859	308.819	301.378
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-empregos	219	177	184
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	818.610	286.064	274.342
2.02.02.02.09	Investimentos com passivo a descoberto	356.442	458.852	152.827
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	158.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	158.954
2.03	Patrimônio Líquido	14.740.937	10.847.665	10.553.734
2.03.01	Capital Social Realizado	6.365.853	5.727.478	5.045.214
2.03.02	Reservas de Capital	-1.759.299	-1.523.288	-1.070.786
2.03.02.04	Opções Outorgadas	-1.690.235	-939.347	-958.001
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-69.064	-583.941	-112.785
2.03.04	Reservas de Lucros	10.655.992	6.896.085	6.928.807
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-521.609	-252.610	-349.501
2.03.08.01	Outros componentes do patrimônio líquido	-521.609	-252.610	-349.501

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.657.145	1.073.636	2.446.234
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-295.476	-181.418	-190.852
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	428.891
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	381.380	-11.454	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.571.241	1.266.508	2.208.195
3.04.06.01	Equivalência patrimonial em associadas	6.748.458	1.347.408	2.327.698
3.04.06.02	Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	-177.217	-80.900	-119.503
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.657.145	1.073.636	2.446.234
3.06	Resultado Financeiro	-1.161.845	-399.171	102.167
3.06.01	Receitas Financeiras	469.536	1.720.034	779.674
3.06.01.01	Receita Financeira	208.103	188.005	386.367
3.06.01.03	Derivativos	261.433	1.532.029	393.307
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.631.381	-2.119.205	-677.507
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.130.433	-719.523	-490.891
3.06.02.02	Variação cambial	-500.948	-1.399.682	-186.616
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.495.300	674.465	2.548.401
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	627.916	177.393	-134.017
3.08.01	Corrente	312	-39	-41.473
3.08.02	Diferido	627.604	177.432	-92.544
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.123.216	851.858	2.414.384
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	11.021
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	11.021
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.123.216	851.858	2.425.405

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	6.123.216	851.858	2.425.405
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-268.999	96.891	-253.507
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	297.044	624.257	83.723
4.02.02	Ganho (perda) com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	-609.532	-526.856	-256.782
4.02.05	(Perdas) atuariais de plano de benefícios definido	42.120	-1.192	-80.640
4.02.06	Tributo diferido	0	405	0
4.02.07	Realização do valor justo de propriedade para investimento	1.369	277	192
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.854.217	948.749	2.171.898

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-357.374	-489.406	122.639
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-162.381	-149.922	-197.637
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.495.300	674.465	2.548.401
6.01.01.02	Depreciação e amortização	13.403	11.411	12.107
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-6.748.458	-1.347.408	-2.327.698
6.01.01.04	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	177.217	80.900	119.503
6.01.01.05	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	667	96	-3.821
6.01.01.06	Opção de ações outorgadas	26.672	5.303	41.549
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	93.039	-62.756	29.461
6.01.01.09	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.180.557	417.396	-93.473
6.01.01.10	Outros	-14.514	8.307	18.615
6.01.01.11	Provisão de bônus e participação no resultado	44.140	23.876	19.182
6.01.01.12	Cessão de direitos creditórios	0	68.311	-410.000
6.01.01.13	Ganho com ações indenizatórias	0	0	-50.284
6.01.01.14	Recuperação de créditos fiscais	-14.136	-29.823	-101.179
6.01.01.15	Ganho proveniente de compra vantajosa	-416.268	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-194.993	-339.484	320.276
6.01.02.02	Outros tributos, líquidos	-26.161	-26.554	20.687
6.01.02.03	Partes relacionadas	-31.638	-194.822	-30.284
6.01.02.04	Fornecedores	167	-3.128	-29
6.01.02.05	Ordenados e salários a pagar	-15.676	-18.076	-14.460
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais	-6.400	-16.607	-23.004
6.01.02.08	Outros ativos e passivos, líquidos.	-59.820	27.669	-27.000
6.01.02.09	Recebimento de direitos creditórios	0	-31.857	410.000
6.01.02.10	Depósito judicial	-37.777	-279	-8.381
6.01.02.11	Operação descontinuada	0	0	-7.253
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social (i)	-17.688	-75.830	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	705.762	653.145	3.500.958

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-439.964	-11.142	-49.638
6.02.02	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	588.562	1.417	79.744
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-723	-10.630	-4.797
6.02.04	Aplicação em título e valores mobiliários	-62.347	142.392	-766.082
6.02.05	Dividendos recebidos de controladas e associadas	895.022	821.108	2.744.076
6.02.08	Outros ativos financeiros	0	-290.000	0
6.02.10	Outros	-4.475	0	0
6.02.11	Redução de capital subsidiárias	0	0	10.550
6.02.12	Redução de capital subsidiárias	0	0	1.487.105
6.02.13	Caixa restrito	-31.181	0	0
6.02.14	Caixa na operação de incorporação	353.601	0	0
6.02.15	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	-592.733	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	210.387	-2.505.760	-1.060.967
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.986.070	0	1.692.647
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-5.427	-1.700.000	0
6.03.03	Pagamento de juros s/ empréstimos e financiamentos	-262.407	-35.203	-54.787
6.03.04	Partes relacionadas	-387.534	-205.828	-232.495
6.03.05	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-123.042	-54.651	37.765
6.03.06	Outros	963	0	0
6.03.07	Dividendos pagos	-1.181.011	-574.140	-389.256
6.03.08	Recompra de ações próprias	-4.778	-485.042	0
6.03.09	Subscrição de acionistas não controladores	0	0	1.192
6.03.10	Subscrição de acionistas não controladores	-290.285	0	-2.067.296
6.03.11	Amortização e principal sobre arrendamentos	-3.689	-1.466	-1.544
6.03.12	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-3.554	-1.523	-1.416
6.03.13	Pagamento de remuneração baseada em ações	-14.688	-20.281	-45.777
6.03.17	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	520.674	572.374	0
6.03.18	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	-227.012	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.19	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	197.679	0	0
6.03.20	Venda de participação societária em controladas	8.428	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	10.035	581	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	568.810	-2.341.440	2.562.630
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.149.267	3.490.707	928.077
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.718.077	1.149.267	3.490.707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665
5.04	Transações de Capital com os Sócios	638.375	-1.558.967	-909.046	-1.454.263	0	-3.283.901
5.04.01	Aumentos de Capital	638.375	-638.375	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-7.942	0	0	0	-7.942
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.778	0	0	0	-4.778
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	8.428	0	0	0	8.428
5.04.06	Dividendos	0	0	-412.130	-1.454.263	0	-1.866.393
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	496.916	-496.916	0	0	0
5.04.09	Opções sobre ações exercidas liquidação em ações	0	-12.659	0	0	0	-12.659
5.04.15	Reestruturação societária	0	-1.400.557	0	0	0	-1.400.557
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.123.216	-268.999	5.854.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.123.216	0	6.123.216
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-268.999	-268.999
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	297.044	297.044
5.05.02.06	Perdas atuarias com plano de beneficio definido líquido de imposto	0	0	0	0	42.120	42.120
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	1.369	1.369
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-609.532	-609.532
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.322.956	4.668.953	-4.668.953	0	1.322.956
5.06.04	Constituição de Reservas	0	0	306.160	-306.160	0	0
5.06.05	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	4.362.793	-4.362.793	0	0
5.06.09	Mudança de participação em subsidiária	0	1.322.956	0	0	0	1.322.956
5.07	Saldos Finais	6.365.853	-1.759.299	10.655.992	0	-521.609	14.740.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734
5.04	Transações de Capital com os Sócios	682.264	-497.071	-32.722	-851.858	0	-699.387
5.04.01	Aumentos de Capital	682.264	0	-682.264	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.262	0	0	0	11.262
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-485.042	0	0	0	-485.042
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.316	0	-202.316
5.04.10	Opções sobre ações exercidas liquidação em caixa	0	-22.758	0	0	0	-22.758
5.04.12	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-533	0	0	0	-533
5.04.13	Constituição de reserva legal	0	0	42.593	-42.593	0	0
5.04.14	Constituição de reserva estatutária	0	0	606.949	-606.949	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	851.858	96.891	948.749
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	851.858	0	851.858
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	96.891	96.891
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	624.257	624.257
5.05.02.06	Perdas atuarias com plano de beneficio definido líquido de imposto	0	0	0	0	-787	-787
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	277	277
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-526.856	-526.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	44.569	0	0	0	44.569
5.06.09	Mudança de participação em subsidiária	0	44.569	0	0	0	44.569
5.07	Saldos Finais	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.418.476	-236.739	5.842.972	0	-95.994	9.928.715
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.418.476	-236.739	5.842.972	0	-95.994	9.928.715
5.04	Transações de Capital com os Sócios	626.738	111.987	-763.536	-576.034	0	-600.845
5.04.01	Aumentos de Capital	626.738	-367.242	-259.496	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33.888	0	0	0	33.888
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-19.353	0	0	0	-19.353
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-576.034	0	-576.034
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	524.791	-524.791	0	0	0
5.04.09	Opções sobre ações exercidas liquidação em ações	0	-14.320	0	0	0	-14.320
5.04.10	Opções sobre ações exercidas liquidação em caixa	0	-45.777	0	0	0	-45.777
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	20.751	0	0	20.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.425.405	-253.507	2.171.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.425.405	0	2.425.405
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-253.507	-253.507
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	83.723	83.723
5.05.02.06	Perdas atuarias com plano de beneficio definido líquido de imposto	0	0	0	0	-80.640	-80.640
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	192	192
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-256.782	-256.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-946.034	1.849.371	-1.849.371	0	-946.034
5.06.04	Constituição de Reservas	0	0	121.270	-121.270	0	0
5.06.05	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	1.728.101	-1.728.101	0	0
5.06.06	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.093.117	0	0	0	-1.093.117
5.06.07	Constituição de Reservas	0	141.568	0	0	0	141.568
5.06.08	Realização da Reserva Reavaliação	0	5.515	0	0	0	5.515
5.07	Saldos Finais	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	438.045	-68.545	370.978
7.01.02	Outras Receitas	438.045	-68.545	370.978
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-179.774	-47.300	-72.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-179.774	-47.300	-72.415
7.03	Valor Adicionado Bruto	258.271	-115.845	298.563
7.04	Retenções	-13.403	-11.411	-12.107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.403	-11.411	-12.107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	244.868	-127.256	286.456
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.779.344	1.454.513	2.605.583
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-177.217	-80.900	2.208.195
7.06.02	Receitas Financeiras	208.103	188.005	386.367
7.06.03	Outros	6.748.458	1.347.408	11.021
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	0	0	11.021
7.06.03.02	Equivalência patrimonial em associadas	6.748.458	1.347.408	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.024.212	1.327.257	2.892.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.024.212	1.327.257	2.892.039
7.08.01	Pessoal	142.101	75.554	84.388
7.08.01.01	Remuneração Direta	127.345	66.150	75.938
7.08.01.02	Benefícios	8.031	5.813	5.460
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.725	3.591	2.990
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-611.053	-193.568	89.674
7.08.02.01	Federais	-616.039	-193.568	89.674
7.08.02.03	Municipais	4.986	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.369.948	593.413	292.572
7.08.03.01	Juros	1.326.823	641.778	457.017
7.08.03.02	Aluguéis	0	6.239	8.371
7.08.03.03	Outras	43.125	-54.604	-172.816
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.123.216	851.858	2.414.384

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.02	Dividendos	1.454.263	202.316	576.034
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.668.953	649.542	1.838.350
7.08.05	Outros	0	0	11.021
7.08.05.02	Resultado com operação descontinuada	0	0	11.021

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	97.842.023	35.760.824	32.865.140
1.01	Ativo Circulante	27.293.183	11.436.399	11.336.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.174.130	4.614.053	6.076.644
1.01.03	Contas a Receber	2.580.776	1.585.708	1.400.498
1.01.03.01	Clientes	2.580.776	1.585.708	1.400.498
1.01.04	Estoques	1.149.304	685.900	538.797
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.364.429	612.981	676.283
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.364.429	612.981	676.283
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	442.957	178.501	73.356
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	921.472	434.480	602.927
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.024.544	3.937.757	2.644.469
1.01.08.03	Outros	6.024.544	3.937.757	2.644.469
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	4.372.696	2.271.570	1.363.048
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	194.878	156.208	144.422
1.01.08.03.03	Recebíveis de partes relacionadas	98.280	71.783	93.590
1.01.08.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	519.965	77.561	22.684
1.01.08.03.05	Outros ativos financeiros	466	848.821	773.629
1.01.08.03.06	Outros ativos	348.658	270.065	247.096
1.01.08.03.07	Ativos setoriais	489.601	241.749	0
1.02	Ativo Não Circulante	70.548.840	24.324.425	21.528.449
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.862.114	4.760.058	3.156.130
1.02.01.04	Contas a Receber	180.388	19.131	14.613
1.02.01.04.01	Clientes	165.077	19.131	14.613
1.02.01.04.02	Títulos e valores mobiliários	15.311	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.051.628	629.591	432.920
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.051.628	629.591	432.920
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.630.098	4.111.336	2.708.597
1.02.01.10.03	Recebíveis de partes relacionadas	318.211	199.983	78.320

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.04	Outros tributos a recuperar	1.879.695	167.224	63.181
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	923.061	544.226	527.230
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	4.538.048	2.971.210	1.755.957
1.02.01.10.07	Ativos financeiros setoriais	68.709	0	69.791
1.02.01.10.08	Outros ativos	179.598	227.857	214.118
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	344.059	836	0
1.02.01.10.10	Caixa restrito	58.990	0	0
1.02.01.10.11	Outros ativos financeiros	319.727	0	0
1.02.02	Investimentos	15.603.426	8.321.913	7.874.655
1.02.02.01	Participações Societárias	11.716.730	8.321.913	7.874.655
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	780.067	333.705	325.695
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	10.936.663	7.988.208	7.548.960
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.886.696	0	0
1.02.03	Imobilizado	25.301.802	1.197.158	1.031.983
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.648.553	416.996	380.037
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.947.267	84.224	51.405
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	705.982	695.938	600.541
1.02.03.03.01	Ativos de contrato	705.982	695.938	600.541
1.02.04	Intangível	17.781.498	10.045.296	9.465.681
1.02.04.01	Intangíveis	17.781.498	10.045.296	9.465.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	97.842.023	35.760.824	32.865.140
2.01	Passivo Circulante	12.957.036	6.415.113	6.166.076
2.01.02	Fornecedores	3.253.504	1.875.192	1.676.725
2.01.03	Obrigações Fiscais	607.444	741.415	767.985
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	607.444	741.415	767.985
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	71.224	374.339	416.090
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	536.220	367.076	351.895
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.647.188	2.372.523	2.380.782
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.241.368	2.352.057	2.373.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.392.950	1.321.519	1.910.150
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	848.418	1.030.538	463.049
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	405.820	20.466	7.583
2.01.05	Outras Obrigações	4.448.900	1.425.983	1.340.584
2.01.05.02	Outros	4.448.900	1.425.983	1.340.584
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	799.634	285.177	590.204
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	925.650	293.656	0
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	552.991	195.881	164.115
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	287.609	150.484	260.236
2.01.05.02.07	Outros passivos financeiros	726.423	149.293	132.927
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	909.956	259.580	193.102
2.01.05.02.09	Passivos setoriais	85.866	91.912	0
2.01.05.02.10	Concessões a pagar	160.771	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	56.014.965	17.839.897	15.637.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.279.527	13.134.467	11.034.171
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.417.669	13.075.170	10.983.851
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.911.790	4.929.661	4.527.442
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	21.505.879	8.145.509	6.456.409
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.861.858	59.297	50.320

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02	Outras Obrigações	7.880.942	3.434.222	3.044.935
2.02.02.02	Outros	7.880.942	3.434.222	3.044.935
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	0	387.044	611.537
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	150.511	124.171	49.785
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	146.889	146.895	147.490
2.02.02.02.06	Provisão para demandas judiciais	1.644.061	887.794	873.228
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-emprego	669.475	728.677	704.919
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	1.090.112	685.642	657.976
2.02.02.02.10	Passivos setoriais	1.286.417	473.999	0
2.02.02.02.11	Concessões a pagar	2.893.477	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.818.056	1.271.208	1.558.742
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.818.056	1.271.208	1.558.742
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.440	0	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.440	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	28.870.022	11.505.814	11.061.216
2.03.01	Capital Social Realizado	6.365.853	5.727.478	5.045.214
2.03.02	Reservas de Capital	-1.759.299	-1.523.288	-1.070.786
2.03.02.04	Opções Outorgadas	-1.690.235	-939.347	-958.001
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-69.064	-583.941	-112.785
2.03.04	Reservas de Lucros	10.655.992	6.896.085	6.928.807
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-521.609	-252.610	-349.501
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14.129.085	658.149	507.482

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	24.907.150	13.508.787	13.560.445
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.568.049	-9.816.078	-9.588.006
3.03	Resultado Bruto	6.339.101	3.692.709	3.972.439
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.337.207	-1.263.482	-372.583
3.04.01	Despesas com Vendas	-716.210	-927.346	-1.115.813
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.053.813	-1.006.625	-796.322
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	387.440	71.774	428.790
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.719.790	598.715	1.110.762
3.04.06.01	Equivalência patrimonial em associadas	129.159	15.714	-20.644
3.04.06.02	Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	4.590.631	583.001	1.131.406
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.676.308	2.429.227	3.599.856
3.06	Resultado Financeiro	-2.776.285	-1.262.562	-398.780
3.06.01	Receitas Financeiras	859.459	2.029.715	1.214.155
3.06.01.01	Receitas financeiras	1.234.950	227.925	742.648
3.06.01.03	Derivativos	-375.491	1.801.790	471.507
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.635.744	-3.292.277	-1.612.935
3.06.02.01	Despesas financeiras	-3.027.089	-1.679.752	-1.301.443
3.06.02.02	Variação cambial	-608.655	-1.612.525	-311.492
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.900.023	1.166.665	3.201.076
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	450.753	-257.851	-728.822
3.08.01	Corrente	-191.012	-695.832	-835.708
3.08.02	Diferido	641.765	437.981	106.886
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.350.776	908.814	2.472.254
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	11.021
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.350.776	908.814	2.483.275
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.123.216	851.858	2.425.405
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	227.560	56.956	57.870
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,3378	0,5523	6,1534
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,3264	0,5472	6,132

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.350.776	908.814	2.483.275
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-246.847	168.980	-252.686
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	310.467	732.715	85.105
4.02.02	Ganho (perda) com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	-601.415	-526.628	-256.782
4.02.05	(Perdas) atuariais de plano de benefícios definido	41.832	-56.642	-116.710
4.02.06	Tributo diferido	0	19.258	35.509
4.02.07	Realização do valor justo de propriedade para investimento	2.269	277	192
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.103.929	1.077.794	2.230.589
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.840.670	948.749	2.171.898
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	263.259	129.045	58.691

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.221.982	2.142.815	2.807.999
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.480.083	3.208.442	2.846.265
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.900.023	1.166.665	3.201.076
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.221.536	623.084	570.301
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-129.159	-15.714	20.644
6.01.01.04	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	-4.590.631	-583.001	-1.131.406
6.01.01.05	Ganho apurada nas alienações de ativo não circulante	-6.774	11.961	40.499
6.01.01.06	Opção de ações outorgadas	0	13.543	44.152
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	3.141.765	-59.309	29.747
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	0	1.330.283	508.391
6.01.01.11	Outros	87.229	25.051	22.937
6.01.01.12	Provisão de bônus e participação no resultado	335.502	113.470	107.694
6.01.01.13	Cessão de direitos creditórios	250.109	68.311	-410.000
6.01.01.14	Provisão com créditos de liquidação duvidosa	-3.034	31.196	17.466
6.01.01.15	Transações com pagamento baseado em ações	50.414	0	0
6.01.01.16	Recuperação de créditos fiscais	-648.315	-29.823	-124.952
6.01.01.17	Perda nas operações de derivativos de energia	58.701	175.105	-50.284
6.01.01.18	Ganho proveniente de compra vantajosa	-416.268	0	0
6.01.01.19	Ativos e passivos setoriais	246.101	337.620	0
6.01.01.20	Resultado da alienação de investimentos	-17.116	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.258.101	-1.065.627	-38.266
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-315.607	54.108	-280.112
6.01.02.04	Estoques	-243.620	-113.066	-104.065
6.01.02.05	Outros tributos, líquidos	164.732	80.870	-94.232
6.01.02.06	Partes relacionadas	-134.838	-89.750	32.503
6.01.02.07	Fornecedores	679.774	50.860	371.227
6.01.02.08	Ordenados e salários a pagar	-143.445	-77.225	-88.294
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais	-118.411	-55.461	-41.871

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.10	Impostos a pagar	-905.284	-793.117	0
6.01.02.11	Outros ativos e passivos, líquidos.	-49.404	-47.329	-154.056
6.01.02.12	Depósito judicial	-58.725	24.624	-8.081
6.01.02.13	Operação descontinuada	0	0	-17.615
6.01.02.16	Outros passivos financeiros	108.849	-30.840	-24.283
6.01.02.17	Transação tributária da ExxonMobil	-208.118	0	0
6.01.02.18	Obrigações contratuais na cessão de direitos creditórios	0	-31.857	410.000
6.01.02.19	Obrigações pós emprego	-34.004	-37.444	-39.387
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.005.204	-2.340.738	686.154
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-416.375	-1.142	-30.188
6.02.02	Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-592.733	-94.631	-9.837
6.02.03	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	819.729	1.852	1.462.625
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-4.066.728	-1.052.502	-819.748
6.02.05	Operações descontinuadas	0	0	432
6.02.08	Dividendos recebidos de controladas e associadas	16.426	9.265	10.651
6.02.09	Outros ativos financeiro	-14.168	-289.989	442
6.02.11	Caixa recebido na venda de outro ativos permanentes	3.090	0	10.578
6.02.13	Caixa gerado nas incorporações	8.125.855	0	0
6.02.15	Titulos e valores mobiliários	1.107.942	-862.098	61.182
6.02.16	Caixa restrito	21.142	0	17
6.02.17	Custo de aquisição de novos negocios	0	-51.299	0
6.02.18	Outros	1.024	-194	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.049.226	-1.537.196	-148.225
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.390.562	2.443.732	4.137.789
6.03.02	Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-8.612.361	-2.739.416	-1.211.991
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.916.413	-796.040	-630.793
6.03.04	Outros	1.397	0	0
6.03.05	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-639.639	-56.811	-80.905

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.06	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	1.708.196	765.759	249.498
6.03.07	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	197.679	0	0
6.03.08	Aquisição de participações de acionista não controladores	-698.147	0	-2.067.296
6.03.09	Dividendos pagos	-1.318.902	-590.769	-945.171
6.03.10	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores	2.252.306	81.666	0
6.03.12	Recompra de ações próprias	-34.529	-485.042	0
6.03.13	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	-227.012	0	1.192
6.03.14	Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria	8.428	0	1.542
6.03.15	Capital de acionistas não controladores	0	0	453.082
6.03.16	Amortização de principal sobre arrendamentos	-421.394	-23.699	-6.295
6.03.17	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-142.484	-5.023	-2.916
6.03.18	Pagamento de remuneração baseada em ações	-45.024	-22.804	-45.961
6.03.19	Recebimento de ativo de contraprestação	69.155	65.478	0
6.03.20	Dividendos pagos acionistas preferencialistas	-522.592	-174.227	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	283.665	272.528	33.769
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.560.077	-1.462.591	3.379.697
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.614.053	6.076.644	2.696.947
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.174.130	4.614.053	6.076.644

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665	658.149	11.505.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665	658.149	11.505.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	638.375	-1.558.967	-909.046	-1.454.263	0	-3.283.901	15.056.945	11.773.044
5.04.01	Aumentos de Capital	638.375	-638.375	0	0	0	0	2.252.306	2.252.306
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-7.942	0	0	0	-7.942	28.274	20.332
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.778	0	0	0	-4.778	0	-4.778
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	8.428	0	0	0	8.428	0	8.428
5.04.06	Dividendos	0	0	-412.130	-1.454.263	0	-1.866.393	-162.457	-2.028.850
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	496.916	-496.916	0	0	0	0	0
5.04.09	Opções sobre ações exercidas liquidação em ações	0	-12.659	0	0	0	-12.659	-12.866	-25.525
5.04.15	Reestruturação societária	0	-1.400.557	0	0	0	-1.400.557	10.836.134	9.435.577
5.04.16	Combinação de negócios	0	0	0	0	0	0	2.115.554	2.115.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.123.216	-268.999	5.854.217	249.712	6.103.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.123.216	0	6.123.216	227.560	6.350.776
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-268.999	-268.999	22.152	-246.847
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	297.044	297.044	13.423	310.467
5.05.02.06	Perdas atuárias com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	42.120	42.120	-288	41.832
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	1.369	1.369	900	2.269
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-609.532	-609.532	8.117	-601.415
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.322.956	4.668.953	-4.668.953	0	1.322.956	-1.835.721	-512.765
5.06.04	Constituição de Reservas	0	0	306.160	-306.160	0	0	0	0
5.06.05	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	4.362.793	-4.362.793	0	0	0	0
5.06.09	Mudança de participação em subsidiária	0	1.322.956	0	0	0	1.322.956	-1.835.721	-512.765
5.07	Saldos Finais	6.365.853	-1.759.299	10.655.992	0	-521.609	14.740.937	14.129.085	28.870.022

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734	507.482	11.061.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734	507.482	11.061.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	682.264	-497.071	-32.722	-851.858	0	-699.387	-8.809	-708.196
5.04.01	Aumentos de Capital	682.264	0	-682.264	0	0	0	6.666	6.666
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.262	0	0	0	11.262	92	11.354
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-485.042	0	0	0	-485.042	0	-485.042
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.316	0	-202.316	-16.054	-218.370
5.04.10	Opções sobre ações exercidas liquidação em caixa	0	-22.758	0	0	0	-22.758	-46	-22.804
5.04.12	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-533	0	0	0	-533	533	0
5.04.13	Constituição de reserva legal	0	0	42.593	-42.593	0	0	0	0
5.04.14	Constituição de reserva estatutária	0	0	606.949	-606.949	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	851.858	96.891	948.749	129.045	1.077.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	851.858	0	851.858	56.956	908.814
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	96.891	96.891	72.089	168.980
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	624.257	624.257	108.458	732.715
5.05.02.06	Perdas atuárias com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-787	-787	-36.597	-37.384
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	277	277	0	277
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-526.856	-526.856	228	-526.628
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	44.569	0	0	0	44.569	30.431	75.000
5.06.09	Mudança de participação em subsidiária	0	44.569	0	0	0	44.569	30.431	75.000
5.07	Saldos Finais	5.727.478	-1.523.288	6.896.085	0	-252.610	10.847.665	658.149	11.505.814

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.418.476	-236.739	5.842.972	0	-95.994	9.928.715	994.418	10.923.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.418.476	-236.739	5.842.972	0	-95.994	9.928.715	994.418	10.923.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	626.738	111.987	-763.536	-576.034	0	-600.845	-28.908	-629.753
5.04.01	Aumentos de Capital	626.738	-367.242	-259.496	0	0	0	-11.939	-11.939
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33.888	0	0	0	33.888	0	33.888
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-19.353	0	0	0	-19.353	0	-19.353
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-576.034	0	-576.034	-16.969	-593.003
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	524.791	-524.791	0	0	0	0	0
5.04.09	Opções sobre ações exercidas liquidação em ações	0	-14.320	0	0	0	-14.320	0	-14.320
5.04.10	Opções sobre ações exercidas liquidação em caixa	0	-45.777	0	0	0	-45.777	0	-45.777
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	20.751	0	0	20.751	0	20.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.425.405	-253.507	2.171.898	58.691	2.230.589
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.425.405	0	2.425.405	57.870	2.483.275
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-253.507	-253.507	821	-252.686
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	83.723	83.723	1.382	85.105
5.05.02.06	Perdas atuarias com plano de beneficio definido liquido de imposto	0	0	0	0	-80.640	-80.640	-561	-81.201
5.05.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	0	0	0	0	192	192	0	192
5.05.02.08	Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa em controladas em conjunto	0	0	0	0	-256.782	-256.782	0	-256.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-946.034	1.849.371	-1.849.371	0	-946.034	-516.719	-1.462.753
5.06.04	Constituição de Reserva legal	0	0	121.270	-121.270	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva estatutaria	0	0	1.728.101	-1.728.101	0	0	0	0
5.06.06	Mudança participação societaria- Comgas	0	-1.093.117	0	0	0	-1.093.117	-972.988	-2.066.105
5.06.07	Mudança participação societaria- Moove	0	141.568	0	0	0	141.568	451.267	592.835
5.06.08	Mudança participação societaria- Payly	0	5.515	0	0	0	5.515	5.002	10.517
5.07	Saldos Finais	5.045.214	-1.070.786	6.928.807	0	-349.501	10.553.734	507.482	11.061.216

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	30.790.582	17.448.436	16.789.734
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.923.191	17.503.638	16.790.944
7.01.02	Outras Receitas	864.357	-24.006	16.256
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.034	-31.196	-17.466
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.911.587	-10.298.400	-9.782.780
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.104.416	-9.762.747	-9.151.294
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.807.171	-535.653	-631.486
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.878.995	7.150.036	7.006.954
7.04	Retenções	-2.221.536	-623.084	-570.301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.221.536	-623.084	-570.301
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.657.459	6.526.952	6.436.653
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.730.217	826.640	1.864.431
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.590.631	583.001	1.110.762
7.06.02	Receitas Financeiras	1.010.427	227.925	742.648
7.06.03	Outros	129.159	15.714	11.021
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	0	0	11.021
7.06.03.02	Equivalência patrimonial em associadas	129.159	15.714	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.387.676	7.353.592	8.301.084
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.387.676	7.353.592	8.301.084
7.08.01	Pessoal	1.654.638	591.722	656.102
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.299.017	535.646	629.331
7.08.01.02	Benefícios	283.228	44.842	23.352
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.393	11.234	3.419
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.462.879	4.362.573	3.980.122
7.08.02.01	Federais	76.547	2.069.934	1.588.924
7.08.02.02	Estaduais	1.251.735	2.281.008	2.382.443
7.08.02.03	Municipais	134.597	11.631	8.755
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.919.383	1.490.483	1.181.585

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.01	Juros	3.582.517	933.154	781.409
7.08.03.02	Aluguéis	135.019	28.632	36.375
7.08.03.03	Outras	201.847	528.697	363.801
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	227.560	259.272	650.873
7.08.04.02	Dividendos	0	202.316	593.003
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	227.560	0	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	56.956	57.870
7.08.05	Outros	6.123.216	649.542	1.832.402
7.08.05.01	Dividendos propostos	1.454.263	0	0
7.08.05.02	Lucros retidos	4.668.953	649.542	1.821.381
7.08.05.03	Resultado com operação descontinuada	0	0	11.021

Relatório da Administração

Cosan S.A | 31 de dezembro de 2021



Cosan S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado de forma consolidada e em Reais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

Relatório da Administração

Comentário do Desempenho

Cosan S.A | 31 de dezembro de 2021



Mensagem do Presidente

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de missão cumprida. Os desafios foram inúmeros: pandemia, volatilidade nos principais indicadores macroeconômicos e nas *commodities*, efeitos climáticos implicando quebra de safras, escalada das taxas de juros, pressão inflacionária e desaceleração dos estímulos para a economia. Ao mesmo tempo, o avanço da vacinação contra a Covid-19 trouxe dose concreta de esperança e otimismo, e com ela a retomada da atividade econômica. Como de costume, nossos times navegaram por este cenário de forma ágil e disciplinada, maximizando os resultados de curto prazo, sem perder o foco no planejamento e execução dos projetos estratégicos que geram valor de longo prazo.

Alcançamos níveis recorde de resultados na **Cosan**: R\$ 11,9 bilhões de EBITDA ajustado, R\$ 6,3 bilhões de lucro líquido e R\$ 6,1 bilhões de geração de caixa para acionistas, evidenciando nossa capacidade de superar adversidades com um portfólio de negócios robusto, exposto aos setores nos quais o Brasil possui importantes vantagens competitivas.

Na **Raízen**, nossa *expertise* em precificar os produtos renováveis e o açúcar, bem como nosso foco em eficiência das operações, mais que compensaram a menor disponibilidade de cana e a pressão inflacionária nos custos de produtos. Integramos os ativos e o time da Biosev de forma orgânica e eficaz, ampliando a nossa escala, assegurando a oferta de biomassa necessária para ser convertida em energia cada vez mais limpa, como o E2G, biogás, entre outras fontes alternativas do nosso portfólio. Em Marketing & Serviços, nossa plataforma integrada se beneficiou da retomada do consumo para alavancar as vendas, assim como utilizou-se de sua infraestrutura logística diferenciada para maximizar os ganhos com sua estratégia de comercialização e suprimentos, em um ambiente operacional mais favorável para o segmento. Reforçamos a estrutura de capital, com a realização do IPO em agosto, para fazer frente às oportunidades concretas de crescimento.

A **Compass Gás & Energia** encerrou o ano com forte aumento de volume em todos os segmentos de atuação, fundamentado pela contínua expansão da rede de distribuição da Comgás e melhoria dos processos visando a geração de eficiência e satisfação dos clientes. A assinatura da prorrogação do contrato de concessão até 2049 foi um importante marco para a Companhia, assegurando o nosso compromisso com a sustentabilidade de longo prazo da operação. Além disso, demos o primeiro passo para a expansão geográfica da Compass, a partir da aquisição da Sulgás no Rio Grande do Sul, e avançamos na construção do terminal de regaseificação em Santos. Para viabilizar esta jornada, fortalecemos o caixa da empresa com a entrada de novos acionistas através de acordos privados.

A **Moove** manteve a consistência no seu ritmo acelerado de crescimento, atingindo resultado recorde no exercício, fruto da assertividade da sua estratégia de precificação e suprimentos no Brasil e nas operações internacionais, que a propósito já representam quase metade do faturamento da Companhia.

Na **Rumo**, ajustamos nossa estratégia comercial frente às adversidades oriundas da quebra de safra de milho, diversificando cargas e ampliando nossa participação de

mercado na exportação de grãos. A Malha Central iniciou suas operações já com um *share* relevante, trazendo maior diversidade geográfica para nossa rede ferroviária. Focados no longo prazo, assinamos com o Estado do Mato Grosso o contrato de extensão até Lucas do Rio Verde, projeto transformacional para a infraestrutura logística agrícola do Brasil. Também investimos no desengargalamento do Porto de Santos que, juntamente com o início da operação do trem de 120 vagões e novas tecnologias de comunicação e otimização, aumentaram a eficiência operacional, reduzindo cerca de 10% o *transit time* e 4% as emissões de carbono.

Na **Cosan Investimentos**, iniciamos neste trimestre a consolidação da Radar, nossa empresa de gestão de terras, cujo portfólio já apresentou apreciação significativa. Com o objetivo de acelerar ainda mais nosso processo de digitalização e crescimento no setor de logística, a Trizy recebeu um aporte financeiro da nstech, maior plataforma aberta de tecnologia para logística e mobilidade da América Latina. E concluímos recentemente a compra do TUP Porto São Luis no Maranhão.

Observando o valor que enxergamos nesse portfólio, intensificamos recentemente a alocação de capital em ações da própria Cosan, atingindo quase R\$ 700 milhões em recompras a partir do instrumento de *total return swap*. Também distribuímos aos nossos acionistas R\$ 1,2 bilhão em dividendos ao longo do ano.

Em contrapartida, frente ao agravamento da conjuntura macroeconômica em 2022, incluindo o aumento do custo de capital e a inflação, adotamos uma diretriz mais conservadora em relação aos compromissos de investimentos do Grupo, para navegar de forma mais confortável no cenário desafiador. Seguiremos com a nossa usual disciplina de capital, envidando esforços ainda maiores na otimização do CAPEX, aumento das sinergias de custos e suprimentos, e maior seletividade na aprovação e implementação de novos projetos, garantindo o sucesso de longo prazo do portfólio enquanto mantemos a alavancagem em níveis adequados.

Olhando para as nossas conquistas em 2021, nada disso seria possível sem o comprometimento e competência dos times das investidas e da *holding*. A agenda de **Gente** é prioritária para nós. Atingimos mais uma vez resultados muito bons em segurança, pilar fundamental de nossa cultura. Seguimos evoluindo em diversidade & inclusão, aumentando de forma significativa a participação de mulheres em todos os níveis de liderança. Temos ainda muito trabalho nesta frente, mas temos o compromisso das lideranças para fazer acontecer.

Este ano já começou com uma agenda intensa, alinhada à nossa jornada para promover uma transição energética eficiente, criando e oferecendo alternativas que facilitem o processo de descarbonização dos nossos clientes, e pelo desenvolvimento de uma logística mais limpa e confiável, aumentando a competitividade do Brasil, visando criar ainda mais valor para nossos *stakeholders*. Vamos juntos!

Um forte abraço,

Luis Henrique Guimarães

CEO Cosan

Relatório da Administração

Comentário do Desempenho

Cosan S.A. | 31 de dezembro de 2021



Sumário Executivo do 4T21 e 2021

Apresentamos a seguir os destaques por linha de negócio e os resultados consolidados pró-forma da Companhia.

Raízen:

Operação Agroindustrial: O 4T21 marcou o encerramento do período de moagem da safra. Como apresentado nos últimos trimestres, efeitos climáticos relevantes afetaram o rendimento dos canaviais da região Centro-Sul. Em meio à jornada para recuperação da produtividade agrícola e ganhos de eficiência, a melhor performance na cana de primeiro corte da Raízen atenuou parte dos impactos. No período acumulado, **a moagem foi de 76 MM ton (-13%) e a produtividade agrícola, medida em toneladas de ATR/ha, caiu 14%**. O custo caixa foi impactado pela redução da disponibilidade de cana-de-açúcar, que levou a uma menor diluição dos custos fixos, e pela inflação.

Renováveis: O EBITDA ajustado pró-forma alcançou **R\$ 1,4 bilhão no 4T21 (+31%)**. A expansão do resultado foi sustentada pela melhor precificação dos nossos produtos, beneficiada pelo cenário favorável ao biocombustível, apesar dos menores volumes próprios vendidos. A movimentação dos preços contribuiu para a expansão dos resultados de comercialização de etanol e energia elétrica no trimestre, potencializada pela nossa capacidade de capturar valor dentro da nossa plataforma integrada de energia renovável.

Açúcar: EBITDA ajustado pró-forma do 4T21 alcançou **R\$ 726 milhões (-37%)**. A redução é explicada pelo menor volume próprio de vendas, reflexo da estratégia de comercialização do ano bem como da menor disponibilidade de produtos, além de pressão nos custos. A estratégia da Raízen de ampliar a participação na cadeia de valor do açúcar, associada ao cenário favorável à precificação da commodity, resultaram em preços de venda superiores no trimestre.

Marketing & Serviços: O EBITDA ajustado da plataforma integrada totalizou **R\$ 1,2 bilhão (+35%)**, alavancado pela melhora no ambiente de negócios e pela maximização da rentabilidade, suportada pela eficiente estratégia de suprimentos e comercialização nas operações do Brasil. Adicionalmente, a expansão nas vendas (+7%) também contribuiu para o melhor resultado, com destaque para o Diesel. No **Brasil**, a agilidade na importação e otimização da infraestrutura logística da Companhia, gerou boas oportunidades para recompor o retorno da operação, garantindo o abastecimento da nossa rede de distribuição. Nas **operações internacionais** (Argentina e Paraguai), a expansão da demanda e da rede de postos contribuiu para a maior participação de mercado e crescimento do volume vendido (+22%), apesar da menor rentabilidade em razão da dificuldade nos repasses na ponta e dos maiores custos do período.

Compass Gás & Energia: O EBITDA ajustado do período atingiu **R\$ 608 milhões (+23%)**, devido ao aumento no volume distribuído pela Comgás (+3%). Além disso, o 4T20 foi negativamente impactado pelo efeito não caixa de marcação a mercado de contratos de trading de energia elétrica. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela concentração de despesas na Comgás e na Compass holding no período. **Em 2021, o EBITDA ajustado alcançou o nível recorde de R\$ 2,7 bilhões (+24%)**, em linha com o *guidance* para o ano, reflexo da retomada da atividade econômica e expansão da base de clientes na Comgás, além do reajuste das margens pela inflação.

Moove: O EBITDA alcançou **R\$ 110 milhões (-24%) no 4T21**, com redução de 26% no volume vendido. No ano, o EBITDA alcançou a marca recorde de **R\$ 603 milhões (+26%)**, evidenciando a assertividade da estratégia de precificação e suprimentos, capazes de neutralizar a forte pressão de custos e restrições de oferta de matérias primas no mercado global em 2021.

Rumo: No trimestre, o EBITDA ajustado atingiu **R\$ 419 milhões (-45%)**, ainda impactado pela quebra de safra de milho, acarretando em 2% de queda no volume transportado. Apesar do cenário desafiador, a Rumo ajustou sua estratégia comercial e conquistou 3,1 p.p de *market share* no Porto de Santos (SP). Como consequência, a tarifa média praticada caiu 6%, e, somada ao aumento de 7% do custo variável, em função da escalada dos preços do diesel, as margens EBITDA ajustado foram pressionadas, totalizando 28%, uma redução de 18 p.p.. **O EBITDA ajustado de 2021 foi de R\$ 3,3 bilhões (-6%)**, explicado majoritariamente pelos impactos na safra, atenuados pelos esforços da Companhia em aumentar participação de mercado, foco na diversificação de cargas e entrada da Malha Central em operação.

Cosan Consolidado (Pró-forma): O EBITDA ajustado do 4T21 totalizou **R\$ 2,8 bilhões (-6%)**, em função da menor contribuição da Rumo no período. **Já o lucro líquido ajustado totalizou R\$ 411 milhões (+59%)**, alavancado pelo melhor desempenho da Compass. A geração de caixa livre para acionistas (FCFE) alcançou **R\$ 694 milhões (+4x)**, crescimento devido principalmente à maior geração de caixa operacional da Raízen. A alavancagem se manteve em 2,1x dívida líquida/EBITDA ao final do período. **No exercício social de 2021, a Cosan atingiu níveis recorde de R\$ 11,9 bilhões (+18%) de EBITDA e R\$ 2,7 bilhões (+92%) de lucro líquido**, ajustados pelos efeitos não recorrentes, e **R\$ 6,1 bilhões (+15%) de FCFE**, em linha com os planos de crescimento das subsidiárias, neutralizados pelas adversidades de curto prazo enfrentadas pela Rumo. Desconsiderando os ajustes, o lucro líquido do ano foi de **R\$ 6,3 bilhões (+7x)**, o maior da história da Companhia.

Relatório da Administração

Comentário do Desempenho

Cosân S.A. | 31 de dezembro de 2021



Resultados Anuais

Cosan Consolidado

Para efeito de demonstração das informações financeiras da Cosan Consolidado foram considerados 100% dos resultados da Compass Gás & Energia, Moove, Rumo, Cosan Investimentos e Cosan Corporativo, independentemente da participação da Cosan. Já a consolidação da Raízen se dá através do reconhecimento de 44% de seu lucro líquido na linha de Equivalência Patrimonial. Os "Ajustes e Eliminações" refletem as eliminações das operações entre todos os negócios controlados pela Cosan para fins de consolidação.

Vale ressaltar que, a partir de março de 2021, as informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia na íntegra incluem os resultados da Rumo, além das despesas operacionais e financeiras das holdings incorporadas Cosan Logística S.A. e a Cosan Limited, conforme Reorganização Societária realizada.

O EBITDA divulgado ao longo deste relatório segue a Instrução CVM 527/12, divulgada em 04 de outubro de 2012 pela Comissão de Valores Mobiliários, e pode diferir dos valores divulgados em períodos anteriores em virtude do ajuste de resultado de equivalência patrimonial. Por consequência, o EBITDA passa a ser constituído pelo lucro operacional antes das despesas financeiras, depreciação e amortização e somado ao resultado de equivalência patrimonial.

Indicadores R\$ MM	2021 (jan-dez)	2020 (jan-dez)	Var.% 2021x2020
EBITDA	10.897,8	3.052,3	+3,6x
Investimentos	4.545,5	1.061,0	+4,3x

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	2021 (jan-dez)	2020 (jan-dez)	Var.% 2021x2020
Receita operacional líquida	24.907,1	13.508,8	84,4%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(18.568,1)	(9.816,1)	89,2%
Lucro bruto	6.339,1	3.692,7	71,7%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.770,0)	(1.993,9)	38,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	387,4	71,7	+5,4x
Resultado financeiro	(2.776,3)	(1.262,6)	+2,2x
Resultado de equivalência patrimonial	4.719,8	598,8	+7,9x
Imposto de renda e contribuição social	450,8	(257,8)	-75%
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(227,6)	(56,9)	+4,0x
Resultado atribuído aos acionistas controladores	6.123,2	851,9	+7,2x

Em virtude da adoção da norma contábil IFRS 11 – Negócios em conjunto, desde abril de 2013, a Cosan deixou de consolidar a Raízen em seu balanço patrimonial, demonstrações de resultado e dos fluxos de caixas, e o resultado desta unidade de negócio passou a ser reportado apenas na linha de "Resultado de Equivalência Patrimonial". No entanto, esse segmento é relevante na Cosan, e suas informações financeiras individuais estão disponíveis no site de relações com investidores da Raízen (<https://ri.raizen.com.br/>).

Resultado por Unidade de Negócio 2021	Compass Gás & Energia	Moove	Rumo	Cosan Investimentos ¹	Cosan Corporativo	Eliminações entre segmentos	Cosan Consolidado Contábil
Receita operacional líquida	12.330,2	6.112,5	6.479,0	31,5	4,5	(50,5)	24.907,1
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.200,2)	(4.808,6)	(4.605,2)	(0,0)	(4,5)	50,5	(18.568,0)
Lucro Bruto	3.130,0	1.303,8	1.873,8	31,5	(0,0)	0,0	6.339,1
Margem Bruta (%)	25,4%	21,3%	28,9%	100,0%	-1,0%	0,0%	25,5%
Despesas de vendas	(125,4)	(551,5)	(32,5)	-	(6,7)	-	(716,2)
Despesas gerais e administrativas	(1.057,2)	(269,8)	(405,4)	(6,5)	(314,8)	0,0	(2.053,8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25,6	23,4	(64,2)	21,0	381,6	0,0	387,4
Resultado de equivalência patrimonial	(0,0)	0,0	11,8	(0,0)	6.596,8	(1.888,8)	4.719,8
Depreciação e amortização	560,0	96,9	1.548,3	0,0	16,4	(0,0)	2.221,5
EBITDA	2.532,9	602,8	2.931,8	46,1	6.673,2	(1.888,8)	10.897,8
Margem EBITDA (%)	20,5%	9,9%	45,3%	n/a	n/a	n/a	43,8%
Resultado financeiro	(289,6)	(63,8)	(1.330,7)	3,2	(1.095,3)	0,0	(2.776,3)
Imposto de renda e contribuição social	59,4	(147,1)	(13,8)	(4,2)	556,5	0,0	450,8
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(91,9)	(89,8)	(28,5)	(22,5)	5,2	-	(227,6)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.650,7	205,1	10,5	22,5	6.123,2	(1.888,8)	6.123,2

Nota 1: Reflete dois meses de resultado da Radar

Relatório da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cosan S.A | 31 de dezembro de 2021



PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido foi destinado para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme requerido pela Lei 6.404/76, sendo que o saldo remanescente foi destinado para reserva estatutária que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas. A destinação dos lucros, dividendos e excessos de reservas de lucros serão deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, prevista a ser realizada em 29 de abril de 2022.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Para a Cosan, a sustentabilidade é vetor de crescimento que norteia tanto as tomadas de decisão e a alocação de capital quanto ao seu portfólio, com vistas a suprir as necessidades atuais da sociedade sem comprometer a garantia de recursos naturais para as futuras gerações, perpetuando seu modelo de negócios no longo prazo.

Em linha com o fortalecimento da governança, foi criado o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade com o objetivo de assessorar o Conselho de Administração em relação a evolução e desenvolvimento de planos estratégicos de sustentabilidade do Grupo Cosan. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Sustentabilidade, aprovada pelo Conselho de Administração, cujo seu propósito é reunir os princípios que norteiam sua atuação, bem como as práticas de sustentabilidade que devem estar presentes na governança dos negócios.

Guiada por sua matriz de materialidade, a holding faz a gestão de temas econômicos, ambientais, sociais e de governança que podem impactar suas atividades, além de influenciar significativamente as avaliações e decisões dos *stakeholders*, por meio do *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), diretrizes que mensuram esses fatores e estão diretamente atreladas à atração de investimentos e à geração de valor financeiro.

Em 2021, a Cosan reportou de forma contínua ao Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), bem como se manteve pelo segundo ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos atrelados à B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Em janeiro de 2022, a Rumo também passou a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sendo a única empresa do setor logístico a compor a atual carteira. Ademais, a Companhia e as empresas de seu portfólio permanente aprimoraram suas performances no questionário de clima do CDP (Carbon Disclosure Project), e a Cosan foi selecionada novamente para compor o Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg (GEI) e do Índice S&P/B3 Brasil ESG.

Por fim, neste ano a Cosan também assinou o manifesto “Empresários pelo Clima”, organizado pelo Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), onde se comprometeu a endereçar desafios climáticos e ajudar o Brasil a assumir o protagonismo na caminhada global rumo a uma economia de baixo carbono.

Para saber mais sobre as práticas de sustentabilidade da Cosan, acesse: <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/sustentabilidade/>.

CAPITAL HUMANO

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando a assegurar condições de atração e engajamento de pessoas.

Em 31 de dezembro de 2021 contávamos com 41.763 colaboradores, incluindo Raízen. Todos os nossos colaboradores, inclusive os trabalhadores rurais migrantes e temporários, são contratados diretamente em regime CLT.

Companhia	Total de Funcionários
Cosan S.A.	129
Compass Gás & Energia	66
Comgás	1.105
Raízen	30.963
Moove	1.169
Rumo	8.331
Total Geral	41.763

Relatório da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cosan S.A | 31 de dezembro de 2021



Na Cosan sonhamos, realizamos, superamos desafios, inovamos e criamos alternativas mais sustentáveis. Sempre tendo como norte o Nosso Jeito, que é formado pelos 4 E's que traduzem os comportamentos que valorizamos em nossa cultura organizacional.

Nosso Jeito Cosan:

- Empreendedor | Ser adaptável para gerar oportunidades de crescimento a partir dos desafios.
- Empático | Incorporar diferentes perfis e talentos soma para o nosso melhor.
- Ético | Autonomia exige responsabilidade.
- Estimulante | Reconhecer performance, individual e coletiva, catalisa transformações a partir do exemplo.

Em 2021 reestruturamos a área de Gente Cosan e criamos um núcleo focado em Talentos (Recrutamento, Desenvolvimento, Reconhecimento por Performance) com foco em garantir *pipeline* preparado para suprir as necessidades da holding e dos nossos negócios. Além desse núcleo, criamos outro focado em Cultura, Diversidade & Inclusão e Comunicação com o objetivo de fortalecer nossa cultura e construir um ambiente diverso e inclusivo que potencialize as fortalezas e os resultados dos nossos colaboradores, além de aumentar a visibilidade da Cosan para o mercado de trabalho, alavancando a atração de talentos e de profissionais com os *skills* necessários para a construção do futuro do Grupo.

Na Cosan a Diversidade & Inclusão é um compromisso, por isso, trabalhamos para que nossa Companhia seja cada vez mais plural e inclusiva. Com isso, as ações desta temática foram aceleradas ao longo do ano com a construção de um calendário de Diversidade, que possibilitou que os colaboradores discutissem e repensassem temas importantes que vão muito além do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher; junho, Mês do Orgulho LGBTQIA+; e 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Para isso, em todas as datas celebrativas que passam desde o Dia das Mães e Pais até campanhas de saúde como Novembro Azul, foram abordadas diferentes realidades dos nossos colaboradores como formas de enxergar a diversidade em tudo que vivemos. As palestras e debates foram transmitidos *online*, o que tornou o conteúdo acessível aos colaboradores das demais empresas do Grupo.

Desde 2020 seguimos respeitando os protocolos de saúde para conter a disseminação da Covid-19.

Os aprendizados nos quase dois anos de distanciamento social foram observados e a Alta Administração da holding decidiu criar, a partir do segundo semestre de 2021, um modelo de trabalho flexível, nomeado de Cosan 4.0, que tem como premissa respeitar as necessidades diferentes de cada área e pessoa, um passo importante no fortalecimento da nossa cultura, que valoriza a empatia como um comportamento e busca oferecer aos colaboradores práticas que tangibilizem isso no dia a dia.

Para isso, a Cosan adotou três tipos de modelos de trabalho possível aos seus colaboradores, são eles: presencial - que se destina aos profissionais que desejam trabalhar 100% no escritório, o modelo híbrido - com foco nos profissionais que desejam equilibrar a rotina entre escritório e outros ambientes e o teletrabalho - modelo realizado, prioritariamente, em casa. Para decidir qual é o modelo ideal, os colaboradores alinharam suas expectativas e anseios com os seus gestores diretos. Para isso, as áreas Jurídica e de Gestão de Pessoas trabalharam em conjunto para definir novos contratos de trabalho, com oferta de benefícios aderentes a cada modelo.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social estava representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Grupo Cosan é pioneiro no setor sucroenergético, tornando-se o primeiro grupo brasileiro do setor a abrir o capital no Brasil. A Companhia tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, desde 2005, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa, e possui, desde março de 2021, um programa de ADSs (*American Depositary Shares*) de Nível II, listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange ou "NYSE") sob o *ticker* CSAN.

O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. A Cosan mantém um site (www.cosan.com.br) contendo informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para os públicos distintos que acessam a plataforma.

Relatório da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cosan S.A. | 31 de dezembro de 2021



TEMAS RELEVANTES

Reorganização Societária Cosan

Em março 2021, foi concluída a reorganização societária da Cosan, passando a ter apenas uma *holding* para o grupo, listada na B3 e com um programa de ADSs na NYSE. Sendo assim, a Cosan S.A. incorporou a Cosan Logística S.A. e a Cosan Limited, passando a controlar diretamente a Rumo S.A. (B3: RAIL3). A reorganização societária simplificou a estrutura societária, unificando e consolidando as ações em circulação no mercado financeiro (*“free floats”*) das companhias, a fim de aumentar a liquidez das ações, desbloquear o valor existente no Grupo Cosan e facilitar a futura captação de recursos.

Cosan Investimentos

No segundo semestre de 2021, foi inaugurado um novo veículo do grupo – a Cosan Investimentos como forma de fomentar novos modelos de negócio que possam ser escalados pelo portfólio da Companhia, com foco em energia, infraestrutura e logística. Sendo assim, foram anunciados ao mercado os investimentos nas áreas de mineração & logística (JV Mineração), ampliação da atuação em gestão de terras (Radar), e em mobilidade (Mobitech), com parceiros que possuem valores alinhados aos da Companhia.

Através da Cosan Investimentos também foi feito um investimento no Climate Tech Fund, fundo administrado pela Fifth Wall, uma das maiores gestoras de venture capital especializadas em inovação tecnológica. Também faz parte da Cosan Investimentos a Payly e a Trizy.

IPO Raízen e Aquisição Biosev

Em agosto de 2021, foi concluída a listagem da Raízen na B3, o 5º maior IPO do mercado brasileiro, injetando R\$ 6,9 bilhões na empresa. Neste mesmo mês, foi concluída a aquisição da totalidade das ações de emissão da Biosev pela Raízen. A integração dos ativos da Biosev consolida a Raízen como maior produtor mundial de cana-de-açúcar, passando a contar com 35 Parques de Bioenergia e uma capacidade de processamento de 105 milhões de toneladas de cana por safra.

Aumentos de Capital na Compass

Em 2021, foram celebrados dois acordos de investimento privado no valor total de R\$ 2,25 bilhões na Compass, passando a Cosan a deter 88,00% do seu capital social total. Essas transações reforçam a capacidade de investimentos da Compass, viabilizando a implementação do seu plano de negócios para que ela esteja preparada para capturar possíveis oportunidades, mantendo níveis adequados de alavancagem.

RELACIONAMENTO COM O AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que houve contratação da ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S para serviços não relacionados à auditoria independente e, pelas suas controladas Rumo S.A., Moove Lubrificantes Limited e Comgás Companhia de Gás de São Paulo, cuja soma dos honorários representa 91% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Tais serviços refere-se principalmente à diligência financeira e tributária.

Com base em referidos princípios, a ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cosan agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2021, visite o site da Cosan: www.cosan.com.br.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no segmento especial Novo Mercado (Novo Mercado) sob o símbolo “CSAN3”. As *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou “NYSE”, e são negociadas sob o símbolo “CSAN”. Cosan é uma sociedade anônima de prazo indeterminado constituída segundo as leis do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

1.1 Reorganização societária

Em 2 de julho de 2020, os Conselhos de Administração da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), ou coletivamente as “Companhias”, autorizaram a realização de estudos sobre proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico.

Como parte de um esforço para simplificar suas operações, a Cosan S.A. realizou uma reorganização societária para aprimorar sua estrutura corporativa, tornando a Cosan S.A. a única empresa controladora do Grupo Cosan (“Grupo Cosan” refere-se à entidade econômica anteriormente representada pela Cosan Limited, Cosan S.A., Cosan Logística e suas subsidiárias antes da incorporação, que, após a incorporação, passou a ser representada pela Cosan S.A. e suas subsidiárias, conforme o contexto exigir). A reorganização societária simplificou nossa estrutura societária, unificando e consolidando as ações em circulação no mercado financeiro (“*free floats*”) das Companhias, a fim de aumentar a liquidez das ações, desbloquear o valor existente no Grupo Cosan e facilitar a futura captação de recursos.

Notas Explicativas

Como parte da reorganização societária, a Cosan Limited e a Cosan Logística foram incorporadas à Cosan S.A. Após a conclusão da reorganização, as ações em circulação da Cosan S.A. foram detidas diretamente por todos os acionistas da Cosan Limited, Cosan S.A. e Cosan Logística. Consequentemente, a Cosan S.A. emitiu ADSs para os acionistas da Cosan Limited e os acionistas da Cosan Logística tornaram-se titulares das ações ordinárias da Cosan S.A.

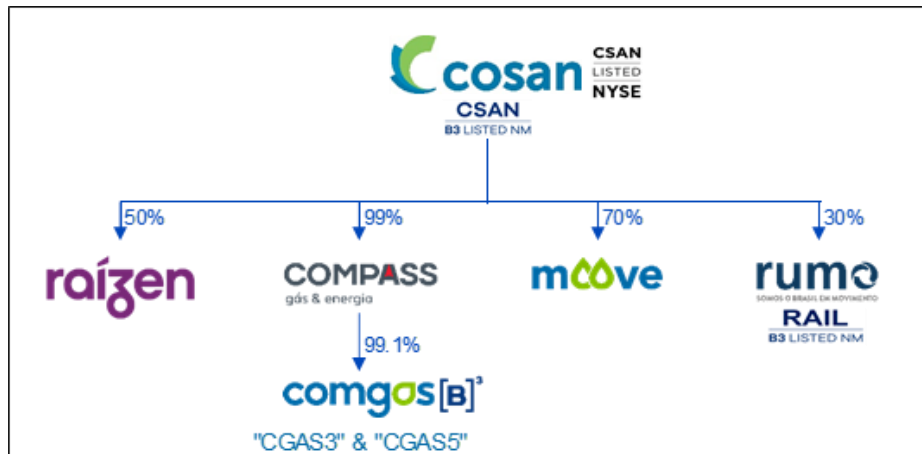


Figura 1: Estrutura operacional simplificada após as incorporações.

Os administradores da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Logística avaliaram a relação de troca negociada e recomendada pelos comitês e manifestaram da seguinte forma:

- i. A relação de troca foi de 0,772788 ações da Cosan Limited para cada ação da Cosan S.A. ou ADS da Cosan S.A. Assim, 308.554.969 ações da Cosan S.A. foram emitidas para os acionistas da Cosan Limited; e
- ii. A relação de troca foi de 3,943112 ações da Cosan Logística para cada ação da Cosan S.A. Assim, 31.025.350 ações da Cosan S.A. foram emitidas para os acionistas da Cosan Logística.

Em 22 de janeiro de 2021, os acionistas das Companhias aprovaram a reestruturação intragrupo, que consistiu na incorporação de sociedades sob controle comum, nos termos da qual a Cosan Limited e a Cosan Logística foram incorporadas pela Cosan S.A.

Em 5 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 10.000.000 ações de emissão da Companhia que estavam em tesouraria.

Notas Explicativas

Em 23 de fevereiro de 2021, encerrou o prazo para exercício do direito de retirada garantido aos acionistas da Cosan Logística sem nenhuma manifestação de retirada. Com isso, no dia 1º de março de 2021, a Cosan concluiu a incorporação da Cosan Limited e da Cosan Logística e passou a deter um capital social de R\$6.365.853.

Os resultados das Companhias que foram consolidadas a partir de 1º de março de 2021, geraram um resultado positivo de R\$38.998 no lucro líquido da Cosan S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.1.1 Base de elaboração das informações financeiras

Como resultado das incorporações em 1º de março de 2021, para fins comparativos, os saldos consolidados apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são os da Cosan S.A. e, portanto, as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas para refletir:

- i. As demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais da Cosan S.A. em uma base histórica;
- ii. Os efeitos da incorporação das ações da Cosan Limited e da Cosan Logística pela Companhia; e
- iii. a participação de não controladores na Companhia, que foi determinada pela participação proporcional do patrimônio líquido identificável e lucro líquido. As demonstrações financeiras individuais refletem a equivalência patrimonial da subsidiária Rumo S.A. enquanto as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o controle da Companhia a partir de 1 de março de 2021.

Os balanços patrimoniais a partir de 1º de março de 2021 baseiam-se nos saldos individuais e consolidados, históricos da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Logística, conforme demonstrados abaixo:

Notas Explicativas

Controladora

Balanco de abertura (01/03/2021)

	Companhias incorporadas				Eliminação 1.1.2(a)	Ajustes 1.1.2(b)	Cosan S.A. pós- reorganização
	Cosan S.A. Controladora	Cosan Limited - Controladora	Cosan Logística - Controladora	Total de acervo incorporado			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	1.099.643	353.595	6	353.601	—	—	1.453.244
Títulos e valores mobiliários	927.011	—	—	—	—	—	927.011
Instrumentos financeiros derivativos	71.133	—	—	—	—	—	71.133
Recebíveis de partes relacionadas	279.718	54	194	248	(12.481)	—	267.485
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	143.359	3	2.841	2.844	—	—	146.203
Outros tributos a recuperar	35.515	—	4	4	—	—	35.519
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	160.694	148.271	—	148.271	(148.271)	—	160.694
Outros ativos financeiros	734.903	—	—	—	—	(734.903)	—
Outros ativos	101.221	1.744	—	1.744	—	—	102.965
Ativo circulante	3.553.197	503.667	3.045	506.712	(160.752)	(734.903)	3.164.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.959	—	—	—	—	80.483	156.442
Recebíveis de partes relacionadas	576.929	—	—	—	—	—	576.929
Outros tributos a recuperar	37.623	—	—	—	—	—	37.623
Depósitos judiciais	384.455	—	1.017	1.017	—	—	385.472
Instrumentos financeiros derivativos	2.758.732	183.426	—	183.426	—	—	2.942.158
Outros ativos	169.370	—	—	—	—	—	169.370
Investimentos em subsidiárias e associadas	13.025.364	8.769.145	4.259.390	13.028.535	(8.761.919)	329.118	17.621.098
Imobilizado	60.457	2.724	—	2.724	—	—	63.181
Intangível	2.067	—	—	—	—	—	2.067
Direito de uso	24.212	8.430	—	8.430	—	—	32.642
Ativo não circulante	17.115.168	8.963.725	4.260.407	13.224.132	(8.761.919)	409.601	21.986.982
Total do ativo	20.668.365	9.467.392	4.263.452	13.730.844	(8.922.671)	(325.302)	25.151.236

Notas Explicativas

	Companhias incorporadas				Eliminação	Ajustes	Cosan S.A. pós-reorganização
	Cosan S.A. Controladora	Cosan Limited - Controladora	Cosan Logística - Controladora	Total de acervo incorporado			
Passivos					1.1.2(a)	1.1.2(b)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	—	98.397	38.981	137.378	—	—	137.378
Arrendamentos	2.785	824	—	824	—	—	3.609
Instrumentos financeiros derivativos	1.253	—	—	—	—	—	1.253
Fornecedores	1.769	207	40	247	—	—	2.016
Ordenados e salários a pagar	24.246	—	—	—	—	—	24.246
Imposto de renda e contribuição social correntes	614	3	5	8	—	—	622
Outros tributos a pagar	115.593	9	1.251	1.260	—	(11.544)	105.309
Dividendos a pagar	216.929	—	241	241	(148.271)	—	68.899
Pagáveis a partes relacionadas	318.535	4.844	407	5.251	(12.483)	—	311.303
Outras contas a pagar	107.502	7.902	992	8.894	—	—	116.396
Passivo circulante	789.226	112.186	41.917	154.103	(160.754)	(11.544)	771.031
Empréstimos, financiamentos e debêntures	—	4.124.973	1.719.992	5.844.965	—	—	5.844.965
Arrendamentos	24.930	8.887	—	8.887	—	—	33.817
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	389.585	—	—	—	—	—	389.585
Instrumentos financeiros derivativos	110.554	—	—	—	—	—	110.554
Outros tributos a pagar	140.978	—	—	—	—	—	140.978
Provisão para demandas judiciais	309.484	—	—	—	—	—	309.484
Investimentos com passivo a descoberto	432.350	—	—	—	—	—	432.350
Pagáveis a partes relacionadas	7.499.128	47.771	—	47.771	—	—	7.546.899
Obrigações de benefício pós-emprego	155	—	—	—	—	—	155
Outras contas a pagar	288.658	—	—	—	—	—	288.658
Passivo não circulante	9.195.822	4.181.631	1.719.992	5.901.623	—	—	15.097.445
Total do passivo	9.985.048	4.293.817	1.761.909	6.055.726	(160.754)	(11.544)	15.868.476
Patrimônio líquido							
Capital social	5.727.478	5.328	2.284.893	2.290.221	(1.651.846)	—	6.365.853
Reservas e demais componentes do patrimônio	4.955.839	5.168.247	216.650	5.384.897	(7.110.071)	(313.758)	2.916.907
	10.683.317	5.173.575	2.501.543	7.675.118	(8.761.917)	(313.758)	9.282.760
Patrimônio líquido atribuível aos:							
Acionistas controladores	10.683.317	5.173.575	2.501.543	7.675.118	(8.761.917)	(313.758)	9.282.760
Total do patrimônio líquido	10.683.317	5.173.575	2.501.543	7.675.118	(8.761.917)	(313.758)	9.282.760
Total do passivo e patrimônio líquido	20.668.365	9.467.392	4.263.452	13.730.844	(8.922.671)	(325.302)	25.151.236

Notas Explicativas

Consolidado

Balanço de abertura (01/03/2021)

	Cosan S.A. Consolidado	Companhias incorporadas			Eliminação 1.1.2(a)	Ajustes 1.1.2(b)	Cosan S.A. pós- reorganização
		Cosan Limited Corporativo (i)	Cosan Logística Consolidado	Total de acervo incorporado			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	4.367.675	356.410	7.769.445	8.125.855	—	—	12.493.530
Títulos e valores mobiliários	1.686.029	327	3.025.185	3.025.512	—	—	4.711.541
Contas a receber de clientes	1.639.123	305	617.546	617.851	—	—	2.256.974
Instrumentos financeiros derivativos	182.922	—	82.191	82.191	—	—	265.113
Estoques	659.485	8	255.042	255.050	—	—	914.535
Recebíveis de partes relacionadas	205.383	36	36.451	36.487	(12.481)	—	229.389
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	169.644	7	98.343	98.350	—	—	267.994
Outros tributos a recuperar	372.525	172	345.539	345.711	—	—	718.236
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	77.561	148.271	6.322	154.593	(148.271)	—	83.883
Ativos financeiros setoriais	216.488	—	—	—	—	—	216.488
Outros ativos financeiros	804.256	—	—	—	—	(734.903)	69.353
Outros ativos	294.606	1.955	264.994	266.949	—	—	561.555
Ativo circulante	10.675.697	507.491	12.501.058	13.008.549	(160.752)	(734.903)	22.788.591
Contas a receber de clientes	19.476	—	6.303	6.303	—	—	25.779
Caixa restrito	—	—	29.835	29.835	—	—	29.835
Imposto de renda e contribuição social diferidos	631.987	33	1.350.121	1.350.154	—	—	1.982.141
Recebíveis de partes relacionadas	207.905	—	94.473	94.473	(47.770)	—	254.608
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	309	—	40.707	40.707	—	—	41.016
Outros tributos a recuperar	168.666	—	782.580	782.580	—	—	951.246
Depósitos judiciais	551.833	—	328.984	328.984	—	—	880.817
Instrumentos financeiros derivativos	3.311.933	183.426	2.346.374	2.529.800	—	—	5.841.733
Ativos de contrato	655.680	—	—	—	—	—	655.680
Outros ativos	235.161	2	57.726	57.728	—	—	292.889
Investimentos em subsidiárias e associadas	331.005	8.758.462	49.953	8.808.415	(9.087.580)	329.118	380.958
Investimento em controlada em conjunto	7.613.457	—	—	—	—	—	7.613.457
Imobilizado	424.651	4.335	14.032.909	14.037.244	—	—	14.461.895
Intangível	10.184.202	15.159	7.226.616	7.241.775	—	—	17.425.977
Direito de uso	83.664	8.853	7.809.397	7.818.250	—	—	7.901.914
Ativo não circulante	24.419.929	8.970.270	34.155.978	43.126.248	(9.135.350)	329.118	58.739.945
Total do ativo	35.095.626	9.477.761	46.657.036	56.134.797	(9.296.102)	(405.785)	81.528.536

(i) Compreendem as empresas controladas diretamente pela Cosan Limited, exceto Cosan S.A. e Cosan Logística.

Notas Explicativas

	Cosan S.A. Consolidado	Companhias incorporadas			Eliminação 1.1.2(a)	Ajustes 1.1.2(b)	Cosan S.A. pós- reorganização
		Cosan Limited Corporativo ⁽ⁱ⁾	Cosan Logística Consolidado	Total de acervo incorporado			
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	842.781	98.420	2.318.462	2.416.882	—	—	3.259.663
Arrendamentos	11.867	1.068	510.047	511.115	—	—	522.982
Instrumentos financeiros derivativos	146.261	—	—	—	—	—	146.261
Fornecedores	1.813.517	1.335	566.273	567.608	—	—	2.381.125
Ordenados e salários a pagar	214.941	1.782	154.262	156.044	—	—	370.985
Imposto de renda e contribuição social correntes	331.264	580	245.826	246.406	—	—	577.670
Outros tributos a pagar	375.996	10	33.092	33.102	—	(11.544)	397.554
Dividendos a pagar	285.209	—	10.267	10.267	(148.271)	—	147.205
Concessões a pagar	—	—	159.330	159.330	—	—	159.330
Pagáveis a partes relacionadas	304.021	5.786	188.971	194.757	(12.483)	—	486.295
Passivos financeiros setoriais	93.244	—	—	—	—	—	93.244
Outros passivos financeiros	120.247	—	361.494	361.494	—	—	481.741
Outras contas a pagar	229.603	9.289	298.692	307.981	—	—	537.584
Passivo circulante	4.768.951	118.270	4.846.716	4.964.986	(160.754)	(11.544)	9.561.639
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.091.982	4.125.001	20.275.636	24.400.637	—	—	38.492.619
Arrendamentos	67.882	9.097	2.430.749	2.439.846	—	—	2.507.728
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	389.585	—	—	—	—	—	389.585
Instrumentos financeiros derivativos	110.554	—	—	—	—	—	110.554
Outros tributos a pagar	146.539	—	2.112	2.112	—	—	148.651
Provisão para demandas judiciais	890.189	—	497.574	497.574	—	—	1.387.763
Concessões a pagar	—	—	2.849.861	2.849.861	—	—	2.849.861
Pagáveis a partes relacionadas	—	47.771	—	47.771	(47.771)	—	—
Obrigações de benefício pós-emprego	733.047	—	57	57	—	—	733.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.326.171	—	1.988.261	1.988.261	—	(80.483)	3.233.949
Passivos financeiros setoriais	499.016	—	—	—	—	—	499.016
Receitas diferidas ou antecipadas	—	—	42.100	42.100	—	—	42.100
Outras contas a pagar	694.781	—	64.680	64.680	—	—	759.461
Passivo não circulante	18.949.746	4.181.869	28.151.030	32.332.899	(47.771)	(80.483)	51.154.391
Total do passivo	23.718.697	4.300.139	32.997.746	37.297.885	(208.525)	(92.027)	60.716.030
Patrimônio líquido							
Capital social	5.727.478	5.328	2.284.893	2.290.221	(1.651.846)	—	6.365.853
Reservas e demais componentes do patrimônio	4.955.839	5.168.247	216.650	5.384.897	(7.110.071)	(313.758)	2.916.907
	10.683.317	5.173.575	2.501.543	7.675.118	(8.761.917)	(313.758)	9.282.760
Patrimônio líquido atribuível aos:							
Acionistas controladores	10.683.317	5.173.575	2.501.543	7.675.118	(8.761.917)	(313.758)	9.282.760
Acionistas não controladores	693.612	4.047	11.157.747	11.161.794	(325.660)	—	11.529.746
Total do patrimônio líquido	11.376.929	5.177.622	13.659.290	18.836.912	(9.087.577)	(313.758)	20.812.506
Total do passivo e patrimônio líquido	35.095.626	9.477.761	46.657.036	56.134.797	(9.296.102)	(405.785)	81.528.536

(i) Compreendem as empresas controladas diretamente pela Cosan Limited, exceto Cosan S.A. e Cosan Logística.

Notas Explicativas

1.1.2 Ajustes e premissas utilizadas

As informações financeiras foram elaboradas e apresentadas com base nos saldos individuais e consolidados, e os ajustes foram determinados seguindo as premissas e as melhores estimativas da Administração que incluem os seguintes ajustes:

(a) Eliminação

A operação consumada foi uma reorganização intragrupo, na qual: (1) envolveram apenas entidades que estão sob controle comum; e (2) todas as entidades envolvidas já estavam apresentadas na Cosan Limited de forma consolidada. Com isso, foram eliminados os saldos de investimentos que a Cosan Limited detinha na Cosan logística e na Cosan S.A., assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas.

(b) Ajuste de outros ativos financeiros

A Cosan S.A. possuía 40.065.607 ações da Rumo S.A., representando 2,16% do seu patrimônio líquido, e 477.196 ações da Cosan Logística, representando 0,10% do seu patrimônio líquido. Essas ações estavam registradas no balanço patrimonial como ativo financeiro, sendo mensurado pelo valor justo por meio do resultado, pois a Administração considerava negociar essas ações.

Com a reorganização societária, o ativo financeiro, assim como seus impostos incidentes, foram desreconhecidos no montante de R\$734.903 e, conseqüentemente, um investimento em subsidiária de R\$329.118 foi registrado. Adicionalmente, o montante de R\$313.758 foi reconhecido na reserva de capital.

Notas Explicativas

1.2 Acontecimentos recentes e outros eventos

1.2.1 Contribuição do controle da Comgás para Compass Gás e Energia S.A

Em 14 de janeiro de 2020, a Companhia contribuiu ao capital social da subsidiária Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia”) a totalidade das ações que detinha da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”), ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936 (nota 8.1). O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 01 de janeiro de 2020, a Compass Gás e Energia passou a deter seu controle.

1.2.2 Início no negócio de comercialização

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu por meio da subsidiária Compass Comercialização S.A. (anteriormente denominada Comercializadora de Gás S.A., o controle da Black River Participações Ltda. (“Black River”) a Compass Comercializadora de Energia Ltda., a Compass Geração Ltda. e a Compass Energia Ltda. por um valor equivalente a R\$ 99.385. O investimento tem como finalidade a entrada no negócio de comercialização de energia elétrica e gás (nota 8.2.2).

1.2.3 Novo segmento de Gás e Energia

Em 9 de março de 2020, a Cosan anunciou a criação do segmento “Gás e Energia”. Esse segmento integrará as operações da Comgás, TRSP - Terminal de Regaseificação da GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”), Rota 4 Participações S.A. (“Rota 4”) e Compass Comercialização S.A (“Compass Comercialização”). Nosso novo segmento de gás e energia será o veículo através do qual a Companhia desenvolverá as atividades de (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica através do gás natural.

Notas Explicativas

1.2.4 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia e suas subsidiárias e controladas em conjunto sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias.

1.2.5 Programa de recompra de ações

Em 16 de março de 2020, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações ordinárias (nota 16.b). De 02 de outubro a 19 de outubro de 2020 foram recompradas 2.149.600 ações ordinárias no valor de R\$ 166.080.

1.2.6 Proposta para aquisição de 51% da Gaspetro

Em 26 de outubro de 2020, a subsidiária Compass Gás e Energia apresentou, com a aprovação de seu Conselho de Administração, proposta no processo competitivo de desinvestimento promovido pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para alienação da participação de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (“Gaspetro”).

Em 28 de julho de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações para a aquisição do controle da Gaspetro pelo montante de R\$2.030.000, a ser pago no fechamento, sujeito aos ajustes previstos no contrato.

Notas Explicativas

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, que incluem, mas não se limitam, a observação do prazo para exercício do direito de preferência de outros acionistas da Gaspetro e suas investidas e a aprovação pelos órgãos competentes.

1.2.7 Renovação de Licença de uso da Marca Shell

Em 20 de maio de 2021, a Raízen S.A celebrou a renovação do contrato de licença de uso da marca “Shell” com a Shell Brands International AG. Com esta renovação, a Raízen S.A. mantém o direito de uso da marca “Shell”, no setor de distribuição de combustíveis e atividades relacionadas no Brasil, pelo prazo mínimo de 13 anos, podendo ser renovado em determinadas hipóteses, mediante ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas no contrato.

1.2.8 Reorganização societária na Raízen S.A.

Em 1 de junho de 2021, a Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”) e a Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”) contribuíram a totalidade das ações ordinárias, bem como das ações preferenciais classes A e D, todas ações de emissão da Raízen Energia, em aumento de capital da Raízen Combustíveis (com exceção de duas ações ordinárias que remanesceram de titularidade uma de cada acionista – Cosan Investimentos e Participações S.A. e Shell Brasil Holding BV (“Shell”)), pelo seu respectivo valor patrimonial contábil e sem qualquer impacto das rubricas contábeis e de resultado. Nesta data também foi realizado o resgate pela Raízen Energia da totalidade das ações preferenciais classe B de sua própria emissão. Como resultado, a Raízen Combustíveis se tornou a titular de ações representativas de 100% do capital social da Raízen energia (respeitada a exceção anteriormente mencionada) (“Reorganização Raízen”).

Como resultado da reorganização societária, a Cosan S.A. e a Shell rescindiram o acordo de acionistas da Raízen Energia e alteraram o acordo de acionistas da Raízen Combustíveis a fim de adaptar seus termos e condições à nova situação corporativa.

Notas Explicativas

A partir de 2 de junho de 2021, a razão social da Raízen Combustíveis S.A. foi alterada para Raízen S.A.

1.2.9 Registro de oferta pública inicial, ou “IPO”, da Raízen S.A.

Em 3 de junho de 2021, a Raízen S.A., ou “Raízen”, (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.) arquivou a declaração de registro da oferta pública de distribuição primária de ações preferenciais na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em 9 de setembro de 2021, a Raízen encerrou o IPO na qual foram subscritas 906.712.350 ações preferenciais, ao preço de R\$7,40 por ação, perfazendo o montante líquido de R\$6.599.987 (R\$6.709.671 capitalizado menos R\$109.684 de custos de captação).

Veja os efeitos apurados no IPO da Raízen na nota 9.

1.2.10 Aquisição da Biosev S.A. pela Raízen

Em 10 de agosto de 2021, foi concluída a aquisição da totalidade das ações de emissão da Biosev S.A., ou “Biosev”, pela Raízen, sendo efetivado o pagamento no montante de R\$4.581.899. Este pagamento foi utilizado, por sua vez, para a realização do pagamento de parte das dívidas financeiras da Biosev, sendo o saldo remanescente de tais dívidas da Biosev pago com recursos advindos de novo financiamento contratado pela Hédera Investimentos e Participações S.A., ou “Hédera”. Ainda como parte da referida transação, a Hédera exerceu o bônus de subscrição, no montante de R\$2.423.944, ajustado ao valor de mercado na data da transação pelo montante de R\$76.663, perfazendo R\$2.347.281, emitido por ocasião da assembleia geral da Companhia realizada em 1º de junho de 2021, passando a ser titular de 330.602.900 ações preferenciais de emissão da Raízen, representativas de aproximadamente 3,22% do seu capital.

Notas Explicativas

A Biosev tem como atividades preponderantes a produção, o processamento e a comercialização de produtos rurais e agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar e seus derivados, geração e a comercialização de energia e derivados provenientes de cogeração de energia.

Esta combinação de negócios está alinhada com a estratégia da Raízen de liderar a transformação da matriz energética com tecnologia própria, através da expansão da capacidade de moagem e aumento da participação de produtos renováveis em nosso portfólio.

Veja os efeitos apurados da Raízen na nota 9.

1.2.11 Contratos de investimento na subsidiária Compass Gás e Energia S.A.

Em 31 de maio de 2021, a subsidiária Compass Gás e Energia S.A. celebrou um acordo de investimento com Atmos Ilíquidos 1 Fundo de Investimento em Ações, Atmos Master Fundo de Investimento em Ações, Manzat Inversiones Auu S.A. e Ricardo Ernesto Correa da Silva (em conjunto “Investidores”), por meio do qual os Investidores se comprometeram a subscrever, em conjunto, 30.853.032 ações preferenciais emitidas pela Compass Gás e Energia S.A. (“Compass”), representando 4,68% do capital social, mediante o aporte de R\$810.000, na Compass.

Como cumprimento de uma das condições precedentes, em 12 de agosto de 2021, a Compass Gás e Energia passou a ser registrada na B3.

O acordo de investimento foi concluído com a liquidação financeira realizada pelos Investidores em 27 de agosto de 2021.

Notas Explicativas

Em 4 de setembro de 2021, a Compass celebrou um segundo acordo de investimento com Bradesco Vida e Previdência S.A. (“Bradesco”), BC Gestão de Recursos Ltda., Prisma Capital Ltda. e Núcleo Capital Ltda., com a subscrição de R\$1.440.000 e a emissão de novas ações preferenciais, representativas de 7,68% do seu capital social.

Em 10 de setembro de 2021 foi concluída a primeira liquidação financeira do investimento realizado pelo Bradesco, via aumento de capital na Compass no valor de R\$810.015 por meio da emissão de novas ações preferenciais representando 4,47% do capital social.

Em 29 de outubro de 2021, foi realizada a liquidação remanescente do investimento, no valor total de R\$630.000, que é parte da segunda rodada de investimentos via transação privada para aumento de capital. Com isso, Compass Gás e Energia aumentou o capital em R\$23.996, por meio da emissão de 23.996.342 ações preferenciais classe B, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,25 por ação. A soma total dos aportes foi de R\$2.250.015.

Veja detalhes da transação na nota explicativa 8.1.

1.2.12 Rumo Malha Central S.A.: Início da operação ferroviária

Em fevereiro de 2021, a Rumo Malha Central S.A., ou “Rumo Malha Central”, iniciou o seu serviço ferroviário logístico. As operações começaram com conexão ferroviária entre as operações da Rumo Malha Paulista S.A., ou “Rumo Malha Paulista” e da Rumo Malha Norte S.A. ou “Rumo Malha Norte”.

1.2.13 Aquisição de TUP Porto São Luís S.A.

Em 23 de agosto de 2021, a Companhia, por meio da controlada Atlântico Participações Ltda. (“Atlântico”), celebrou uma proposta vinculante para aquisição de 100% do TUP Porto São Luís S.A. (“Porto São Luís” ou “Porto”), pelo valor de R\$720.000.

Notas Explicativas

Em 3 de novembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da participação minoritária pelo preço de R\$393.579.

Em 11 de fevereiro de 2022 (“Data da Aquisição”), foi concluída a aquisição das ações remanescentes de 51% do capital social do Porto São Luís, pelo montante de R\$411.224, com a transferência do controle, detidas pela São Luís Port Company S.A.R.L., uma companhia do grupo China Communications Construction Company Limited (“CCCC”). O montante total pago por ambas as transações foi de R\$ 804.803.

O Porto São Luís, empresa detentora de um terminal de uso privado localizado em São Luis/MA, tem como objetivo impulsionar o comércio internacional unindo porto, rodovias e ferrovias. Essa transação tem como objetivo a criação de uma futura joint venture no ramo de mineração em que a Cosan ingressará com a expertise de logística portuária e de gestão.

A aquisição gerou um ágio preliminar no valor de R\$417.028 resultante da aquisição do Porto que não pôde ser reconhecido separadamente.

Com a conclusão desta etapa, a Companhia passa a deter 100% da participação societária do Porto.

1.2.14 Aquisição de participação adicional no Grupo Radar

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mansilla Participações Ltda. (“Mansilla”, veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), para a aquisição de participação adicional àquela já detida pela Companhia no Grupo Radar (“Radar”). A transação foi concluída em 3 de novembro de 2021 conforme detalhado na nota explicativa 8.2.1.

Notas Explicativas

1.2.15 Aquisição de participação da Brado

Em 10 de setembro de 2021 a subsidiária Rumo encerrou definitivamente o procedimento arbitral existente com os acionistas não controladores da Brado Logística e Participações S.A. (Logística Brasil – Fundo de Investimento e Participação, Dimitrio Markakis e Deminvest Empreendimentos e Participações), adquirindo 2.000 ações, o que representa 15,42% do capital social, por R\$388.739, elevando sua participação para 77,65%.

1.2.16 Projeto de extensão da Rumo Malha Norte

Em 19 de setembro de 2021 a subsidiária Rumo Malha Norte celebrou o Contrato de Adesão, perante o Estado do Mato Grosso, tendo como objeto o Projeto de construção, operação, exploração e conservação, por meio de autorização, sob o regime de direito privado, por sua conta e risco, de ferrovia que conecta, de modo independente, o terminal rodoferroviário de Rondonópolis/MT à Cuiabá/MT e à Lucas do Rio Verde/MT.

1.2.17 Terminal de Regaseificação de São Paulo

No dia 03 de agosto de 2021, foi aprovado o início da construção do empreendimento Terminal de Regaseificação de São Paulo (“TRSP” ou “Projeto”) localizado no Porto de Santos. O TRSP terá uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e armazenamento de 173 mil m³ de gás natural liquefeito (“GNL”). O prazo estimado para construção é de 20 meses.

1.2.18 Antecipação das obrigações com acionistas preferencialistas e encerramento da Cosan Investimentos e Participações S.A.

Em 1 de setembro de 2021, a Cosan S.A antecipou o pagamento das obrigações com acionistas preferencialistas não controladores da Cosan Investimentos e Participações S.A (“CIP”) pelo montante de R\$ 182.373.

Notas Explicativas

Em 1 de dezembro de 2021 a CIP foi incorporada pela Companhia. Considerando que o acervo líquido da CIP era representado pelo investimento na Raízen S.A., o efeito na Cosan foi uma reclassificação entre linhas de “investimentos em associadas” para “investimento em controlada em conjunto”.

1.2.19 Cosan Investimentos

Em 23 de agosto de 2021, a Cosan iniciou uma nova estratégia de investimentos, por meio de um novo veículo do grupo – a Cosan Investimentos. Na qual, através de uma estrutura de fundos de investimentos, investirá em novos negócios com recursos próprios e, eventualmente, também de terceiros.

Em 29 de dezembro de 2021, a Cosan contribuiu a totalidade das ações que detinha das empresas adquiridas da Radar, conforme nota 1.2.14, equivalente a 50% do capital social, pelo montante de R\$ 2.115.554 para o Verde Pinho Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Verde Pinho”). O FIP Verde Pinho é um fundo de investimento exclusivo, presente na estrutura de Cosan Investimentos, em que a Cosan possui 100% das cotas emitidas por intermédio da sua participação no fundo de investimento multimercado Violeta Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“FIM Violeta”).

1.2.20 Aquisição do controle da Sulgás pela Compass Gás e Energia

Em 22 de outubro de 2021, a Compass Gás e Energia, por meio da subsidiária integral Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”), participou do Leilão nº 01/2021, divulgado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizado na B3 S.A., para a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”), de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (“Transação”), tendo apresentado o lance vencedor do Leilão.

Notas Explicativas

A Sulgás é a distribuidora de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até agosto de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 68 mil clientes em 42 municípios, com volume distribuído de 2 milhões m³/dia.

Em 03 de janeiro de 2022, foi concluída a aquisição (“Data de Aquisição”) da Sulgás pelo montante de R\$955.244, com a consequente assunção do controle da concessionária. Ainda, nessa data, foi transferida à Compass Gás e Energia os direitos de sócio que lhe assegurem o controle e a condução das operações da companhia. Além disso, foram nomeados pela Compass Gás e Energia os executivos para o Conselho de Administração, para Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças.

O ágio preliminar no valor de R\$873.512 resultante da aquisição compreende o valor do direito de concessão que não pôde ser reconhecido separadamente. O ágio é alocado em sua totalidade ao direito de concessão registrado no intangível.

A participação minoritária de 49% reconhecida na Data de Aquisição foi mensurada com base no valor justo da participação minoritária e totalizou R\$917.784. Esse valor justo foi estimado aplicando-se o método de de projeção dos fluxos de caixa descontado.

1.2.21 Otimização Fiscal com a ExxonMobil

Em 19 de outubro de 2021, no âmbito do Aditivo à Venda e Compra de Participações, a Companhia e a ExxonMobil International Holdings BV (“ExxonMobil”) acordaram o pagamento feito pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (CLE) de R\$208.118, referente a créditos fiscais concedidos durante o Programa de Otimização Fiscal que a CLE celebrou. Com isso, a CLE passou a ter pleno direito a esses créditos tributários.

Notas Explicativas

1.3 Covid-19

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, suas subsidiárias e controladas em conjunto continuam acompanhando a evolução da pandemia COVID-19 no Brasil e no mundo, a fim de tomar medidas preventivas para minimizar a propagação do vírus, garantir a continuidade das operações e salvaguardar a saúde e segurança dos nossos colaboradores e parceiros. A resposta à pandemia tem sido eficaz em limitar os impactos em nossas instalações operacionais, funcionários, cadeia de suprimentos e logística.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava capital circulante consolidado positivo de R\$14.336.147 (R\$5.021.286 em 31 de dezembro de 2020), caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de R\$20.546.826 (R\$6.885.623 em 31 de dezembro de 2020), e lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$6.350.776 (lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$908.814).

Nossos *covenants* são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os *covenants* contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias vêm cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Considerando o patamar de juros no Brasil e nas localidades de nossas controladas, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas da avaliação de *impairment*.

Notas Explicativas

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2021, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

Nossos estoques são compostos, substancialmente, por lubrificantes, óleo básico e materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização.

Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos que somos arrendatários e arrendadores.

Notas Explicativas

2 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou “IFRS”, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2022.

Notas Explicativas

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional de apresentação e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas subsidiárias e controlada em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas Explicativas

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada na participação de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais (R\$) por dólar dos Estados Unidos (U.S.\$), libra esterlina (£) e euro (€) para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Dólar (U.S.\$)	R\$ 5,58	R\$ 5,20
Libra esterlina (£)	R\$ 7,92	R\$ 7,10
Euro (€)	R\$ 6,55	R\$ 6,38

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

- **Nota 5.3** – Contas a receber de clientes
- **Nota 5.8** – Arrendamentos
- **Nota 5.9** – Ativo e passivo financeiro setorial
- **Nota 5.11** – Mensuração de valor justo reconhecidas
- **Nota 9** – Investimentos em controlada em conjunto
- **Notas 10.1 e 10.2** – Imobilizado, intangível e ágio
- **Notas 10.5** – Propriedades para investimento
- **Nota 11** – Compromissos
- **Nota 14** – Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 15** - Provisões para demandas judiciais
- **Nota 22** – Obrigações de benefício pós-emprego
- **Nota 23** – Pagamentos baseados em ações

4 Informações por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*).

Notas Explicativas

Segmentos reportados:

- i. Raízen: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio de uma rede franqueada de estações de serviço sob a marca “Shell” em todo o Brasil, refino de petróleo, operação de revendedores de combustíveis, negócio de lojas de conveniência, fabricação e venda de lubrificantes automotivos e industriais, e a produção e venda de gás liquefeito de petróleo em toda a Argentina; além da produção e comercialização de uma variedade de produtos derivados da cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (Polarização Muito Alta, ou “VHP”), etanol anidro e hidratado e atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço de cana, venda de energia elétrica, compreendendo a compra e venda de energia elétrica a outros comercializadores. Além disso, esse segmento possui participação em empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;
- ii. Gás e Energia: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; e (ii) comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação, (iii) outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”), Rota 4 Participações S.A. (“Rota 4”) e Edge II – Empresa de Geração de Energia S.A.;
- iii. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos e mercado europeu, sob a marca Comma, para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia;

Notas Explicativas

- iv. Logística: serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários. Os resultados do segmento Logística foram consolidados a partir de 1º de março de 2021, como consequência da reorganização societária, conforme detalhado na nota 1.1;
- v. Cosan Investimentos: gestão de propriedades agrícolas, projetos de mineração e logística e o investimento no Climate Tech Fund, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica.; e

Reconciliação:

- vi. Cosan Corporativo: plataforma de carteira digital e outros investimentos, além das atividades corporativas da Companhia. O segmento corporativo Cosan inclui as subsidiárias de financiamento do grupo Cosan.

Embora a Raízen S.A. seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Com a reorganização societária da Raízen S.A., conforme nota 1.2.8, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar a Raízen como um único segmento. Com isso, as informações correspondentes de exercícios anteriores estão sendo reapresentadas.

Notas Explicativas

	31/12/2021							
	Segmentos reportados					Reconciliação		
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Cosan Investimentos ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos
Resultado								
Receita operacional bruta	188.825.984	15.711.939	7.697.074	6.925.628	32.695	4.973	(188.825.984)	(50.538)
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	182.035.680	15.711.939	7.021.757	6.588.282	32.695	4.973	(182.035.680)	(50.538)
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	6.790.304	—	675.317	337.346	—	—	(6.790.304)	—
Receita operacional líquida	175.047.270	12.330.209	6.112.457	6.479.031	31.502	4.489	(175.047.270)	(50.538)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(163.367.574)	(9.200.224)	(4.808.643)	(4.605.187)	—	(4.533)	163.367.574	50.538
Lucro bruto	11.679.696	3.129.985	1.303.814	1.873.844	31.502	(44)	(11.679.696)	—
Despesas de vendas	(3.882.690)	(125.412)	(551.520)	(32.533)	—	(6.745)	3.882.690	—
Despesas gerais e administrativas	(1.788.180)	(1.057.249)	(269.810)	(405.414)	(6.499)	(314.841)	1.788.180	—
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	717.792	25.569	23.414	(64.189)	21.017	381.629	(717.792)	—
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(43.534)	—	—	11.791	—	2.006.200	43.534	(1.888.832)
Resultado de equivalência patrimonial de controlada em conjunto	—	—	—	—	—	4.590.631	—	—
Resultado financeiro	(1.967.124)	(289.616)	(63.797)	(1.330.736)	3.199	(1.095.334)	1.967.124	—
Despesas financeiras	(1.606.724)	(900.783)	(61.870)	(1.086.354)	(51)	(978.031)	1.606.724	—
Receitas financeiras	580.266	703.204	58.071	375.941	3.250	94.484	(580.266)	—
Variação cambial	(1.076.722)	(60.953)	(66.118)	(11.761)	—	(469.822)	1.076.722	—
Derivativos	136.056	(31.084)	6.120	(608.562)	—	258.035	(136.056)	—
Imposto de renda e contribuição social	(1.350.252)	59.360	(147.138)	(13.765)	(4.215)	556.510	1.350.252	—
Resultado do exercício	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)
Resultado atribuído aos:								
Acionistas controladores	3.379.014	1.650.725	205.139	10.465	22.502	6.123.217	(3.379.014)	(1.888.832)
Acionistas não controladores	(13.306)	91.912	89.824	28.533	22.502	(5.211)	13.306	—
	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)
Outras informações selecionadas								
Depreciação e amortização	6.393.642	559.994	96.852	1.548.289	39	16.362	(6.393.642)	(2)
EBITDA	13.076.726	2.532.887	602.750	2.931.788	46.059	6.673.192	(13.076.726)	(1.888.834)
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	5.282.100	1.269.886	42.536	2.746.692	278	8.201	(5.282.100)	—
Reconciliação EBITDA								
Resultado do exercício	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)
Impostos de renda e contribuição social	1.350.252	(59.360)	147.138	13.765	4.215	(556.510)	(1.350.252)	—
Resultado financeiro	1.967.124	289.616	63.797	1.330.736	(3.199)	1.095.334	(1.967.124)	—
Depreciação e amortização	6.393.642	559.994	96.852	1.548.289	39	16.362	(6.393.642)	(2)
EBITDA	13.076.726	2.532.887	602.750	2.931.788	46.059	6.673.192	(13.076.726)	(1.888.834)

(i) Mercados domésticos: vendas nos países em que cada entidade está localizada; mercados externos: vendas e exportação.

(ii) Os resultados do segmento Cosan Investimentos foram consolidados a partir de 1º de novembro de 2021, conforme detalhado na Nota 8.2.

Notas Explicativas

	31/12/2020 (reapresentado)						
	Segmentos reportados			Reconciliação			
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado							
Receita operacional bruta	127.832.718	12.024.615	5.588.754	49	(127.832.718)	—	17.613.418
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	117.788.563	12.024.615	3.851.554	49	(117.788.563)	—	15.876.218
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	10.044.155	—	1.737.200	—	(10.044.155)	—	1.737.200
Receita operacional líquida	118.049.722	9.093.170	4.415.575	42	(118.049.722)	—	13.508.787
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(110.800.498)	(6.434.189)	(3.380.304)	(1.585)	110.800.498	—	(9.816.078)
Lucro bruto	7.249.224	2.658.981	1.035.271	(1.543)	(7.249.224)	—	3.692.709
Despesas de vendas	(3.264.756)	(454.131)	(471.829)	(1.386)	3.264.756	—	(927.346)
Despesas gerais e administrativas	(1.263.733)	(577.475)	(229.672)	(199.478)	1.263.733	—	(1.006.625)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	554.126	56.176	34.876	(19.278)	(554.126)	—	71.774
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(88.323)	—	—	1.043.984	88.323	(1.028.270)	15.714
Resultado de equivalência patrimonial de controlada em conjunto	(87.567)	—	—	583.001	87.567	—	583.001
Resultado financeiro	(1.431.267)	(282.772)	(129.342)	(850.448)	1.431.267	—	(1.262.562)
Despesas financeiras	(2.345.771)	(374.252)	(30.910)	(1.274.590)	2.345.771	—	(1.679.752)
Receitas financeiras	690.678	72.500	20.086	135.339	(690.678)	—	227.925
Variação cambial	(3.821.462)	(150.227)	(161.636)	(1.300.662)	3.821.462	—	(1.612.525)
Derivativos	4.045.288	169.207	43.118	1.589.465	(4.045.288)	—	1.801.790
Imposto de renda e contribuição social	(537.004)	(460.312)	(87.941)	290.402	537.004	—	(257.851)
Resultado do exercício	1.130.700	940.467	151.363	845.254	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Resultado atribuído aos:							
Acionistas controladores	1.081.176	923.421	104.570	851.855	(1.081.176)	(1.027.988)	851.858
Acionistas não controladores	49.524	17.046	46.793	(6.601)	(49.524)	(282)	56.956
	1.130.700	940.467	151.363	845.254	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Outras informações selecionadas							
Depreciação e amortização	5.059.239	500.714	108.687	13.683	(5.059.239)	—	623.084
EBITDA	8.158.210	2.184.265	477.333	1.418.983	(8.158.210)	(1.028.270)	3.052.311
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	3.159.415	1.006.881	29.658	15.963	(3.159.415)	—	1.052.502
Reconciliação EBITDA							
Resultado do exercício	1.130.700	940.467	151.363	845.254	(1.130.700)	(1.028.270)	908.814
Impostos de renda e contribuição social	537.004	460.312	87.941	(290.402)	(537.004)	—	257.851
Resultado financeiro	1.431.267	282.772	129.342	850.448	(1.431.267)	—	1.262.562
Depreciação e amortização	5.059.239	500.714	108.687	13.683	(5.059.239)	—	623.084
EBITDA	8.158.210	2.184.265	477.333	1.418.983	(8.158.210)	(1.028.270)	3.052.311

(i) Mercados domésticos: vendas nos países em que cada entidade está localizada; mercados externos: vendas e exportação.

Notas Explicativas

								31/12/2021
	Segmentos reportados					Reconciliação		Consolidado
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Cosan Investimentos	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	
Itens do balanço patrimonial:								
Caixa e equivalentes de caixa	5.034.788	3.562.358	1.059.866	9.448.193	7.468	2.096.245	(5.034.788)	16.174.130
Títulos e valores mobiliários	154.052	1.876.006	129.390	1.425.897	46.094	910.620	(154.052)	4.388.007
Contas a receber de clientes	7.618.176	1.427.720	605.928	503.316	207.761	1.128	(7.618.176)	2.745.853
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	11.805.548	358.456	26.513	1.674.821	—	2.673.136	(11.805.548)	4.732.926
Estoques	14.297.068	129.554	790.825	228.923	—	2	(14.297.068)	1.149.304
Ativos financeiro setorial	—	558.310	—	—	—	—	—	558.310
Outros ativos financeiros	261.412	—	466	—	319.728	(1)	(261.412)	320.193
Outros ativos circulantes	12.545.650	340.909	298.004	747.308	13.470	1.599.793	(12.545.650)	2.331.332
Outros ativos não circulantes	8.562.180	1.370.964	246.934	3.197.105	354	2.180.558	(8.562.180)	6.755.240
Investimentos em associadas	—	—	—	57.844	—	14.518.340	—	780.067
Investimentos em controlada em conjunto	1.317.720	—	—	—	—	10.936.663	(1.317.720)	10.936.663
Ativos biológicos	3.106.744	—	—	—	—	—	(3.106.744)	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	3.886.696	—	—	3.886.696
Ativo de contrato	2.941.390	684.970	21.011	1	—	—	(2.941.390)	705.982
Direito de uso	10.758.442	73.220	51.458	7.784.941	3.203	34.445	(10.758.442)	7.947.267
Imobilizado	22.506.160	271.490	334.065	15.974.562	31	68.405	(22.506.160)	16.648.553
Intangíveis	9.226.852	9.328.654	1.285.884	7.131.645	—	35.315	(9.226.852)	17.781.498
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.967.092)	(7.667.987)	(831.148)	(21.178.748)	—	(15.981.153)	26.967.092	(45.659.036)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(12.377.276)	(357.932)	—	(576.749)	—	(141.480)	12.377.276	(1.076.161)
Fornecedores	(15.678.442)	(1.798.977)	(828.690)	(618.658)	(1.006)	(6.173)	15.678.442	(3.253.504)
Ordenados e salários a pagar	(788.948)	(104.404)	(132.158)	(255.963)	—	(60.466)	788.948	(552.991)
Passivo financeiro setorial	—	(1.372.283)	—	—	—	—	—	(1.372.283)
Outras contas a pagar circulantes	(9.591.918)	(472.592)	(349.967)	(1.384.611)	(48.739)	(1.384.091)	9.591.918	(3.491.829)
Arrendamento mercantil	(10.685.524)	(63.752)	(53.436)	(3.106.883)	(3.253)	(40.358)	10.685.524	(3.267.682)
Outras contas a pagar não circulantes	(8.647.572)	(1.771.568)	(368.788)	(6.034.881)	(193.601)	(2.691.341)	8.647.572	(10.298.513)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	25.399.410	6.373.116	2.286.157	15.018.063	4.238.206	14.749.587	(25.399.410)	28.870.022
Ativo total	110.136.182	19.982.611	4.850.344	48.174.556	4.484.805	35.054.649	(110.136.182)	97.842.021
Patrimônio líquido atribuível aos:								
Acionistas controladores	23.870.251	5.585.768	1.599.949	4.479.944	2.119.104	14.751.279	(23.870.251)	14.740.937
Acionistas não controladores	1.529.159	787.348	686.208	10.538.119	2.119.102	(1.692)	(1.529.159)	14.129.085
Total do patrimônio líquido	25.399.410	6.373.116	2.286.157	15.018.063	4.238.206	14.749.587	(25.399.410)	28.870.022

Notas Explicativas

31/12/2020 (reapresentado)							
	Segmentos reportados			Reconciliação		Consolidado	
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto		Eliminações entre segmentos
Itens do balanço patrimonial:							
Caixa e equivalentes de caixa	3.422.828	1.899.533	936.345	1.778.175	(3.422.828)	—	4.614.053
Títulos e valores mobiliários	19.086	1.188.625	168.066	914.879	(19.086)	—	2.271.570
Contas a receber de clientes	4.265.294	1.121.612	483.227	—	(4.265.294)	—	1.604.839
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	6.064.604	517.181	28.463	2.581.774	(6.064.604)	—	3.127.418
Estoques	8.317.566	121.064	564.836	—	(8.317.566)	—	685.900
Ativos financeiro setorial	—	241.749	—	—	—	—	241.749
Outros ativos financeiros	160.600	—	69.126	779.695	(160.600)	—	848.821
Outros ativos circulantes	5.761.106	276.139	146.166	1.211.108	(5.761.106)	(601.024)	1.032.389
Outros ativos não circulantes	5.225.978	169.905	398.796	1.566.400	(5.225.978)	(365.383)	1.769.718
Investimentos em associadas	—	—	—	4.989.472	—	(4.655.767)	333.705
Investimentos em controlada em conjunto	1.305.790	—	—	7.988.208	(1.305.790)	—	7.988.208
Ativos biológicos	1.073.582	—	—	—	(1.073.582)	—	—
Ativos de contrato	2.860.658	686.690	9.248	—	(2.860.658)	—	695.938
Direito de uso	5.210.366	19.865	39.550	24.809	(5.210.366)	—	84.224
Imobilizado	18.165.518	15.326	327.535	74.135	(18.165.518)	—	416.996
Intangível	6.089.034	8.769.986	1.268.095	7.215	(6.089.034)	—	10.045.296
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.557.518)	(7.043.909)	(802.938)	(7.580.380)	24.557.518	—	(15.427.227)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(3.088.300)	(286.018)	(348)	(131.461)	3.088.300	—	(417.827)
Fornecedores	(9.311.282)	(1.182.111)	(688.139)	(4.942)	9.311.282	—	(1.875.192)
Ordenados e salários a pagar	(534.376)	(74.543)	(96.192)	(25.146)	534.376	—	(195.881)
Passivos financeiros setoriais	—	(565.911)	—	—	—	—	(565.911)
Outras contas a pagar circulantes	(4.094.274)	(662.779)	(290.827)	(673.340)	4.094.274	40.998	(1.585.948)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	—	—	—	(387.044)	—	—	(387.044)
Arrendamento mercantil	(4.734.766)	(10.320)	(41.299)	(28.144)	4.734.766	—	(79.763)
Outras contas a pagar não circulantes	(5.208.482)	(1.856.161)	(554.141)	(2.235.324)	5.208.482	925.409	(3.720.217)
Ativo total (líquido de passivos)	16.413.012	3.345.923	1.965.569	10.850.089	(16.413.012)	(4.655.767)	11.505.814
alocado por segmento							
Ativo total	67.942.010	15.027.675	4.439.453	21.915.870	(67.942.010)	(5.622.174)	35.760.824
Patrimônio líquido atribuível aos:							
Acionistas controladores	16.129.497	3.288.315	1.367.157	10.847.666	(16.129.497)	(4.655.473)	10.847.665
Acionistas não controladores	283.515	57.608	598.412	2.423	(283.515)	(294)	658.149
Total do patrimônio líquido	16.413.012	3.345.923	1.965.569	10.850.089	(16.413.012)	(4.655.767)	11.505.814

Notas Explicativas

4.1 Receita operacional líquida por segmento

Segmentos reportados	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Raízen		
Etanol	27.464.271	19.625.060
Açúcar	13.946.480	10.241.141
Gasolina	55.158.035	36.127.017
Diesel	71.828.092	46.967.219
Cogeração	3.968.947	2.282.158
Outros	7.288.547	2.807.127
Eliminação partes relacionadas ⁽ⁱ⁾	(4.607.102)	—
	175.047.270	118.049.722
Gás e Energia		
Distribuição de gás natural		
Industrial	7.386.258	5.030.738
Residencial	1.610.286	1.381.597
Cogeração	637.489	389.732
Automotivo	364.664	220.130
Comercial	448.615	350.760
Receita de construção	1.020.176	885.630
Outros	242.226	59.104
	11.709.714	8.317.691
Comercialização de energia elétrica	620.495	775.479
Moove		
Produto acabado	5.088.102	3.891.551
Óleo básico	457.991	392.153
Serviços	566.364	131.871
	6.112.457	4.415.575
Logística		
Operações norte	4.518.982	—
Operações sul	1.624.084	—
Operações de contêineres	335.965	—
	6.479.031	—
Cosan Investimentos		
Arrendamento de terras	31.502	—
	31.502	—
Reconciliação		
Cosan Corporativo	4.489	42
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(175.097.808)	(118.049.722)
Total	24.907.150	13.508.787

- (i) Em 1º de junho de 2021, conforme detalhado na nota de reorganização societária (1.2.8), a Raízen S.A. passou a consolidar a Raízen Energia e, com isso, os saldos entre as entidades passaram a ser apresentados líquidos.

Notas Explicativas

4.2 Informações sobre área geográfica

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Brasil	21.571.783	11.170.964	12.551.261	5.321.148
Europa ⁽ⁱ⁾	2.551.739	1.867.284	10.515	11.401
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	632.235	360.798	6.320	24.684
América do Norte	81.384	62.760	—	—
Ásia e outros	70.009	46.981	—	—
Total	24.907.150	13.508.787	12.568.096	5.357.233

Principais países:

i. Inglaterra, França, Espanha e Portugal; e

ii. Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

4.3 Principais clientes

A maior parte das cargas que a Rumo S.A. transporta é para a indústria de *commodities* agrícolas, principalmente milho, açúcar, soja e seus derivados. Os principais clientes da Rumo são as empresas exportadoras que participam desse mercado. Em 31 de dezembro de 2021 a receita líquida obtida com os cinco maiores clientes da Rumo representava R\$2.486.527, ou 37,78% do total da receita operacional líquida.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Nota				
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	683.036	1.148.860	8.103.713	2.154.257
Títulos e valores mobiliários	5.2	893.087	788.965	4.388.007	2.271.570
Outros ativos financeiros	5.4	—	779.695	320.193	848.821
Instrumentos financeiros derivativos	5.10	2.562.856	2.457.604	4.732.926	3.127.418
		4.138.979	5.175.124	17.544.839	8.402.066
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.035.041	407	8.070.417	2.459.796
Contas a receber de clientes	5.3	—	—	2.745.853	1.604.839
Caixa restrito	5.2	31.181	—	58.990	—
Recebíveis de partes relacionadas	5.5	529.364	760.342	416.491	271.766
Ativos financeiros setoriais	5.9	—	—	558.310	241.749
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	540.091	160.694	519.965	77.561
		2.135.677	921.443	12.370.026	4.655.711
Total		6.274.656	6.096.567	29.914.865	13.057.777

Notas Explicativas

Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	(8.164.256)	—	(25.444.437)	(8.590.199)
Fornecedores	5.7	(4.506)	(4.066)	(3.253.504)	(1.875.192)
Contraprestação a pagar		—	—	(234.960)	(224.787)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(726.423)	(149.293)
Passivos de arrendamento	5.8	(40.047)	(28.145)	(3.267.678)	(79.763)
Arrendamento e concessão parcelados	12	—	—	(3.054.248)	—
Pagáveis a partes relacionadas	5.5	(7.700.429)	(7.374.879)	(287.609)	(150.484)
Obrigações com acionistas preferencialistas		—	(387.044)	—	(387.044)
Dividendos a pagar	16	(754.282)	(216.929)	(799.634)	(285.177)
Passivos financeiros setoriais	5.9	—	—	(1.372.283)	(565.911)
Parcelamento de débitos tributários	13	(194.228)	(193.353)	(200.664)	(199.586)
		(16.857.748)	(8.204.416)	(38.641.440)	(12.507.436)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	—	—	(20.214.600)	(6.837.028)
Instrumentos financeiros derivativos	5.10	(141.480)	(131.462)	(1.076.161)	(417.827)
		(141.480)	(131.462)	(21.290.761)	(7.254.855)
Total		(16.999.228)	(8.335.878)	(59.932.201)	(19.762.291)

- (i) O saldo substancialmente apresentado vem da subsidiária Rumo, e refere-se a montantes que foram antecipados por seus fornecedores junto às instituições financeiras. Em 31 de dezembro o saldo era de R\$ 576.786 (R\$ 413.470 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações, gira em torno de 90 dias.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	258	255	98.116	75.160
Conta remunerada	525.249	—	2.594.723	986.379
Aplicações financeiras	1.192.570	1.149.012	13.481.291	3.552.514
	1.718.077	1.149.267	16.174.130	4.614.053

Notas Explicativas

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	683.036	856.078	1.680.328	1.671.802
Certificado de depósitos bancários - CDB	—	292.782	6.423.385	474.910
Outras	—	—	—	7.545
	683.036	1.148.860	8.103.713	2.154.257
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	974.494	1.293.833
Certificado de depósitos bancários - CDB	509.376	—	2.321.614	104.272
Outras ⁽ⁱ⁾	158	152	2.081.470	152
	509.534	152	5.377.578	1.398.257
	1.192.570	1.149.012	13.481.291	3.552.514

- (i) Refere-se substancialmente a aplicações em *time deposits* nos bancos Bradesco Cayman e Banco do Brasil London relativos aos valores da Rumo Luxemburgo, pela captação da Senior Notes (Bond) com vencimento em 2032, com remuneração ponderada de 49 bps (0,47% ao ano) em 31 de dezembro de 2021.

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2021 (97% do CDI em 31 de dezembro de 2020) e as aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed (Sistema de Reserva Federal). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 5.12.

5.2 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

Notas Explicativas

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	893.087	788.965	4.371.645	2.271.570
Certificado de depósitos bancários - CDB	—	—	1.051	—
Fundos ESG ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	15.311	—
	893.087	788.965	4.388.007	2.271.570
Circulante	893.087	788.965	4.372.696	2.271.570
Não circulante	—	—	15.311	—
Total	893.087	788.965	4.388.007	2.271.570
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	31.181	—	58.990	—
	31.181	—	58.990	—

- (i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao *Sistema Especial de Liquidação e Custódia*, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.
- (ii) Em 6 de outubro de 2021, a Companhia investiu no Fifth Wall Climate Tech Fund, dos Estados Unidos, como investidor e parceiro em um negócio que também lhe dá acesso preferencial a investimentos em *startups* com desenvolvimento em soluções de carbono. O investimento é mensurado a valor justo por meio do resultado com vencimento em 5 anos.

5.3 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Notas Explicativas

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	1.810.867	1.049.890
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	975.588	667.793
Mercado externo - moeda estrangeira	74.450	17.502
	2.860.905	1.735.185
Provisão para perdas de crédito esperadas	(115.052)	(130.346)
	2.745.853	1.604.839
Circulante	2.580.776	1.585.708
Não circulante	165.077	19.131
	2.745.853	1.604.839

- (i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados.

O *Aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.484.633	1.531.532
Vencidas		
Até 30 dias	206.244	55.303
De 31 a 60 dias	21.130	13.893
De 61 a 90 dias	22.351	5.250
Mais de 90 dias	126.547	129.207
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(115.052)	(130.346)
	2.745.853	1.604.839

Notas Explicativas

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(114.921)
Adições / reversões	(31.910)
Baixas	16.485
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(130.346)
Reorganização societária (nota 1.1)	(5.446)
Adições / reversões	(10.994)
Variação cambial	(340)
Baixas	32.074
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(115.052)

5.4 Outros ativos financeiros

Política contábil:

Os investimentos em ações são mensurados ao valor justo por meio do resultado e são instrumentos de patrimônio cujo objetivo é manter para negociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas

O saldo de outros ativos financeiros é composto de seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	—	770.862	—	770.862
Ações Cosan Logística S.A. ⁽ⁱ⁾	—	8.833	—	8.833
Ações Tellus e Janus ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	319.727	—
Outros ativos financeiros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	466	69.126
	—	779.695	320.193	848.821
Circulante	—	779.695	466	848.821
Não circulante	—	—	319.727	—
	—	779.695	320.193	848.821

- (i) Com a reorganização societária (nota 1.1), a Cosan incorporou a Cosan Logística e passou a consolidar a Rumo, e os saldos das ações anteriormente registradas como ativo financeiro passaram a ser classificados como investimentos nas demonstrações financeiras individuais conforme nota 1.1.2(b).
- (ii) A subsidiária Radar Propriedades Agrícola S.A. detém investimentos em ações preferenciais emitidas pelas suas partes relacionadas Tellus Brasil Participações S.A. ("Tellus") e Janus Brasil Participações S.A. ("Janus"), que também compram, vendem e alugam propriedades para investimento. Esses investimentos representam 5% das ações preferenciais emitidas pelas empresas Tellus e Janus. A Companhia e os outros acionistas têm direito a receber 90% dos dividendos anuais propostos. Os investimentos são resgatáveis no momento em que as entidades realizam vendas das propriedades para investimento, que são avaliadas trimestralmente, de acordo com o valor justo de mercado. Os títulos são classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- (iii) Em 31 de março de 2020, a Cosan Lubes Investments Limited ("CLI") recebeu R\$65.478 devido à satisfação das condições precedentes em 31 de dezembro de 2019, como previsto no contrato de investimento entre a Companhia e CVC Fund VII ("CVC"). Em 15 de abril de 2021, o saldo atualizado de R\$69.155 foi liquidado, conforme linha de "recebimento de ativo de contraprestação" no fluxo de caixa.

Notas Explicativas

5.5 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, envolvendo partes relacionadas, são efetuadas a preços normais de mercados. As operações financeiras e societárias são efetuadas de acordo com os contratos estabelecidos entre as partes. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	6.434	23.274	38.710	29.485
Rumo S.A.	3.930	4.289	—	8.388
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	14.286	—
Aguassanta Participações S.A.	2.956	837	2.956	837
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	12.007	5.741	—	—
Compass Gás e Energia S.A.	2.164	3.732	—	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	1.078	2.390	—	—
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	3.947	644	15.489	1.448
Outros	2.492	9.190	361	8.601
	35.008	50.097	71.802	48.759
Operações financeiras e societárias				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	8.933	21.141	8.933	21.141
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	45	—	45	—
Rio Minas Mineração S.A.	—	1.883	17.500	1.883
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	91.938	213.872	—	—
	100.916	236.896	26.478	23.024
Total do ativo circulante	135.924	286.993	98.280	71.783
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	47.732	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	64.286	—
	—	—	112.018	—
Operações financeiras e societárias				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	205.957	155.175	205.958	155.175
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	187.483	318.174	—	—
Outros	—	—	235	44.808
	393.440	473.349	206.193	199.983
Total do ativo não circulante	393.440	473.349	318.211	199.983
Recebíveis de partes relacionadas	529.364	760.342	416.491	271.766

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	21.173	30.447	50.289	42.709
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	171.084	—
Rumo S.A.	295	571	—	704
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	509	213	—	—
Outros	1.475	45	6.365	53
	23.452	31.276	227.738	43.466
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	11.959	11.386	11.959	11.387
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	13.146	8.059	—	—
Cosan Overseas Limited	36.059	33.579	—	—
Cosan Luxembourg S.A.	131.797	103.643	—	—
Aldwych Temple Venture Capital Limited	39.975	—	—	—
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	46.219	90.797	47.912	95.631
	279.155	247.464	59.871	107.018
Total do passivo circulante	302.607	278.740	287.609	150.484
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	709.275	875.690	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.870.077	3.603.911	—	—
Aldwych Temple Venture Capital Limited	8.688	—	—	—
Cosan Overseas Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.809.782	2.616.538	—	—
Total do passivo não circulante	7.397.822	7.096.139	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	7.700.429	7.374.879	287.609	150.484

- (i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen Energia e Raízen S.A são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen.

O passivo circulante representa reembolso à Raízen Energia e à Raízen S.A. relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, que são de responsabilidade da Cosan S.A.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária CLE e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em 2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento.

Notas Explicativas

- (iii) Estas operações servem como um veículo para a transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos bonds e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à variação cambial, que incidiu sobre as operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Luxemburgo S.A e Cosan Overseas Limited.

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional				
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	10.636	37.887
Raízen Energia S.A.	—	—	340.314	27.779
Raízen S.A.	—	—	178.291	35.410
Biosev S.A.	—	—	1.143	—
Shell Energy do Brasil Ltda.	—	—	23.605	—
	—	—	553.989	101.076
Compra de produtos / insumos / serviços				
Raízen Energia S.A.	(15)	—	(31.494)	(5.296)
Raízen S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(14)	(10)	(1.233.017)	(2.052)
	(29)	(10)	(1.264.511)	(7.348)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	3.593	4.870	842	4.870
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	3.374	3.823	—	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	191	—	—	—
Compass Gas e Energia S.A.	1.581	—	—	—
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	689	—	—	—
Trizy - Sinlog Tec. em Logística S.A.	175	—	175	—
Raízen Energia S.A.	(4.810)	(2.760)	(67.738)	(48.890)
	4.793	5.933	(66.721)	(44.020)
Resultado financeiro				
Cosan Limited ⁽ⁱ⁾	82	286	168	1.368
Cosan Luxembourg S.A.	(439.705)	(957.279)	—	—
Cosan Overseas Limited	(420.016)	(809.305)	—	—
Raízen S.A.	4.803	6.341	4.798	6.341
Aldwych Temple Venture Capital Limited	(893)	—	—	—
Outros	4	—	41	—
	(855.725)	(1.759.957)	5.007	7.709
Total	(850.961)	(1.754.034)	(772.236)	57.417

- (i) Saldos pertinentes aos meses de que antecederam a data de reestruturação societária 1.1.
- (ii) O montante está relacionado a venda de combustíveis para o segmento logístico.

Notas Explicativas

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o saldo da Controladora em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	38.034	26.643
Transações com pagamentos baseados em ações	36.777	6.105
	74.811	32.748

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e

Notas Explicativas

- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	Controladora		Vencimento	Objetivo
			31/12/2021	31/12/2020		
Sem garantia						
Senior Notes Due 2029	Pré-fixado 5,50%	5,50%	4.226.142	—	set/2029	Aquisição
Debêntures	CDI + 2,65	12,04%	1.858.837	—	ago/2025	Investimentos
	CDI + 1.65%	7,90%	774.215	—	ago/2028	Capital de giro
	CDI + 2.00%	11,33%	930.301	—	ago/2031	Capital de giro
	IPCA + 5.75%	16,35%	374.761	—	ago/2031	Capital de giro
Total			8.164.256	—		
Circulante			269.793	—		
Não circulante			7.894.463	—		

Notas Explicativas

Encargos financeiros			Consolidado			
Descrição	Indexador	Taxa	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento	Objetivo
		anual de juros				
Com garantia						
BNDÉS	URTJLP	7,49%	2.598.623	—	dez/2029	Investimentos
	Pré-fixado	5,69%	461.756	—	jan/2025	Investimentos
	IPCA	11,08%	646.624	—	jan/2048	Investimentos
	Pré-fixado	3,50%	727	—	jan/2024	Investimentos
	IPCA + 3,25%	13,60%	945.663	807.438	abr/2029	Investimentos
	IPCA + 4,10%	14,53%	154.843	175.374	abr/2029	Investimentos
Nota de crédito de exportação	CDI + 1,03%	10,79%	86.707	—	fev/2023	Investimentos
	CDI + 2,25%	12,28%	60.700	—	mai/2026	Investimentos
	CDI + 0,80%	10,02%	515.928	—	dez/2023	Investimentos
Resolução 4131	USD	0,90%	148.932	—	nov/2022	Capital de giro
Debêntures	CDI + 1,79%	11,10%	753.770	—	jun/2027	Investimentos
	CDI + 1,30%	10,57%	746.725	—	out/2027	Investimentos
	IPCA + 4,77%	15,27%	694.898	—	jun/2031	Investimentos
ECA	Euribor + 0,58%	0,58%	95.460	—	set/2026	Investimentos
Banco Europeu de Investimentos	USD + Libor 6M + 0,54%	0,80%	—	30.817	mai/2021	Investimentos
	USD + Libor 6M + 0,61%	0,80%	—	57.813	set/2021	Investimentos
			7.911.356	1.071.442		
Sem garantia						
Empréstimos no exterior	GBP+Libor 06 + 1,50% Base 365	1,40%	—	143.039	jul/2021	Capital de giro
	GBP - Pré-fixado	1,40%	37.674	35.556	nov/2022	Capital de giro
	GBP+Libor-06 + 1,10% Base 360	1,17%	—	142.091	dez/2021	Aquisição
	GBP+Libor-06 + 1,50% Base 360	1,92%	263.501	248.666	dez/2022	Aquisição
	EUR - Pré-fixado	4,42%	857	2.095	set/2022	Investimentos
	GBP - Pré-fixado	1,90%	150.649	—	dez/2023	Investimentos
Resolução 4131	USD + 3,67%	3,67%	438.823	415.232	mai/2023	Investimentos
	USD + 1,59%	1,59%	—	388.912	abr/2021	Investimentos
	USD + 1,36%	1,36%	414.378	—	fev/2024	Investimentos
Bônus perpétuos	USD	8,25%	2.825.420	2.631.100	nov/2040	Aquisição
Senior Notes Due 2023	USD	5,00%	685.550	569.466	mar/2023	Aquisição
Senior Notes Due 2025	USD	5,88%	2.981.335	—	jan/2025	Aquisição
Senior Notes Due 2027	USD	7,00%	4.305.928	4.379.812	jan/2027	Aquisição
Senior Notes Due 2028	USD	5,25%	2.700.621	—	jan/2028	Aquisição
Senior Notes Due 2029	Pré-fixado 5,50%	5,50%	4.226.142	—	set/2029	Aquisição
Senior Notes Due 2032	USD	4,20%	2.800.716	—	jan/2032	Aquisição
Pré-pagamento	100% Libor-03 - 3.50% base 360	5,57%	—	27.129	mar/2021	Capital de giro
	100% Libor-03 - 1% base 360	1,59%	111.955	104.318	out/2023	Capital de giro
	1,27% Base 360	1,27%	166.355	—	jul/2023	Capital de giro
Debêntures	IPCA + 4,68%	15,17%	543.752	—	fev/2026	Investimentos
	IPCA + 4,50%	14,97%	1.483.873	—	fev/2029	Investimentos
	IPCA + 3,60%	11,53%	361.862	—	dez/2030	Capital de giro
	CDI + 2,65	12,04%	1.858.837	—	ago/2025	Investimentos
	IPCA + 6,80%	17,50%	891.972	—	abr/2030	Investimentos
	IPCA + 3,90%	14,31%	1.018.844	—	out/2029	Investimentos
	IPCA + 5,73%	16,33%	505.584	—	out/2033	Investimentos
	IPCA + 4,00%	14,42%	952.671	—	dez/2035	Investimentos
	IPCA + 4,54%	15,02%	126.668	—	jun/2036	Investimentos
	IPCA + 7,48%	18,25%	165.478	299.524	dez/2022	Investimentos
	IPCA + 7,36%	18,12%	108.451	97.956	dez/2025	Investimentos
	IPCA + 5,87%	16,48%	873.474	890.658	dez/2023	Investimentos
	IPCA + 4,33%	14,79%	501.278	452.457	out/2024	Investimentos
	IGPM + 6,10%	12,11%	352.235	298.706	mai/2028	Investimentos
	CDI +0,50%	9,70%	2.033.161	2.007.849	out/2022	Investimentos
	CDI + 1,95%	11,28%	717.651	—	ago/2024	Investimentos
	IPCA + 5,12%	15,66%	484.974	—	ago/2031	Investimentos
	IPCA + 5,22%	15,77%	477.578	—	ago/2036	Investimentos
	CDI + 1,65%	7,90%	774.215	—	ago/2028	Capital de giro
	CDI + 2,00%	11,33%	930.301	—	ago/2031	Capital de giro
	IPCA + 5,75%	16,35%	374.761	—	ago/2031	Capital de giro
Capital de giro	100% CDI - 2.75%	10,90%	100.157	100.045	jun/2022	Capital de Giro
Notas promissórias	100% CDI - 3.00%	12,33%	—	601.058	abr/2021	Investimentos
	100% CDI - 3.40%	12,73%	—	520.116	abr/2021	Investimentos
			37.747.681	14.355.785		
Total			45.659.037	15.427.227		
Circulante			4.241.368	2.352.057		
Não circulante			41.417.669	13.075.170		

Notas Explicativas

A Companhia utilizou para o cálculo das taxas médias, em bases anuais, a taxa anual do certificado de depósito interbancário ("CDI") de 9,15% e a taxa de juros de longo prazo ("TJLP") de 5,32%.

Os montantes não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	569.676	—	4.339.743	2.605.687
25 a 36 meses	569.676	—	2.968.458	2.039.863
37 a 48 meses	571.582	—	4.029.690	623.971
49 a 60 meses	—	—	984.015	171.794
61 a 72 meses	365.786	—	6.902.914	238.050
73 a 84 meses	370.455	—	4.701.952	4.512.773
85 a 96 meses	4.604.494	—	6.595.854	238.095
Acima de 97 meses	842.794	—	10.895.043	2.644.937
	7.894.463	—	41.417.669	13.075.170

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reais	3.938.114	—	23.304.742	6.251.180
Dólar	4.226.142	—	21.806.154	8.604.600
Libra esterlina	—	—	451.824	569.352
Euro	—	—	96.317	2.095
	8.164.256	—	45.659.037	15.427.227

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (nota 5.11), exceto para bônus perpétuos.

Notas Explicativas

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.727.460	13.357.050
Captação	—	2.443.732
Amortização de principal	(1.700.000)	(2.739.416)
Pagamento de juros	(35.203)	(796.040)
Juros, variação cambial e valor justo	7.743	3.161.901
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	15.427.227
Reorganização societária (nota 1.1)	5.982.343	26.817.519
Captação	1.986.070	11.390.562
Amortização de principal	(5.427)	(8.612.361)
Pagamento de juros	(262.407)	(1.916.413)
Juros, variação cambial e valor justo	463.677	2.552.503
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.164.256	45.659.037

a) Garantias

Até setembro de 2021, os contratos de financiamento com o European Investment Bank ("EIB"), destinados a investimentos, eram garantidos por fiança bancária, de acordo com cada contrato. Em 15 de setembro de 2021, tais garantias bancárias foram liquidadas, em decorrência do término de vigência do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$ 79.020 (R\$ 133.000 em 31 de dezembro de 2020).

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), destinados a investimentos, também são garantidos, conforme cada contrato, por fiança bancária com custo médio de 0,82% a.a. ou por garantias reais (ativos) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$3.328.076 (R\$3.687.323 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias, foram considerados os CDI médios anuais de 9,15% (2,78% em 31 de dezembro de 2020) e a TJLP de 5,32% (4,87% em 31 de dezembro de 2020), na base anual.

Notas Explicativas

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor de R\$250.000 (R\$250.000 em 31 de dezembro de 2020), de R\$ 898.023 (R\$487.378 em 31 de dezembro de 2020), para Rumo S.A. e de R\$ 2.500.000 para a Comgás.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Companhia	Meta	Índice
Debênture 4ª emissão	Comgás S.A.	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6	0,34
Debenture 4ª a 9ª emissões	Comgás S.A.	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,59
BNDES	Comgás S.A.		
Resolução 4131	Comgás S.A.		2,26
Debênture 1ª emissão – Cosan Logística ^(vi)	Cosan S.A.		
Senior Notes 2027	Cosan S.A.	Dívida líquida <i>proforma</i> ^(iv) / EBITDA <i>proforma</i> ⁽ⁱⁱ⁾ ^(iv) não poderá ser superior a 3,5	2,11
Senior Notes 2029	Cosan S.A.		
Senior Notes 2025	Rumo S.A.	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,3	2,79
BNDES	Rumo S.A.	EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ / Resultado financeiro consolidado ^(v) maior ou igual a 2.0x	4,91

(i) A dívida líquida consiste na dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

(ii) Corresponde ao *EBITDA* acumulado dos últimos doze meses.

(iii) Endividamento significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.

(iv) Dívida líquida e *EBITDA proforma*, incluindo informações financeiras de joint venture. A dívida líquida e o *EBITDA proforma* são uma medida não GAAP.

Notas Explicativas

- (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida.
- (vi) Trata-se da 1ª Emissão de Debêntures feita pela Cosan Logística S.A. e que passou a ser de titularidade da Cosan após a reorganização societária, conforme detalhado na nota 1.1.
- (vii) O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A subsidiária tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% até 2026 e 21,6% até 2030 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A Rumo está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* caso não atinja essas metas, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

Para os demais empréstimos, empréstimos e debêntures da Companhia não há cláusulas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não-financeiras.

Os termos dos empréstimos incluem provisões para *cross-default*.

Notas Explicativas

d) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.10) devido ao uso de dados não observáveis, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 5.12.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

As quantias escrituradas de fornecedores e outras contas a pagar são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	4.506	4.066	1.891.023	1.095.051
Fornecedores de gás/transportes e logística	—	—	1.362.481	780.141
	4.506	4.066	3.253.504	1.875.192

A subsidiária Comgás tem contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. ("Gás Brasileiro"), nas seguintes condições:

- i. Contrato com a Petrobras na modalidade Firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 6,80 milhões de m³/dia, denominado Firme Nacional;

Notas Explicativas

- ii. Contrato com a Petrobras na modalidade Firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ (*“Transportation Capacity Quantity”*);
- iii. Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (“PPT”) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda., com vigência até 31 de março de 2023.
- iv. Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade Firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2022 e volume médio mensal contratado de 1,44 milhões de m³ e volume anual contratado de 17,52 milhões de m³.

Em dezembro de 2021 foi assinado um novo contrato com a Petrobras na modalidade firme, valido a partir de janeiro de 2022, indexado à moeda americana, com vigência até dezembro de 2023 e quantidade diária contratual de 6,40 milhões de m³/dia, denominado TC. O preço é composto por duas parcelas: uma indexada ao brent no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local.

Os contratos de fornecimento de gás natural, Firme Nacional e TCQ, possuem preços compostos por dois componentes: um indexado a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustado trimestralmente; e outro ajustado anualmente com base nas taxas de inflação local. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano.

5.8 Arrendamentos

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

Notas Explicativas

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são feitos na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados com base no valor presente. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início;
- iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e
- iv. o preço de exercício da opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo locatário de rescindir o arrendamento.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e
- iii. faz ajustes específicos ao arrendamento, por ex. prazo, país, moeda e segurança.

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do período do arrendamento de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de móveis de escritório.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

Para locações de armazéns, lojas de varejo e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes:

- Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar), o grupo é normalmente razoavelmente certo de estender (ou não encerrar).
- Se espera que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor remanescente significativo, a Companhia normalmente tem uma certeza razoável de estender (ou não rescindir).

Notas Explicativas

- Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos e interrupção de negócios necessários para substituir o ativo arrendado.

A maioria das opções de extensão em escritórios e locações de veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia poderia substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção dos negócios.

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, um a opção será exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Consolidado
	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2021	79.763
Reorganização societária (nota 1.1)	2.950.960
Combinação de negócios (nota 8.2.1)	3.281
Adições	142.105
Apropriação de juros e variação cambial	359.400
Amortização de principal	(421.394)
Pagamento de juros	(142.484)
Reajuste contratual	338.659
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	(42.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.267.678
Circulante	405.820
Não circulante	2.861.858
	3.267.678

(i) Transferência da concessão ferroviária a pagar pelo arrendamento (Nota 12).

Notas Explicativas

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação o prazo e a classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2021
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	35.482
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	30.507
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	978
	66.967

Informações adicionais

As subsidiárias, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procederam o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Rumo foi determinada com base nas taxas de juros a que as subsidiárias têm acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% à 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2021		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.121.577)	(2.287.777)	8%
Direito de uso residual	6.743.631	6.755.661	0%
Despesa financeira	(253.446)	(265.511)	5%
Despesa de depreciação	(280.462)	(285.462)	2%

Os saldos registrados pelas subsidiárias incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 1.185.207.

A subsidiária Rumo registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.154.

5.9 Ativo e passivo financeiro setorial

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da subsidiária Comgás, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, ou (“ARSESP”), e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Notas Explicativas

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a subsidiária Comgás ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela subsidiária Comgás mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-
Custo de gás ⁽ⁱ⁾	201.346	-	201.346
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(565.911)	(565.911)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.458	-	13.458
Receitas não operacionais	26.945	-	26.945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.749	(565.911)	(324.162)
Custo de gás ⁽ⁱ⁾	228.153	-	228.153
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19.699	(263.410)	(243.711)
Crédito extemporâneo ^(iv)	-	(375.565)	(375.565)
Diferimento do IGP-M ^(v)	68.709	-	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	558.310	(1.372.283)	(813.973)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais para o segmento industrial, que faz parte substancial do volume de gás distribuído pela subsidiária Comgás.

Notas Explicativas

- (ii) Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado da ação, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6.
- (v) Apropriação do diferimento do IGP-M, referente as competências junho a dezembro 2021, para os segmentos residencial e comercial.

5.10 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Notas Explicativas

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	3.313.428	345.144	21.305	(509)
Derivativos de energia elétrica				
Contratos a termo ⁽ⁱⁱ⁾	1.407.476	1.354.967	(248.123)	(189.423)
Derivativos de combustíveis				
Contratos a termo	—	13.422	—	(348)
	1.407.476	1.368.389	(248.123)	(189.771)
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (ações) ⁽ⁱⁱⁱ⁾ - (controladora)	1.074.113	—	270.462	—
Contratos de Swap (juros e inflação) ^(iv)	6.590.408	—	77.913	—
Contratos de Swap (juros) ^(v)	3.019.917	1.170.861	154.654	346.488
Contratos de Swap (juros e câmbio) ^(iv)	13.223.981	4.281.071	3.380.554	2.553.383
	23.908.419	5.451.932	3.883.583	2.899.871
Total dos instrumentos financeiros			3.656.765	2.709.591
Ativo circulante			194.878	156.208
Ativo não circulante			4.538.048	2.971.210
Passivo circulante			(925.650)	(293.656)
Passivo não circulante			(150.511)	(124.171)
Total			3.656.765	2.709.591

- (i) A Companhia e suas controladas TRSP e Moove possuem contratos a termo de câmbio, para proteção de exposições e despesas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

- (ii) A controlada Compass Gás e Energia possui uma carteira de contratos de energia (compra e venda) que visa atender a demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe uma carteira de contratos composta por posições a termo, geralmente de curto prazo. Para esta carteira, não existe compromisso de compra com contrato de venda.
- (iii) A Companhia firmou negociação de derivativos, ou *Total Return Swap*, com bancos comerciais. De acordo com o *Total Return Swap*, que terá liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3 ajustado pelos dividendos do período e pagará juros anuais referenciados em CDI + Spread. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com swap de retorno total foi de 61.983.012 ações e o valor total inicial é de R\$1.074.112. Parte destas operações tem como garantia ações RAIL3 de sua subsidiária Rumo S.A.. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de marcação a mercado, registrado na linha de receita financeira na Companhia foi de R\$57.704.
- (iv) A subsidiária Rumo contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.
- (v) Os montantes de nocional em U.S. dólar são convertidos para reais pela taxa de câmbio do dia da contratação. Em 22 de julho de 2021, a subsidiária TRSP contratou um SWAP com *notional* de R\$ 700.000 e data de início futura para 13 de agosto de 2021 com o objetivo de indexação passiva a variação cambial +3,20% deixando de estar ativo em CDI +1,95%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o derivativo possui valor credor de R\$ 40.233 registrado no passivo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nominal, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

		Valor registrado		Acumulado de valor justo	
	Nocional	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Hedge risco de câmbio					
Objetos					
Senior Notes 2025 (Rumo Luxembourg)	(1.740.550)	—	—	259.866	—
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.700.621)	—	43.154	—
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.758.400)	(2.938.939)	—	(679.564)	—
Total débito	(7.290.550)	(5.639.560)	—	(376.544)	—
Instrumentos financeiros derivativos					
Senior Swaps Notes 2025 (Rumo Luxembourg)	—	—	—	(120.326)	—
Senior Swaps Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	266.526	—	277.542	—
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	675.572	—	675.572	—
Total derivativos	5.050.975	942.098	—	832.788	—
Total	(2.239.575)	(4.697.462)	—	456.244	—

Notas Explicativas

	Valor registrado		Acumulado de valor justo		
Nocional	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Hedge risco de juros					
Objetos					
Senior Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	—	—	(569.466)	(188.083)	(237.050)
3ª emissão - 3ª série (Comgás)	—	—	—	—	575
5ª emissão - série única (Comgás)	(684.501)	(873.474)	(890.658)	17.184	(22.040)
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	(500.000)	(484.974)	—	(484.974)	—
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	(500.000)	(477.578)	—	(477.578)	—
BNDES Projeto VIII ⁽ⁱ⁾	(1.000.000)	(921.949)	—	(921.949)	—
Debêntures (Rumo)	(5.530.408)	(5.359.574)	—	149.491	—
Total débito	(8.214.909)	(8.117.549)	(1.460.124)	(1.905.909)	(258.515)
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	—	—	392.899	10.057	(42.532)
Swaps 3ª emissão - 3ª série (Comgás)	—	—	—	—	862
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	684.501	(189.928)	211.741	(401.669)	10.731
Swaps 9ª emissão - 1ª série (Comgás)	500.000	5.776	—	5.776	—
Swaps 9ª emissão - 2ª série (Comgás)	500.000	12.939	—	12.939	—
BNDES Projeto VIII	1.000.000	51.220	—	51.220	—
Swaps Debêntures (Rumo)	5.556.236	(75.806)	—	(196.959)	—
Total derivativos	8.240.737	(195.799)	604.640	(518.636)	(30.939)
Total	25.828	(8.313.348)	(855.484)	(2.424.545)	(289.454)

- (i) Na subsidiária Comgás, a exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado.

Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas.

A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

Notas Explicativas

			Valor registrado		Ajuste de valor acumulado		
			Nocional	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Risco de câmbio							
Objetos							
Senior Notes 2027	USD+7,0%	(3.627.325)	(4.305.928)	(4.379.812)	313.052	(349.181)	
Export Credit Agreement	EUR + 0,58%	(100.198)	(95.460)	—	15.827	—	
Resolução 4.131 (Rumo)	USD + 2,20%	(220.000)	(148.932)	—	9.185	—	
EIB 3ª Tranche	US\$ + LIBOR6M + 0,54%	—	—	(30.817)	—	156	
EIB 4ª Tranche	US\$ + LIBOR6M + 0,61%	—	—	(57.813)	—	308	
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	US\$ + 3,67%	(268.125)	(438.823)	(415.232)	(18.230)	(24.247)	
Resolução 4.131 (Comgás - 2020)	US\$ + 1,59%	—	—	(388.912)	—	1.967	
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	US\$ + 1,36%	(407.250)	(414.378)	—	5.526	—	
Total		(4.622.898)	(5.403.521)	(5.272.586)	325.360	(370.997)	
Instrumentos derivativos							
Swap Notes 2027	BRL + 126,85% do CDI	3.627.325	2.047.237	2.272.648	45.181	1.320.629	
Swap de câmbio e juros	BRL + 107% do CDI	100.198	30.535	—	(10.658)	—	
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	220.000	47.527	—	(15.874)	—	
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	—	—	21.176	844	24.927	
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	—	—	39.256	2.583	26.219	
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	168.358	154.627	20.794	117.080	
Resolução 4.131 (Comgás - 2020)	BRL + CDI + 2,75%	—	—	(6.214)	15.711	(12.904)	
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	(514)	—	(6.628)	—	
Total derivativos		4.622.898	2.293.143	2.481.493	51.953	1.475.951	
Total		—	(3.110.378)	(2.791.093)	377.313	1.104.954	

			Valor registrado		Ajuste de valor acumulado		
			Nocional	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Risco de juros							
Objetos							
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(500.000)	(543.752)	—	(59.494)	—	
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(676.798)	—	(9.264)	—	
Total		(1.100.000)	(1.220.550)	—	(68.758)	—	
Instrumentos derivativos							
Swap de inflação e juros	107% CDI	500.000	71.375	—	11.772	—	
Swap de inflação e juros	105% CDI	600.000	82.344	—	(1.789)	—	
Total derivativos		1.100.000	153.719	—	9.983	—	
Total		—	(1.066.831)	—	(58.775)	—	

Notas Explicativas

5.11 Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Notas Explicativas

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. uso de preços de mercado cotados

Notas Explicativas

- ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e
- iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado.

O valor de mercado das dívidas abaixo está cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 5.6) e baseiam-se no preço de mercado cotado da seguinte forma:

	Empresa	31/12/2021	31/12/2020
Senior Notes 2023	Cosan Luxembourg S.A.	100,26%	101,02%
Senior Notes 2025	Rumo Luxembourg S.à r.l.	103,04%	—
Senior Notes 2027	Cosan Luxembourg S.A.	103,79%	108,20%
Senior Notes 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	103,42%	—
Senior Notes 2029	Cosan S.A.	104,39%	—
Senior Notes 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	94,34%	—
Perpetual Notes	Cosan Overseas Limited	102,17%	102,88%

Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar em que os valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos são os seguintes:

Notas Explicativas

		Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020	
	Nota			Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2
Ativos							
Aplicações em fundos de investimento	5.1	8.103.713	2.154.257	8.103.713	—	—	2.154.257
Títulos e valores mobiliários	5.2	4.388.007	2.271.570	4.388.007	—	—	2.271.570
Outros ativos financeiros	5.4	320.193	848.821	320.193	—	848.821	—
Propriedades para investimentos	10.5	3.886.696	—	—	3.886.696	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.10	4.732.926	3.127.418	4.732.926	—	—	3.127.418
Total		21.431.535	8.402.066	17.544.839	3.886.696	848.821	7.553.245
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	(20.214.600)	(6.837.028)	(20.214.600)	—	—	(6.837.028)
Instrumentos financeiros derivativos	5.10	(1.076.161)	(417.827)	(1.076.161)	—	—	(417.827)
Total		(21.290.761)	(7.254.855)	(21.290.761)	—	—	(7.254.855)

5.12 Gestão de risco financeiro

Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros Reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(i) Análise de sensibilidade	Swap de juros.
Risco de mercado – preço	Transações comerciais futuras	(i) Fluxo de caixa projetado (ii) Análise de sensibilidade	Preço futuro da energia elétrica (compra e venda).
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	(i) Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar ou as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

Notas Explicativas

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos e euros:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.811.598	143.676
Contas a receber de clientes	93.326	17.502
Fornecedores	(4.721)	(174.178)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.640.300)	(8.007.493)
Arrendamentos	(108.365)	—
Contraprestação a pagar	(234.960)	(224.787)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>nocional</i>)	21.105.358	5.453.252
Exposição cambial, líquida	5.021.936	(2.792.028)

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares e euros, e o impacto em outros componentes do patrimônio vem de contratos de câmbio futuros estrangeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos reais brasileiros para dólares americanos e euros em 31 de dezembro de 2021 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo pelos valores mostrados abaixo. Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes e ignora qualquer impacto das vendas e compras previstas. Os cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais) foram definidos com base nas variações de 25% e 50% da taxa de câmbio do dólar americano e do euro utilizadas no cenário provável. A exposição da Companhia às mudanças de moeda estrangeira para todas as outras moedas não é material:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	81.621	1.054.926	2.028.231	(891.684)	(1.864.989)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	76.502	100.347	124.191	52.658	28.813
Fornecedores	Alta cambial	(1.414)	(926)	(438)	(1.902)	(2.389)
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	2.457.838	3.676.786	6.946.953	(2.863.548)	(6.133.715)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(424.712)	(7.017.875)	(13.489.738)	5.925.849	12.397.712
Arrendamentos	Alta cambial	(2.321)	(29.992)	(57.663)	23.351	53.022
Contraprestação a pagar	Alta cambial	239.993	299.991	359.989	179.995	119.997
Impactos no resultado		2.427.507	(1.916.743)	(4.088.474)	2.424.719	4.598.450

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio					
	31/12/2021	Provável	25%	50%	-25%	-50%
U.S.\$	5,5805	5,7000	7,1250	8,5500	4,2750	2,8500
Euro	6,3210	6,5550	8,1938	9,8325	4,9163	3,2775
GBP	7,5242	7,9230	9,9038	11,8845	5,9423	3,9615

Notas Explicativas

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Cenários de variação				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	1.623.771	1.995.927	2.385.014	1.423.642	1.116.070
Títulos e valores mobiliários	487.145	598.464	714.627	430.749	340.218
Arrendamento e concessão parcelados	(121.902)	(152.377)	(182.853)	(91.426)	(60.951)
Passivos de arrendamento	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)
Instrumentos financeiros derivativos	1.327.786	(1.365.311)	(2.073.012)	223.066	1.124.171
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.244.669)	(2.760.945)	(3.184.050)	(1.914.734)	(1.491.629)
Outros passivos financeiros	(71.996)	(88.073)	(104.151)	(55.918)	(39.840)
Impactos no resultado	628.702	(2.143.748)	(2.815.858)	(356.054)	616.606

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,60%	9,25%	10,90%	5,95%	4,30%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%
IGPM	5,19%	6,48%	7,78%	3,89%	2,59%
Libor	1,16%	1,45%	1,74%	0,87%	0,58%
Fed Funds	0,90%	1,13%	1,35%	0,68%	0,45%

Notas Explicativas

iii. Risco de preço

- Posição financeira e ganhos (perdas) não realizados nas operações de comercialização de eletricidade, líquido**

As operações de comercialização de energia elétrica são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações, os quais podem vir a não se confirmar, no futuro.

Os saldos patrimoniais, referentes às nossas transações de *trading* em aberto estão abaixo apresentados:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Perda líquida	Ativo	Passivo	Perda líquida
Comercialização de energia	69.576	(317.699)	(248.123)	96.595	(286.018)	(189.423)

O principal fator de risco que impacta a precificação das nossas operações de trading é a exposição aos preços de mercado da energia. Os cenários para análise de sensibilidade para este fator são elaborados utilizando dados de mercado e fontes especializadas, considerando preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021, como segue:

	Provável	Cenários de variação			
		25%	50%	-25%	-50%
Perda não realizada com comercialização de energia	(248.123)	(244.212)	(240.302)	(252.034)	(255.942)
	(248.123)	(244.212)	(240.302)	(252.034)	(255.942)

Notas Explicativas

A projeção de liquidação das posições, em valor nominal, segue o cronograma abaixo:

	2022	2023	2024	2025 em diante
Posições a serem liquidadas	(248.115)	(13.822)	1.093	12.721

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	16.174.130	4.614.053
Contas a receber de clientes	2.745.853	1.604.839
Títulos e valores mobiliários	4.388.007	2.271.570
Caixa restrito	58.990	—
Instrumentos financeiros derivativos	4.732.926	3.127.418
Recebíveis de partes relacionadas	416.491	271.766
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	519.965	77.561
Outros ativos financeiros	320.193	68.838
	29.356.555	12.036.045

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Notas Explicativas

O risco de crédito das contas a receber de arrendamentos é classificado em duas categorias de clientes: (i) Nível 1 e (ii) Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das subsidiárias são arrendadas a clientes classificados no Nível 1, sem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e com uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2. Para as contas a receber relacionadas com a venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse de terrenos ao cliente apenas quando o pagamento de um sinal pela transação é recebido. Além disso, o título de propriedade é transferido somente mediante o recebimento integral dos pagamentos em aberto.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
AAA	23.080.390	8.997.661
AA	2.239.266	1.015.380
BBB	34.397	—
	25.354.053	10.013.041

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.845.774)	(6.628.072)	(12.124.037)	(32.777.404)	(57.375.287)	(20.543.616)
Fornecedores	(3.253.504)	—	—	—	(3.253.504)	(1.875.192)
Outros passivos financeiros	(726.423)	—	—	—	(726.423)	(149.293)
Parcelamento de débitos tributários	(52.805)	(3.453)	(1.395)	(143.011)	(200.664)	(193.353)
Passivos de arrendamento	(413.310)	(413.692)	(1.133.476)	(13.671.334)	(15.631.812)	(107.451)
Arrendamento e concessão parcelados	(187.972)	(201.876)	(198.532)	(596.696)	(1.185.076)	—
Pagáveis a partes relacionadas	(287.609)	—	—	—	(287.609)	(150.484)
Dividendos a pagar	(799.634)	—	—	—	(799.634)	(16.301)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.064.207)	(1.078)	1.380.014	5.998.479	6.313.208	4.087.083
	(12.631.238)	(7.248.171)	(12.077.426)	(41.189.966)	(73.146.801)	(18.948.607)

d) Risco de gestão de capital

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre capital, que é definido pela Companhia como o resultado das suas atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido, para que seja adequado a cada um dos seus negócios.

Notas Explicativas

6 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.696	26.952	1.333.868	322.500
ICMS ⁽ⁱ⁾	10	—	873.203	159.299
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	106.250	17.763
PIS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.968	2.785	299.610	20.071
Créditos tributários	42.932	42.138	42.932	42.138
Outros	2.942	1.165	145.304	39.933
	76.548	73.040	2.801.167	601.704
Circulante	33.616	35.507	921.472	434.480
Não circulante	42.932	37.533	1.879.695	167.224

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte, cujo saldo passou a ser somado ao consolidado em decorrência da reorganização societária, nota 1.1.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado, cujo saldo passou a ser somado ao consolidado em decorrência da reorganização societária, nota 1.1.
- (iii) Na subsidiária Comgás, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Notas Explicativas

Em 2018, a subsidiária Comgás reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017 com base na decisão proferida naquela data pelo STF, mantendo como ativo contingente valores decorrentes da ação, ainda não julgada em definitivo, que retroagiam a julho de 2008.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valeria a partir de 15 de março de 2017 – data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. No caso da subsidiária Comgás, uma vez que sua ação individual data de julho de 2013, de acordo com a forma jurídica da modulação dos efeitos, ficou resguardado o direito de recuperação do indébito desde julho de 2008. Desta forma, todas as circunstâncias relevantes e, até então, pendentes acerca do tema foram superadas e, portanto, sob o ponto de vista do IAS 37 / CPC 25, os valores relativos ao pleito deixaram de ser classificados como ativo contingente, já que sua existência foi confirmada e sua realização é praticamente certa. Portanto, a subsidiária Comgás registrou, em junho de 2021, o montante de R\$ 957.663 (R\$573.462 principal e R\$ 382.201 atualização monetária), os quais, atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R\$ 956.338 (R\$ 563.175 principal e R\$ 393.213 atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS em seu ativo não circulante, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. O montante total está suportado pela Administração com base em cálculos e documentação suporte, a fim de consubstanciar a exatidão dos cálculos. Em agosto de 2021, foi certificado o trânsito em julgado da ação individual ajuizada pela subsidiária Comgás sobre o tema no ano de 2013. A subsidiária Comgás considera ainda incerto se uma parcela dos referidos créditos reconhecidos em junho 2021 e corrigidos até 31 de dezembro poderá, eventualmente, ser considerada como componente de ajuste tarifário no âmbito do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, sendo que tal interpretação ganhou maior clareza após a modulação dos efeitos pelo STF no julgamento de 13 de maio de 2021. Portanto, do montante total de créditos reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás provisionou o valor de R\$ 638.975 (R\$ 375.565 principal e R\$ 263.410 atualização monetária), equivalente à parcela incerta, em sua rubrica de Passivos Setoriais, no passivo não circulante (Nota 5.9). Conforme deliberação ARSESP nº 1.254 de 08 de dezembro de 2021, a partir de 10 de dezembro de 2021 as tarifas já excluem o ICMS na base do PIS/COFINS.

Notas Explicativas

7 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	814.320	545.529
Peças e acessórios ⁽ⁱ⁾	180.286	—
Materiais para construção	126.889	118.319
Almoxarifado e outros	27.809	22.052
	1.149.304	685.900

- (i) Com a reorganização societária (nota 1.1), os saldos consolidados da Rumo passaram a ser consolidados na Cosan S.A..

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 26.841 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.449 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

8 Investimento em associadas

8.1 Investimentos em subsidiárias e associadas

Política contábil:

i. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

ii. Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Participação direta em subsidiária		
Compass Gás e Energia ⁽ⁱ⁾	88,00%	99,01%
Cosan Lubes Investments Limited (CLI)	70,00%	70,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda	100,00%	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	75,00%	75,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	97,50%	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	72,25%	—
Rumo S.A. (1.1.2 b)	30,35%	2,16%
Cosan Logística S.A. (1.1.2 b)	—	0,10%
Violeta Fundo de Investimento Multimercado (nota 1.2.19)	100,00%	—
Participação da Compass Gás e Energia em suas entidades controladas		
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	99,15%	99,15%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
Compass Geração Ltda	—	100,00%
Compass Energia Ltda	100,00%	100,00%
Terminal de Regaseificação de São Paulo - TRSP	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia	100,00%	—

Notas Explicativas

Participação da Cosan Lubes Investments Limited em suas entidades controladas

Moove Lubricants Limited	100,00%	100,00%
Cosan Cinco S.A.	100,00%	100,00%
Airport Energy Limited	100,00%	100,00%
Airport Energy Services Limited	100,00%	100,00%
Wessex Petroleum Limited	100,00%	100,00%
Stanbridge Group Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubricants España S.L.U.	100,00%	100,00%
Techniques ET Technologies Appliquees SAS - TTA ^(iv)	100,00%	75,00%
Cosan Lubrificantes S.R.L.	98,00%	98,00%
Lubrigrupo II - Comércio e Distribuição de Lubrificantes S.A.	100,00%	100,00%
Comma Oil & Chemicals Marketing SRL	100,00%	100,00%
Comma Otomotiv Yag Ve Kimyasallari	100,00%	100,00%
Pazarlama Limited Sirketi	100,00%	100,00%
Comma Oil & Chemicals Marketing B	100,00%	100,00%
Commercial Lubricants Moove Corp	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Ltda.	100,00%	100,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%

Participação da Rumo S.A. em suas entidades controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾

Elevações Portuárias S.A.	100,00%	—
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	—
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	—
Boswells S.A.	100,00%	—
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	—
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	—
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	—
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	—
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	—
ALL Argentina S.A.	100,00%	—
Portofer Ltda	100,00%	—
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A.	100,00%	—
Paranaguá S.A.	99,90%	—
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	—
Brado Participações S.A. (nota 1.2.15)	77,65%	—
ALL Central S.A.	73,55%	—
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	—
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	—
Terminal São Simão S.A.	51,00%	—

Participação Violeta Fundo de Investimento Multimercado em suas entidades controladas (nota 1.2.19)

Verde Pinho Fundo de Investimento em Participações	100,00%	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	50,00%	—
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas	50,00%	—
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	50,00%	—
Terras da Ponta Alta S.A.	50,00%	—
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—

Notas Explicativas

- (i) A controlada Compass Gás e Energia, conforme descrito na nota 1.2.11, celebrou Acordos de Investimento que resultaram na diluição da participação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2021 foram realizados aportes na Compass no montante de R\$2.250.015.

O acordo firmado com a Atmos dispõe de uma cláusula que confere a opção de venda das ações discriminadas no acordo, estando segurada pela Companhia que precisará efetuar um complemento do preço praticado pela Atmos caso ele seja inferior ao preço base determinado no acordo. A provisão para complemento de preço será calculada pela diferença entre o preço da ação vendido e o preço base. Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de provisão, pois o *valuation* da controlada excede o preço base determinado em contrato. Essa avaliação será realizada trimestralmente e se necessário uma provisão será reconhecida.
- (ii) A administração concluiu que não há incertezas relevantes que levem dúvidas sobre a continuidade da Controlada. Apesar de apresentar em 31 de dezembro de 2021 um valor de passivo a descoberto de R\$356.442, conforme demonstrado a seguir, não foram identificados eventos ou condições que, de forma individual ou coletiva, possam levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de manutenção de sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com apoio financeiro da Companhia.
- (iii) Movimento de participação societária decorrente da reorganização societária conforme especificado na nota 1.1.
- (iv) Em agosto de 2021, a Moove Lubricants Limited adquiriu 25% da participação remanescente. A contraprestação em dinheiro de R\$32.030 foi paga ao acionista não controlador.

Notas Explicativas

A seguir estão os investimentos em subsidiárias e coligadas em 31 de dezembro de 2021, que são relevantes para a Companhia:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Compass Gás e Energia	714.190.095	628.487.691	88,00%	88,00%
Cosan Global Limited	1	1	100,00%	100,00%
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.515	61.359.623	50,74%	5,00%
Janus Brasil Participações S.A.	229.689.888	116.620.166	50,77%	5,00%
Cosan Lubes Investment	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	78.527.201	58.895.877	75,00%	75,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	99,99%	99,99%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	86.370	62.403	72,25%	72,25%
Rumo S.A.	1.854.158.791	562.529.490	30,34%	30,35%
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.115.452.842	2.115.452.842	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	156.000	97,50%	97,50%

Notas Explicativas

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Acervo incorporado (nota 1.1)	Combinação de negócios (nota 8.2.1)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rumo S.A.	—	10.567	(92.686)	5.621	(10.852)	—	4.585.932	—	(7.795)	4.490.787
Cosan Global	132.896	4.631	—	—	—	—	—	—	—	137.527
Compass Gás e Energia	3.288.317	1.650.628	1.410.507	34.261	(895.420)	95.000	—	—	(78)	5.583.215
Cosan Investimentos e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	5.836.793	4.648.043	—	(429.696)	(1.026.072)	—	—	—	(9.029.068)	—
Atlântico Participações Ltda ⁽ⁱⁱ⁾	—	801	—	—	(191)	433.005	—	—	—	433.615
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	—	(196)	171	—	—	150	430	—	—	555
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	—	(10.041)	4.964	—	—	12.757	9.372	—	—	17.052
Cosan Lubes Investment	1.364.608	205.141	—	30.421	—	—	—	—	—	1.600.170
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.071	(4.714)	—	—	—	5.250	—	—	—	9.607
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	33.209	12.751	—	1.553	(1.854)	—	—	(45.659)	—	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	62.391	(1.688)	—	1.060	(879)	—	—	(19.565)	(41.319)	—
Tellus Brasil Participações S.A.	105.662	39.938	—	—	(2.805)	—	—	—	—	142.795
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	473	(94)	—	—	—	500	—	—	—	879
Janus Brasil Participações S.A.	130.900	49.235	—	—	(1.738)	4.959	—	—	—	183.356
Violeta Fundo de Investimento Multimercado ^(iv)	—	17.032	—	(1.253)	(10.388)	—	—	—	2.113.752	2.119.143
Outros	62.260	24.014	—	3.935	(2.854)	5	—	(59.906)	41.314	68.768
Total investimento em associadas	11.026.580	6.646.048	1.322.956	(354.098)	(1.953.053)	551.626	4.595.734	(125.130)	(6.923.194)	14.787.469
Cosan Luxemburg S.A.	(458.852)	102.410	—	—	—	—	—	—	—	(356.442)
Total investimento passivo descoberto	(458.852)	102.410	—	—	—	—	—	—	—	(356.442)
Total	10.567.728	6.748.458	1.322.956	(354.098)	(1.953.053)	551.626	4.595.734	(125.130)	(6.923.194)	14.431.027

(i) O saldo apresentado em “outros” é decorrente da incorporação o saldo da CIP conforme detalhado na nota 1.2.18.

(ii) A Companhia vem fazendo aportes na controlada Atlântico para suportar financeiramente as aquisições descritas na nota 1.2.13.

(iii) A administração da Radar Propriedades Agrícolas S.A. (“Radar”) promoveu uma reorganização societária em 30 de abril de 2021 visando otimizar a gestão operacional e o gerenciamento de riscos de seus ativos. A operação teve como resultante uma cisão parcial da Radar, de forma que seus ativos e passivos operacionais foram parcialmente cindidos e vertidos para novas entidades criadas sob a mesma estrutura corporativa da Cosan S.A., Mansilla e Radar II Propriedades Agrícolas S.A. (“Radar II”) e nas mesmas proporções de participação acionária. Os investimentos societários da Radar também foram cindidos, sendo estes acervos incorporados pelas próprias entidades cindidas Nova Agrícola Ponta Alta S.A. (“Nova Agrícola Ponta Alta”), Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas (“Nova Amaralina”), Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. (“Nova Santa Bárbara”) e Terras da Ponte Alta S.A. (“Terras da Ponte Alta”), resultando em uma reclassificação nos investimentos da Companhia no montante de R\$41.319, demonstrada no quadro abaixo. A reorganização societária ocorreu de forma que não houve alteração da participação econômica dos acionistas nestes investimentos.

(iv) O saldo apresentado em “outros” é decorrente da contribuição dos investimentos conforme detalhado na nota 1.2.19.

Notas Explicativas

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Comgás	2.861.936	—	—	—	—	(2.861.936)	—	—	—
Compass Gás e Energia	—	923.415	44.569	58.707	(598.689)	2.861.936	—	(1.621)	3.288.317
Cosan Global Limited	103.989	28.907	—	—	—	—	—	—	132.896
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.849.473	599.038	—	(69.948)	(367.543)	—	(174.227)	—	5.836.793
Cosan Lubes Investment	1.104.567	104.352	—	155.689	—	—	—	—	1.364.608
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	7.075	(18.004)	—	—	—	20.000	—	—	9.071
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	31.980	1.747	—	45	(563)	—	—	—	33.209
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	59.880	3.512	—	232	(1.233)	—	—	—	62.391
Tellus Brasil Participações S.A.	102.339	6.883	—	—	(3.560)	—	—	—	105.662
Janus Brasil Participações S.A.	126.086	7.591	—	—	(3.909)	1.132	—	—	130.900
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	555	(82)	—	—	—	—	—	—	473
Outros	51.785	(2.305)	—	12.770	—	10	—	—	62.260
Total investimento em associadas	10.299.665	1.655.054	44.569	157.495	(975.497)	21.142	(174.227)	(1.621)	11.026.580
Compass Gás e Energia	(1.621)	—	—	—	—	—	—	1.621	—
Cosan Luxemburgo S.A.	(151.206)	(307.646)	—	—	—	—	—	—	(458.852)
Total investimento passivo descoberto	(152.827)	(307.646)	—	—	—	—	—	1.621	(458.852)
Total	10.146.838	1.347.408	44.569	157.495	(975.497)	21.142	(174.227)	—	10.567.728

Notas Explicativas**Informações financeiras de subsidiárias e associadas:**

	Saldo em 31 de dezembro de 2021				Saldo em 31 de dezembro de 2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Cosan Lubes Investment	3.273.652	(985.797)	2.287.855	294.758	2.941.839	(992.338)	1.949.501	149.446
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	4.484.805	(246.600)	4.238.205	45.003	—	—	—	—
Rumo S.A.	22.729.115	(7.933.694)	14.795.421	150.538	—	—	—	—
Cosan Luxembourg S.A.	4.635.332	(4.991.774)	(356.442)	102.410	4.490.706	(4.949.558)	(458.852)	(307.646)
Cosan Global	137.527	—	137.527	4.631	132.896	—	132.896	28.907
Tellus Brasil Participações Ltda	3.296.499	(502.734)	2.793.765	782.220	2.235.872	(169.779)	2.066.093	134.441
Janus Brasil Participações S.A.	4.261.432	(666.361)	3.595.071	1.048.514	2.764.440	(197.906)	2.566.534	143.432
Compass Gás e Energia	6.383.318	(38.671)	6.344.647	1.725.111	3.342.271	(21.076)	3.321.195	931.265

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%) ⁽ⁱ⁾
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.515	61.359.623	50,74%	5,00%
Janus Brasil Participações S.A.	229.689.888	116.620.166	50,77%	5,00%
Rhall Terminais Ltda	28.580	8.574	30,00%	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%	49,62%
TUP Porto São Luis S.A.	42.635.878	20.891.583	49,00%	49,00%

- (i) A Companhia não possui influência significativa, justificando os critérios para definir a mensuração da parcela retida do investimento por meio do método de equivalência patrimonial, embora não consolide devido ao acordo de acionistas que inibe sua tomada de decisão.

Notas Explicativas

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Acervo incorporado (nota 1.1)	Combinação de negócios (nota 8.2.1)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Tellus Brasil Participações S.A.	105.665	39.938	—	—	(2.805)	—	—	—	—	142.798
Janus Brasil Participações S.A.	130.901	49.235	—	—	(1.738)	4.959	—	—	—	183.357
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	62.372	(1.688)	—	1.060	(879)	—	—	(19.565)	(41.300)	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	33.205	12.751	—	1.553	(1.854)	—	—	(45.659)	4	—
Rhall Terminais Ltda	—	1.311	—	—	(1)	—	3.597	—	—	4.907
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	1.850	—	—	—	—	3.632	—	(757)	4.725
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	—	3.967	—	—	(3.143)	—	16.739	—	—	17.563
Terminal XXXIX S.A.	—	4.664	—	—	—	—	25.985	—	—	30.649
TUP Porto São Luis S.A.	—	801	—	—	—	393.579	—	—	—	394.380
Outros	1.562	16.330	—	5.243	(2.854)	—	—	(59.906)	41.313	1.688
	333.705	129.159	—	7.856	(13.274)	398.538	49.953	(125.130)	(740)	780.067

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Tellus Brasil Participações S.A.	102.342	6.883	—	—	(3.560)	—	—	105.665
Janus Brasil Participações S.A.	126.087	7.591	—	—	(3.909)	1.132	—	130.901
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	59.861	3.512	—	232	(1.233)	—	—	62.372
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	31.976	1.747	—	45	(563)	—	—	33.205
Outros	5.429	(4.019)	—	(37)	—	10	179	1.562
	325.695	15.714	—	240	(9.265)	1.142	179	333.705

Notas Explicativas

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2021				Saldo em 31 de dezembro de 2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Tellus Brasil Participações Ltda	3.296.499	(502.734)	2.793.765	782.220	2.235.872	(169.779)	2.066.093	134.441
Janus Brasil Participações S.A.	4.261.432	(666.361)	3.595.071	1.048.514	2.764.440	(197.906)	2.566.534	143.432
Rhall Terminais Ltda	31.068	(14.708)	16.360	4.073	—	—	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	276.284	(252.483)	23.801	11.726	—	—	—	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	253.310	(76.257)	177.053	37.150	—	—	—	—
Terminal XXXIX S.A.	335.511	(273.747)	61.764	10.075	—	—	—	—
TUP Porto São Luis S.A.	455.437	(67.523)	387.914	(7.410)	—	—	—	—

Notas Explicativas

8.2 Aquisição de subsidiárias

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer goodwill que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Notas Explicativas

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

8.2.1 Radar

Em 03 de novembro de 2021, a Cosan adquiriu 47% de participação do Capital Social nas empresas gestoras de propriedades agrícolas (“Grupo Radar” ou “Adquiridas”), passando de 3% para 50%, conforme demonstrado abaixo:

Nome da adquirida	Participação adquirida		Participação final
	Direta	Indireta	
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	47,00%	-	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas	38,94%	8,06%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	38,94%	8,06%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	38,94%	8,06%	50,00%

Conforme Acordo de Acionistas, a Cosan possui a maioria dos votos nas matérias da Diretoria, bem como o poder de decisão sobre as atividades das Companhias do Grupo Radar e, por isso, detém o controle. As participações societárias imediatamente anteriores à aquisição nas Companhias do Grupo Radar estavam mensuradas a valor justo na data da transação, logo, nenhum ajuste foi realizado.

Notas Explicativas

As empresas adquiridas são gestoras de propriedades agrícolas, com capacidade para investir em ativos com alto potencial produtivo no Brasil. Esta transação está alinhada à estratégia de alocação de capital da Cosan, reforçando o compromisso da Companhia com o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e com a criação de valor para seus *stakeholders*.

Em contraprestação ao percentual adquirido, o preço pago da transação totalizou R\$1.572.352, sendo R\$1.479.404 referente ao principal e R\$92.948 da atualização das parcelas pelo IPCA. A contraprestação será paga em 4 parcelas, sendo que foi paga, no dia 3 de novembro de 2021, primeira parcela no montante de R\$601.856 e as demais parcelas anuais de R\$295.881, corrigidas pelo IPCA, com vencimento final em setembro de 2024.

A Companhia, por meio de consultores independentes, avaliou o valor justo de todos os ativos adquiridos e passivos assumidos no balanço patrimonial de abertura. A partir dessa avaliação, não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor contábil.

Na data da aquisição, o patrimônio líquido consolidado das Adquiridas era de R\$ 4.231.107, sendo o seu capital social composto por dois acionistas: Cosan (controladora) e Mansilla (não controladora). O valor da participação da não controladora é demonstrado a seguir considerando o proporcional da participação da Mansilla no acervo da adquirida, que está a valor justo.

	Participação	Patrimônio líquido atribuível aos não controladores
Mansilla Participações Ltda.	50%	2.115.554

Notas Explicativas

a) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	Grupo Radar
Caixa e equivalentes de caixa	9.123
Títulos e valores mobiliários	38.675
Contas a receber de clientes	194.715
Recebíveis de partes relacionadas	16.780
Tributos a recuperar	1.083
Outros ativos	1.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44
Depósitos judiciais	279
Outros ativos financeiros	318.445
Propriedades para investimentos	3.875.752
Imobilizado	33
Direito de uso	3.240
Fornecedores	(992)
Tributos a pagar	(11.443)
Partes relacionadas	(2.504)
Arrendamento mercantil	(3.281)
Adiantamento de clientes	(41)
Outras obrigações	(16.738)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(192.883)
Provisão para contingências	(279)
Total dos ativos identificáveis, líquido	4.231.107

Desde a data da aquisição, as empresas adquiridas contribuíram para a Companhia com receitas de R\$31.502 e lucro antes dos tributos de R\$49.218. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas da Cosan totalizariam R\$25.221.786, e o lucro das operações seria de R\$7.744.023.

b) Ganho proveniente de compra vantajosa

O preço pago da transação foi menor do que o Patrimônio Líquido das adquiridas gerando um ganho por compra vantajosa demonstrado na tabela a seguir:

Contraprestação transferida	1.572.352
Participação de não controladores mensurada ao valor justo	2.115.554
Valor justo da participação pré-existente do Grupo Radar	126.933
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	(4.231.107)
Ganho por compra vantajosa	(416.268)

Notas Explicativas

O ganho por compra vantajosa foi realizado fiscalmente em 1 de dezembro 2021, pelo evento de contribuição de capital do investimento ao FIP Verde Pinho. A Companhia adicionou o montante à sua base tributável de imposto de renda e contribuição social. Contudo, não gerou saldo de tributo a pagar visto que havia saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no ano corrente que absorveram esse ganho.

8.2.2 Compass

Em 30 de janeiro de 2020, a Cosan concluiu a aquisição de 100% do capital das seguintes empresas:

Nome da adquirida	Descrição da operação
Compass Comercializadora de Energia Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Geração Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Energia Ltda	Sem operação
Compass Energia Participações Ltda	Sem operação

Foram feitas estimativas precisas e confiáveis do preço de compra para determinar o valor do ágio pago na transação. Ágio é a diferença entre o valor dos ativos líquidos adquiridos e o preço pago pelas ações.

A Companhia, por meio de consultores independentes, avaliou se o valor justo de todos os ativos e passivos no balanço patrimonial de abertura é diferente do valor contábil declarado. Os ativos e passivos avaliados incluem ativos imobilizados, carteiras de clientes, marcas e, possivelmente, também empréstimos de longo prazo. Não foram identificadas diferenças materiais entre o valor justo e o valor contábil, e o preço líquido pago foi totalmente alocado ao ágio.

Notas Explicativas

Os saldos das empresas adquiridas são compostos substancialmente por ativos e passivos mensurados pelo valor justo e, portanto, não foram efetuados ajustes no valor justo e nas políticas contábeis.

v. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	Compass Comercializadora	Compass Geração	Compass Energia	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.539	177	37	4.753
Contas a receber de clientes	12.384	149.163	-	161.547
Adiantamento de fornecedores	15	-	-	15
Outros tributos a recuperar	134	89	31	254
Instrumentos financeiros derivativos	1.377	-	-	1.377
Investimentos em associadas	9	28	-	37
Imobilizado	69	-	-	69
Fornecedores	(13.585)	(83.669)	-	(97.254)
Outros tributos a pagar	-	(162)	-	(162)
Outras contas a pagar	(97)	-	-	(97)
Outros passivos financeiros	-	(48.007)	-	(48.007)
Dividendos a pagar	-	(508)	-	(508)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(17.063)	-	(17.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(468)	-	-	(468)
Total dos ativos identificáveis, líquido	4.377	48	68	4.493

vi. Ágio

O valor justo na data de aquisição do ágio consistiu no seguinte:

	Total
Contraprestação transferida ⁽ⁱ⁾	99.385
Total de ativos adquiridos e passivo assumidos a valor justo	4.493
Ágio	94.892

(i) Efeito da contraprestação transferida líquida do caixa adquirido R\$ 94.631.

Informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição podem resultar em ajustes na alocação do ágio. O ágio de R\$ 94.892 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros decorrentes da aquisição.

Notas Explicativas

O ágio representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo. A vida útil do ágio é indefinida e o saldo desse ativo é avaliado anualmente pela Companhia, ou quando tiver indicativo de *impairment*, por meio do método de fluxo de caixa descontado.

	Natureza	Metodologia de avaliação	Valor justo	Vida útil
Ágio	Representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo.	Fluxo de caixa descontado	94.892	Indefinida

Se as subsidiárias adquiridas tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentaria uma receita líquida de R\$9.244.777 e lucro líquido de R\$934.817.

8.3 Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

Notas Explicativas

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Compass Gás e Energia	714.190.095	85.702.404	12,00%
Comgás	132.520.587	1.139.210	0,86%
Cosan Lubes	34.963.764	10.489.129	30,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	78.527.201	19.631.324	25,00%
Rumo S.A.	1.854.158.791	1.291.629.301	69,65%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	4.000	2,50%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	86.370	23.967	27,75%
TTA – SAS Techniques et Technologie Appliquées (i)	10.521	-	-
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.266.986	633.493	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	50,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	50,00%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.838	41.925.419	50,00%

- (i) Aquisição de participação de não controladores, conforme descrito na Nota 8.1, item (iv).

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo.

Notas Explicativas

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Acervo incorporado (nota 1.1)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Comgás	24.729	17.524	—	625	(14.184)	—	—	(228)	28.466
Compass Gás e Energia ⁽ⁱ⁾	32.880	74.390	(1.505.311)	7.698	(97.187)	2.250.015	—	(1.053)	761.432
Rumo S.A.	—	28.534	(318.323)	905	(31.231)	—	10.831.204	16.688	10.527.777
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	—	(3.539)	4.904	—	—	541	4.643	—	6.549
Cosan Limited Partners Brasil	—	(104)	(169)	—	—	—	287	—	14
Cosan Lubes	582.283	87.823	—	13.037	—	—	—	—	683.143
TTA	15.834	2.001	(16.822)	(1.013)	—	—	—	—	—
Payly	2.423	(1.571)	—	—	—	1.750	—	—	2.602
Violeta Fundo de Investimento Multimercado (nota 8.2.1)	—	22.502	—	900	(19.854)	—	—	2.115.554	2.119.102
	658.149	227.560	(1.835.721)	22.152	(162.456)	2.252.306	10.836.134	2.130.961	14.129.085

(i) Alienação de participação, conforme descrito na Nota 8.1, item (i).

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / (redução) de capital	Acervo incorporado (nota 1.1)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Comgás	24.569	9.200	—	484	(9.535)	—	—	11	24.729
Compass Gás e Energia	—	7.848	30.431	552	(5.986)	—	—	35	32.880
CLI	470.497	44.816	—	66.970	—	—	—	—	582.283
TTA	10.057	1.694	—	4.083	—	—	—	—	15.834
Payly	2.359	(6.602)	—	—	—	6.666	—	—	2.423
	507.482	56.956	30.431	72.089	(15.521)	6.666		46	658.149

Notas Explicativas

Balanço patrimonial resumido:

	Compass		Comgás		CLI		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante										
Ativo	1.929.639	397.678	4.148.735	4.225.788	1.327.472	1.047.938	1.161.027	—	147.662	—
Passivo	(28.374)	(21.076)	(4.538.385)	(3.610.144)	(755.995)	(616.427)	(760.522)	—	(50.038)	—
Ativo circulante líquido	1.901.265	376.602	(389.650)	615.644	571.477	431.511	400.505	—	97.624	—
Não circulante										
Ativo	4.453.679	2.944.593	8.122.763	9.855.557	1.946.181	1.893.901	21.568.088	—	4.337.142	—
Passivo	(10.296)	—	(6.627.895)	(7.594.604)	(229.802)	(360.077)	(7.173.172)	—	(196.562)	—
Ativo não circulante líquido	4.443.383	2.944.593	1.494.868	2.260.953	1.716.379	1.533.824	14.394.916	—	4.140.580	—
Patrimônio líquido	6.344.648	3.321.195	1.105.218	2.876.597	2.287.856	1.965.335	14.795.421	—	4.238.204	—

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Compass		Comgás		CLI		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	—	—	11.709.713	8.317.691	2.608.680	1.911.541	772.714	—	31.502	—
Resultado antes dos impostos	1.710.947	920.426	2.274.269	1.597.960	310.500	150.930	198.239	—	49.218	—
Imposto de renda e contribuição social	14.164	10.839	(155.148)	(527.812)	(15.742)	(1.484)	(47.701)	—	(4.215)	—
Resultado do exercício	1.725.111	931.265	2.119.121	1.070.148	294.758	149.446	150.538	—	45.003	—
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados abrangente total	1.725.111	931.265	2.119.121	1.070.148	294.758	149.446	150.538	—	45.003	—
Resultado abrangente atribuído a não controlador	207.012	111.751	18.217	9.200	88.427	44.834	104.850	—	22.502	—
Dividendos pagos	982.752	600.000	1.649.653	1.135.669	—	—	—	—	—	—

Notas Explicativas

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Compass		Comgás		CLI		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(44.974)	(18.045)	2.539.222	2.111.551	95.461	71.654	(15.679)	—	21.690	—
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(26.764)	776.872	(1.025.104)	(1.768.298)	77.742	(38.910)	(1.469.750)	—	49.227	—
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.265.679	(525.030)	(2.202.275)	198.890	(13.766)	14.874	714.115	—	(15.650)	—
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.193.941	233.797	(688.157)	542.143	159.437	47.618	(771.314)	—	55.267	—
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	232.819	4	1.610.548	1.083.410	492.619	319.733	1.568.667	—	—	—
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.898)	(982)	(30.741)	(15.005)	109.642	125.268	(5.551)	—	—	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.412.862	232.819	891.650	1.610.548	761.698	492.619	791.802	—	55.267	—

Notas Explicativas

9 Investimento em controlada em conjunto

Política contábil:

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

O investimento da Companhia em joint venture é demonstrado no balanço patrimonial pela participação da Companhia nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da joint venture está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua joint venture são eliminados na proporção do investimento da Companhia na joint venture, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da joint venture é incluído como parte do investimento da Companhia na joint venture e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 / IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil.

O investimento da Companhia em joint venture é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Quando um investimento em uma joint venture é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com o CPC 31 / IFRS 5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas.

Notas Explicativas

Os movimentos no investimento em controlada em conjunto foi o seguinte:

	Antes da reorganização			
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Reorganização (nota 1.2.8)	Raízen S.A.
Número de ações da investida	1.661.418.472	7.243.283.198	1.447.807.814	10.352.509.484
Quotas da investidora	830.709.236	3.621.641.599	105.246.282	4.557.597.117
Percentual de participação	50%	50%	-5,98%	44,02%
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.212.601	4.336.359	—	7.548.960
Resultado de equivalência	332.240	250.761	—	583.001
Ajuste de avaliação patrimonial	376.053	(446.001)	—	(69.948)
Juros sobre capital próprio	(73.388)	—	—	(73.388)
Dividendos	—	(417)	—	(417)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.847.506	4.140.702	—	7.988.208
Resultado de equivalência ⁽ⁱ⁾	448.124	(72.609)	4.215.116	4.590.631
Ajuste de avaliação patrimonial	215.787	(491.548)	(73.416)	(349.177)
Juros sobre capital próprio ⁽ⁱⁱ⁾	(100.318)	—	(122.480)	(222.798)
Reorganização societária (nota 1.2.8)	—	(3.204.832)	3.204.832	—
Dividendos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(716.230)	(371.713)	17.742	(1.070.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.694.869	—	7.241.794	10.936.663

- (i) Conforme divulgado nas notas explicativas 1.2.9 e 1.2.10, a conclusão do IPO da Raízen e a aquisição da Biosev, resultaram em duas capitalizações no patrimônio da Raízen de R\$6.599.987 e R\$2.347.281, respectivamente. Tais capitalizações, originaram uma diluição da participação da Cosan S.A. na Raízen sem a perda do controle compartilhado, mantendo o investimento classificado como uma joint venture e, portanto, todos os ganhos e perdas resultantes foram reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado abaixo:

Redução sobre a participação detida anteriormente	(896.817)
Participação sobre o caixa subscrito no IPO	2.929.872
Exercício do bônus de subscrição - Hédere	1.043.347
Outros resultados abrangentes *	(82.243)
Ganho na diluição	2.994.159
Resultado do exercício	1.596.472
Resultado de equivalência	4.590.631

* Reclassificação como parte da alienação parcial.

- (ii) Valor proposto no exercício, dos quais R\$ 819.729 foram pagos.

Notas Explicativas

De acordo com os termos da controlada em conjunto - Raízen, a Companhia é responsável por determinados processos judiciais que existiam antes da constituição da Raízen, líquidos de depósitos judiciais em 1º de abril de 2011, bem como parcelamentos tributários nos termos da anistia fiscal e Programa de Refinanciamento registrado em “Outros tributos a pagar”. Além disso, a Cosan concedeu à Raízen acesso a uma linha de crédito (*stand-by*) no valor de US\$ 350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2021.

A demonstração da posição financeira e a demonstração do resultado da controlada em conjunto estão divulgadas na Nota 4 - Informações por segmento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com os *convenants* dos contratos que rege a *joint venture*.

Notas Explicativas

10 Imobilizado, intangível e ágio, ativos de contrato, direito de uso e propriedades para investimentos

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

Notas Explicativas

10.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Notas Explicativas

a) Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	232.787	201.787	—	—	30.162	97.070	561.806
Adições	—	1.669	—	—	52.713	1.048	55.430
Baixas	(64)	(2.113)	—	—	—	(3.023)	(5.200)
Transferências	8.785	58.065	—	—	(30.092)	23.521	60.279
Efeito de conversão de balanço	20.934	30.444	—	—	640	17.235	69.253
Saldo em 31 de dezembro de 2020	262.442	289.852	—	—	53.423	135.851	741.568
Reorganização societária (nota 1.1)	1.357.217	1.152.944	6.720.454	7.530.328	3.146.532	374.622	20.282.097
Combinação de negócios (nota 8.2.1)	—	—	—	—	—	41	41
Adições	265	7.678	743	6.501	3.253.054	797	3.269.038
Baixas	(81)	(36.189)	(111.092)	(758)	—	(86.027)	(234.147)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	375.660	552.617	1.128.784	1.218.930	(3.208.495)	12.812	80.308
Efeito de conversão de balanço	5.662	7.712	—	—	139	3.646	17.159
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.001.165	1.974.614	7.738.889	8.755.001	3.244.653	441.742	24.156.064
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(70.597)	(88.281)	—	—	—	(22.891)	(181.769)
Adições	(16.001)	(21.601)	—	—	—	(12.112)	(49.714)
Baixas	7	1.188	—	—	—	2.367	3.562
Transferências	(7.333)	(38.107)	—	—	—	(18.299)	(63.739)
Efeito de conversão de balanço	(8.032)	(15.636)	—	—	—	(9.244)	(32.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(101.956)	(162.437)	—	—	—	(60.179)	(324.572)
Reorganização societária (nota 1.1)	(415.398)	(579.129)	(2.561.600)	(2.647.648)	(13.379)	(27.699)	(6.244.853)
Adições	(78.080)	(181.359)	(444.431)	(465.586)	—	(27.852)	(1.197.308)
Baixas	3.922	35.165	103.360	196	—	82.574	225.217
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	(24.461)	9.549	60.621	(2.603)	—	(176)	42.930
Efeito de conversão de balanço	(2.645)	(4.331)	—	—	—	(1.949)	(8.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(618.618)	(882.542)	(2.842.050)	(3.115.641)	(13.379)	(35.281)	(7.507.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.486	127.415	—	—	53.423	75.672	416.996
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.382.547	1.092.072	4.896.839	5.639.360	3.231.274	406.461	16.648.553

(i) Em 31 de dezembro de 2021, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6).

(ii) Transferências do imobilizado em decorrência da capitalização e demais reclassificações dos referidos ativos.

Notas Explicativas

b) Capitalização de custos de empréstimos

Na Rumo, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$70.609 no imobilizado, a uma taxa média ponderada de 11,81% a.a..

Na controlada indireta TRSP, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$ 7.512 no imobilizado, a uma taxa média ponderada de 2,78% a.a..

10.2 Intangível e ágio

Política contábil:

a) Goodwill

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide nota 8.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Notas Explicativas

Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato.

d) Direitos de concessão

A subsidiária Comgás possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a subsidiária reconhece esse direito como um ativo intangível.

O ativo intangível compreende: (i) o direito de concessão reconhecido na combinação de negócios da subsidiária Comgás, que está sendo amortizado pelo prazo da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de distribuição por mais vinte anos; e (ii) os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, que está sendo depreciado para corresponder ao período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pela ARSESP, para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições da ARSESP.

Notas Explicativas

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Direitos de concessão da Rumo

Os direitos de concessão da Rumo gerados na combinação de negócios da Rumo Malha Norte foram totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte e amortizados linearmente.

f) Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g) Amortização

Exceto pelo *goodwill*, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados, se apropriado.

Notas Explicativas

	Consolidado						Controladora
	Ágio	Direito de concessão	Licenças	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	801.731	10.112.064	—	46.170	829.091	252.535	12.041.591
Adições	—	—	—	—	111.656	7.704	119.360
Baixas	94.892	—	—	—	—	—	94.892
Transferências	—	(48.442)	—	—	(131)	(12.474)	(61.047)
Efeito de conversão de balanço	—	695.140	—	3.697	12.735	52.949	764.521
Operação descontinuada	80.684	—	—	13.541	75.861	10.848	180.934
Saldo em 31 de dezembro de 2020	977.307	10.758.762	—	63.408	1.029.212	311.562	13.140.251
Reorganização societária (nota 1.1)	111.413	8.017.957	343.348	—	—	235.724	8.708.442
Adições	24.696	765	35.834	—	155.469	2.286	219.050
Baixas ⁽ⁱⁱ⁾	(224)	(169.815)	—	—	(44)	(3.828)	(173.911)
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	1.008.855	—	—	394.949	(40.052)	1.363.752
Efeito de conversão de balanço	19.625	—	—	3.232	24.481	3.361	50.699
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.132.817	19.616.524	379.182	66.640	1.604.067	509.053	23.308.283
Valor de amortização							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	—	(1.982.241)	—	(9.201)	(410.449)	(174.019)	(2.575.910)
Adições	—	(368.459)	—	—	(86.162)	(69.591)	(524.212)
Baixas	—	17.030	—	—	111	4.820	21.961
Transferências	—	(10)	—	—	5.181	867	6.038
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—	(17.978)	(4.854)	(22.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	(2.333.680)	—	(9.201)	(509.297)	(242.777)	(3.094.955)
Reorganização societária (nota 1.1)	—	(1.144.572)	(157.411)	—	—	(164.684)	(1.466.667)
Adições	—	(568.150)	(9.876)	—	(116.860)	(35.017)	(729.903)
Baixas ⁽ⁱⁱ⁾	—	152.236	—	—	114	3.828	156.178
Transferências	—	(16.093)	—	—	(395.202)	30.208	(381.087)
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—	(7.363)	(2.988)	(10.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	(3.910.259)	(167.287)	(9.201)	(1.028.608)	(411.430)	(5.526.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	977.307	8.425.082	—	54.207	519.915	68.785	10.045.296
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.132.817	15.706.265	211.895	57.439	575.459	97.623	17.781.498

(i) Transferências do ativo de contrato, o montante contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

(ii) Contempla o montante de R\$ 142.316 referente a baixa de ativos totalmente depreciados.

Notas Explicativas

a) Métodos de amortização e vidas úteis

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2021	31/12/2020
Comgás ⁽ⁱ⁾	2,00%	8.953.495	8.425.082
Rumo ⁽ⁱⁱ⁾	1,59%	6.752.770	—
		15.706.265	8.425.082
Licença de operação portuário	3,70%	211.895	—
		211.895	—
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	57.439	54.207
		57.439	54.207
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	276.811	210.038
Moove	5% a 20%	297.286	309.877
Outros	20,00%	1.362	—
		575.459	519.915
Outros			
Licença de software	20,00%	46.770	18.478
Outros	20,00%	50.853	50.307
		97.623	68.785
Total		16.648.681	9.067.989

- (i) Ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão;
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079.

b) Teste de redução ao valor recuperável para Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) que contêm ágio

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (“UGC”) como segue:

Notas Explicativas

	31/12/2021	31/12/2020
UGC Moove	916.742	882.373
UGC Compass	94.891	94.891
UGC Rumo	100.451	-
UGC Cosan outros negócios	20.733	43
	1.132.817	977.307

Em geral, as projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia aplicam taxas de crescimento de 3% (3,3% em 2020), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em particular.

Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa antes de impostos para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, foram entre 8,3% a 12,2% (entre 8,3% e 9,3% em 2020).

O teste anual de *impairment*, utilizou premissas das quais listamos algumas:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	1,46%
Inflação (BR)	3,00%
Inflação (US)	2,16%
Inflação (UK)	2,04%
Prêmio de risco país (BR)	3,68%
Prêmio de risco país (UK)	0,51%
Prêmio de risco país (ARG)	10,21%
Prêmio de risco mercado	5,63%
Alíquota de imposto (BR)	34,00%
Alíquota de imposto (UK)	19,00%
Alíquota de imposto (ARG)	30,00%

Em 31 de dezembro de 2020, a UGC de Logística constituiu provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$143.987 referente à concessão da Rumo Malha Oeste S.A. ("Rumo Malha Oeste"), sendo R\$143.018 referente ao ativo imobilizado e R\$966 refere-se ao direito de uso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas mudanças nas avaliações de 2020 para uma reavaliação da provisão. Adicionalmente, a

Notas Explicativas

administração protocolou o pedido de relicitação para que Rumo Malha Oeste estendesse o período de concessão e, assim, voltar a investir na malha ferroviária.

Em 31 de dezembro de 2021, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas-chave, conforme descrito acima, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes quando essa recuperação é testada e, portanto, não é possível determinar se novas reduções ao valor recuperável ocorrerão no futuro e, se ocorrerem, se elas seriam materiais.

10.3 Ativo de contrato

Política contábil

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Comgás	Moove	Total
Valor de custo:			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	594.601	5.940	600.541
Adições	885.631	571	886.202
Transferência para intangível ⁽ⁱ⁾	(793.542)	2.737	(790.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686.690	9.248	695.938
Adições	1.020.176	37.203	1.057.379
Baixas	—	(25.439)	(25.439)
Transferência para intangível ⁽ⁱ⁾	(1.021.896)	—	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	684.970	21.012	705.982

- (i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

Notas Explicativas

a) Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a controlada indireta Comgás capitalizou R\$33.829 a uma taxa média ponderada de 8,45% a.a. (R\$ 36.522 a uma taxa média ponderada de 7,40% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

10.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

A subsidiária Rumo, avaliou suas concessões ferroviárias no âmbito da interpretação IFRIC 12 / CPC 01 *Contratos de Concessão* e, por não atender os termos dentro do alcance dessa interpretação, resgitou seus contratos de concessão como direito de uso.

Notas Explicativas

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias (i)	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	54.715	6.315	—	—	—	—	61.030	21.618
Adições	30.023	10.202	—	—	—	—	40.225	9.001
Reajustes contratuais	1.036	—	—	—	—	—	1.036	1.035
Efeito de conversão de balanço	9.197	(707)	—	—	—	—	8.490	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	94.971	15.810	—	—	—	—	110.781	31.654
Reorganização societária (nota 1.1)	282.565	31.857	937.268	87.028	13.925	7.440.652	8.793.295	11.561
Combinação de negócios (nota 8.2.1)	3.240	—	—	—	—	—	3.240	—
Adições	73.039	47.097	43	—	15.219	15.108	150.506	6.314
Reajustes contratuais	41.663	47.960	1.299	—	41	304.213	395.176	—
Baixas	(12.121)	(2.836)	—	—	—	—	(14.957)	—
Transferências	(230.004)	—	—	—	—	40.340	(189.664)	—
Efeito de conversão de balanço	1.530	2.561	—	—	(86)	—	4.005	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	254.883	142.449	938.610	87.028	29.099	7.800.313	9.252.382	49.529
Valor de amortização:								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(8.033)	(1.592)	—	—	—	—	(9.625)	(2.933)
Adições	(6.088)	(6.365)	—	—	—	—	(12.453)	—
Baixa	(3.913)	—	—	—	—	—	(3.913)	(3.912)
Efeito de conversão de balanço	(1.072)	506	—	—	—	—	(566)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(19.106)	(7.451)	—	—	—	—	(26.557)	(6.845)
Reorganização societária (nota 1.1)	(100.177)	(6.759)	(362.498)	(13.252)	(13.618)	(478.741)	(975.045)	(3.131)
Adições	(29.561)	(15.771)	(36.720)	(3.707)	(1.542)	(276.965)	(364.266)	(5.382)
Transferências	77.310	—	—	—	—	(20.930)	56.380	—
Baixas	3.880	2.229	—	—	—	—	6.109	—
Efeito de conversão de balanço	(265)	(1.506)	—	—	35	—	(1.736)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(67.919)	(29.258)	(399.218)	(16.959)	(15.125)	(776.636)	(1.305.115)	(15.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.865	8.359	—	—	—	—	84.224	24.809
Saldo em 31 de dezembro de 2021	186.964	113.191	539.392	70.069	13.974	7.023.677	7.947.267	34.171

- (i) Em 16 de junho de 2021, a controlada Rumo exerceu opção de compra sobre Terminal Ferroviário de Rondonópolis no valor de R\$184.100 (custo histórico), que está sendo arrendado para a subsidiária Rumo Malha Norte S.A.

Notas Explicativas

10.5 Propriedades para investimentos

Política contábil:

As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado à data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado. A receita da venda de propriedades agrícolas não é reconhecida no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável; (iii) a receita possa ser mensurada de forma confiável; e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento na propriedade. Ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas.

O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os inputs não observáveis significativos variam entre 6,5% a.a. e 9% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos, e é periodicamente, revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

Notas Explicativas

Os saldos das propriedades para investimentos estão demonstrados abaixo:

	Propriedades para investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—
Aquisição de subsidiária (nota 8.2)	3.875.752
Variação do valor justo, líquido	17.116
Provisão ITBI	(6.450)
Outros	278
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.886.696

11 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a subsidiária Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 7.745.842 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

12 Concessões a pagar e compromissos

Política contábil:

São registrados nessa conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 10.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Notas Explicativas

	31/12/2021
Arrendamento e concessão em litígio:	
Rumo Malha Paulista	55.170
Rumo Malha Oeste	1.747.233
	1.802.403
Arrendamentos parcelados:	
Rumo Malha Paulista	1.145.450
	1.145.450
Concessões:	
Rumo Malha Sul	85.713
Rumo Malha Paulista	20.682
	106.395
Total	3.054.248
Circulante	160.771
Não circulante	2.893.477

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Processo de Relicitação"), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais relativos às ações acima totalizam R\$ 22.119.

Arrendamentos e outorgas enquadradas no IFRS16 (Nota 5.8)

	31/12/2021
Arrendamentos:	
Rumo Malha Sul	623.155
Rumo Malha Paulista	508.169
Rumo Malha Oeste	216.101
Elevações Portuárias	97.046
Portofer	13.921
	1.458.392

Notas Explicativas

Outorgas:	
Rumo Malha Paulista (renovação)	590.594
Malha Central	614.410
	1.205.004
Total	2.663.396
Circulante	274.774
Não circulante	2.388.622

Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão dos quais a Rumo, por meio de suas subsidiárias, geralmente incluem compromissos de execução de investimentos com determinadas características durante a vigência do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Rumo Malha Paulista, que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimentos para aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Desse montante, cerca de R\$3.000.000 correspondem às obrigações, cuja execução física foi de 16%.

O contrato de subconcessão da Rumo Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (um a três anos a partir da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2021, a execução física dos projetos de livro de obrigações era de 65%.

O contrato de concessão e arrendamento das elevações portuárias prevê investimentos destinados à melhoria e modernização das instalações e equipamentos nele alocados, estimados em R\$340.000. Até 31 de dezembro de 2021, a controlada havia realizado investimentos a um custo de R\$270.629.

Notas Explicativas

13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de débitos tributários	194.228	193.352	200.664	199.587
ICMS	—	—	278.351	182.227
COFINS	48.229	44.428	88.214	62.801
PIS	8.530	12.581	15.082	16.264
Encargos previdenciários	22.293	15.085	34.215	19.026
IRRF	—	—	11.024	5.915
Outros	3.099	1.155	55.559	28.151
	276.379	266.601	683.109	513.971
Circulante	134.956	125.368	536.220	367.076
Não circulante	141.423	141.233	146.889	146.895
	276.379	266.601	683.109	513.971

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
de 13 a 24 meses	3.654	4.440	4.370	5.131
de 25 a 36 meses	798	2.452	1.514	3.143
de 37 a 48 meses	—	787	716	1.478
de 49 a 60 meses	—	—	716	691
de 61 a 72 meses	136.971	133.554	137.687	134.151
de 73 a 84 meses	—	—	716	691
de 85 a 96 meses	—	—	716	691
Acima de 96 meses	—	—	454	919
	141.423	141.233	146.889	146.895

Notas Explicativas

14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Notas Explicativas

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas Explicativas

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.495.300	674.465	5.900.023	1.166.665
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(1.868.402)	(229.318)	(2.006.008)	(396.666)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial ⁽ⁱ⁾	2.364.014	430.613	1.734.521	203.491
Resultado de empresas no exterior	(7.880)	—	(40.172)	(16.020)
Lucro da exploração	—	—	134.245	—
Transações com pagamento baseado em ações	450	9.511	450	9.511
Juros sobre capital próprio	(55.052)	(9.285)	(72.804)	(24.773)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(28.083)	(3.687)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	(160.126)	(9.591)
Benefício ICMS - extemporâneo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	290.745	—
Benefício ICMS - período corrente ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	118.107	—
Diferença de alíquota	—	—	5.577	—
Efeito de amortização do ágio	—	—	1.059	—
Amortização dos efeitos na formação da JV ^(iv)	402.571	—	402.571	—
Outros ^(v) ^(vi)	(207.785)	(24.128)	70.671	(20.116)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	627.916	177.393	450.753	(257.851)
Taxa efetiva - %	(11,43%)	(26,30%)	(7,64%)	22,10%

- (i) A equivalência, no montante de R\$129.792, referente a amortização da mais valia da Raízen, é tratada como diferença temporária.

Notas Explicativas

- (ii) No ano corrente, a subsidiária Comgás reconheceu crédito extemporâneo no montante de R\$ 358.898 (R\$ 290.745 principal e R\$ 68.152 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no exercício, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL dos anos de 2015, 2016 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Companhia levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido.
- (iii) Após 1 de janeiro de 2021, a subsidiária Comgás mudou seu procedimento fiscal, passando a excluir o benefício da redução da base de cálculo do ICMS, concedida pela Estado de São Paulo, diretamente da apuração de IR e CS do exercício corrente.
- (iv) Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a amortização das mais valia por conta do ganho registrado na formação da Raízen.
- (v) No exercício a Companhia reverteu o IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$284.738, sobre os juros da *put option* na operação de investimento, que envolvia a Cosan Investimentos e Participações e os bancos, em decorrência da sua liquidação da *put option*.
- (vi) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia e suas subsidiárias o montante de R\$370.564.

Notas Explicativas

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	529.834	508.453	2.987.069	721.115
Base negativa de contribuição social	191.274	183.576	1.087.742	250.209
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.482.132	1.312.239	1.667.500	1.367.496
Provisão para demandas judiciais	82.440	64.407	374.369	91.535
Provisão <i>impairment</i> (Rumo Malha Oeste)	—	—	193.207	—
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	160.082	200.461
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	—	—	28.948	16.664
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	81.918	38.684
Transações com pagamento baseado em ações	17.479	11.929	50.114	16.786
Arrendamento mercantil	1.998	—	431.629	(3.245)
Provisões de participações no resultado	17.507	2.773	111.931	32.022
Juros sobre obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiária	—	167.412	—	167.412
Provisões diversas	179.449	190.191	401.423	258.269
Outros ⁽ⁱ⁾	75.049	—	300.307	8.076
Total	2.584.147	2.447.965	7.876.239	3.165.484
(-) Créditos sem expectativa de realização ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	(2.483.035)	(21.133)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Revisão de vida útil	—	—	(53.347)	(230.098)
Combinação de negócios - Imobilizado	—	—	(15.976)	(37.547)
Ágio fiscal	44.012	44.012	(331.404)	(300.114)
Resultado não realizado com derivativos	(748.873)	(790.888)	(1.034.373)	(836.629)
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	(127.318)	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	(62.593)	—
Propriedades para investimento	—	—	(100.197)	—
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(668.508)	(1.200.871)	(668.508)	(1.200.871)
Amortização de valor justo - Intangível	—	—	(3.551.836)	(1.054.417)
Provisão para realização - Ágio registrado no PL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(449.153)	(449.153)	(449.153)	(449.153)
Outros	16.061	2.967	235.073	322.861
Total	(1.806.461)	(2.393.933)	(6.159.632)	(3.785.968)
Total de tributos diferidos registrados	777.686	54.032	(766.428)	(641.617)
Diferido ativo	777.686	54.032	3.051.628	629.591
Diferido passivo	—	—	(3.818.056)	(1.271.208)
Total diferido, líquido	777.686	54.032	(766.428)	(641.617)

Notas Explicativas

- (i) Refere-se principalmente às despesas pré-operacionais adicionadas na Malha Central.
- (ii) Refere-se prejuízos fiscais e diferenças temporárias das concessionárias Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para o reconhecimento do referido imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributário.
- (iii) Provisão para realização contábil de perda fiscal reconhecida na contribuição de capital em empresa controlada.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	77.769	266.609
1 a 2 anos	77.769	277.527
2 a 3 anos	77.769	322.779
3 a 4 anos	77.769	329.506
4 a 5 anos	77.769	350.582
5 a 8 anos	233.305	976.496
8 a 10 anos	155.536	528.129
Total	777.686	3.051.628

Notas Explicativas

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

	Controladora						
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamento mercantil	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	250.190	—	4.223	263.949	—	925.567	1.443.929
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	440.791	—	(1.450)	(24.943)	—	80.670	495.068
Outros resultados abrangentes	1.048	—	—	34.506	—	—	35.554
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	473.414	473.414
Saldo em 31 de dezembro de 2020	692.029	—	2.773	273.512	—	1.479.651	2.447.965
Creditado / cobrado do resultado do exercício	23.201	(9.620)	32.213	(4.706)	1.998	(92.363)	(49.277)
Reconhecidos no patrimônio líquido	5.878	9.620	—	68	—	—	15.566
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	169.893	169.893
Saldo em 31 de dezembro de 2021	721.108	—	34.986	268.874	1.998	1.557.181	2.584.147

	Controladora			
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(1.135.036)	(446.024)	(21.823)	(1.602.883)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	(344.864)	(446.186)	(791.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.135.036)	(790.888)	(468.009)	(2.393.933)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	466.528	42.015	(1.555)	506.988
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	80.484	80.484
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(668.508)	(748.873)	(389.080)	(1.806.461)

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	474.815	214.496	26.196	422.216	243	994.944	2.132.910
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	495.461	14.958	10.683	(39.640)	(3.488)	(6.108)	471.866
Outros resultados abrangentes	1.048	(28.993)	—	34.505	—	39.931	46.491
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	514.217	514.217
Saldo em 31 de dezembro de 2020	971.324	200.461	36.879	417.081	(3.245)	1.542.984	3.165.484
Reorganização societária (nota 1.1)	2.638.980	—	29.389	584.013	(18.706)	995.740	4.229.416
Creditado / (cobrado) do resultado do exercício	458.585	(12.737)	95.777	88.832	453.580	(1.635.166)	(551.129)
Outros resultados abrangentes	—	(27.642)	—	—	—	20.107	(7.535)
Reconhecidos no patrimônio líquido	5.878	—	—	68	—	(10.221)	(4.275)
Combinação de negócios (nota 8.2.1)	44	—	—	(10.129)	—	—	(10.085)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	1.054.363	1.054.363
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.074.811	160.082	162.045	1.079.865	431.629	1.967.807	7.876.239

	Consolidado							
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Créditos não registrados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(1.135.036)	(1.089.907)	(533.671)	(257.436)	—	(233.865)	(8.817)	(3.258.732)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	—	35.490	(303.222)	27.338	—	(295.392)	(12.316)	(548.102)
Operação descontinuada	—	—	264	—	—	—	—	264
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	(531)	—	(531)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.135.036)	(1.054.417)	(836.629)	(230.098)	—	(529.788)	(21.133)	(3.807.101)
Reorganização societária (nota 1.1)	—	(2.545.467)	(801.495)	652.716	215.862	(66.441)	(2.322.732)	(4.867.557)
Creditado / (cobrado) do resultado do exercício	466.528	48.048	400.200	(456.452)	(343.180)	162.557	(139.170)	138.531
Outros resultados abrangentes	—	—	203.551	—	—	(127.294)	—	76.257
Combinação de negócios (nota 8.2.1)	—	—	—	(19.513)	—	(163.284)	—	(182.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(668.508)	(3.551.836)	(1.034.373)	(53.347)	(127.318)	(724.250)	(2.483.035)	(8.642.667)
Total impostos diferidos reconhecidos								(766.428)

Notas Explicativas

15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 em relação a:

Provisão para demandas judiciais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	164.652	155.610	647.610	555.958
Cíveis, ambientais e regulatórias	123.420	75.001	585.034	200.597
Trabalhistas	73.787	78.208	411.417	131.239
	361.859	308.819	1.644.061	887.794

Depósitos judiciais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	312.031	296.223	500.484	414.413
Cíveis, ambientais e regulatórias	86.192	50.027	169.857	81.420
Trabalhistas	33.368	34.477	252.720	48.393
	431.591	380.727	923.061	544.226

Notas Explicativas

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	163.793	56.001	81.584	301.378
Provisionado no exercício	1.826	24.886	12.653	39.365
Baixas por reversão / pagamento	(8.974)	(11.749)	(16.930)	(37.653)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(1.035)	5.863	901	5.729
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.610	75.001	78.208	308.819
Provisionado no exercício	13.174	47.580	9.815	70.569
Baixas por reversão / pagamento	(3.298)	(23.047)	(17.240)	(43.585)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(834)	23.886	3.004	26.056
Saldo em 31 de dezembro de 2021	164.652	123.420	73.787	361.859

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	510.174	195.446	167.608	873.228
Provisionado no exercício	23.941	31.345	18.539	73.825
Baixas por reversão / pagamento	(10.044)	(40.171)	(40.144)	(90.359)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	31.887	13.977	(14.764)	31.100
Saldo em 31 de dezembro de 2020	555.958	200.597	131.239	887.794
Reorganização societária (nota 1.1)	79.494	170.122	247.958	497.574
Provisionado no exercício	24.511	100.000	103.115	227.626
Baixas por reversão / pagamento	(15.271)	(57.981)	(108.410)	(181.662)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	2.918	172.296	37.515	212.729
Saldo em 31 de dezembro de 2021	647.610	585.034	411.417	1.644.061

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Notas Explicativas**a) Perdas prováveis**

Tributárias: Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compensação com FINSOCIAL	—	—	300.470	296.445
INSS	61.439	63.109	97.847	73.835
Crédito de ICMS	23.166	28.440	85.965	42.272
PIS e COFINS	26.343	254	28.427	254
IPI	43.461	53.707	43.461	53.697
IRPJ e CSLL	1.103	900	8.553	9.508
Outros	9.140	9.200	82.887	79.947
	164.652	155.610	647.610	555.958

- **Processos trabalhistas:** a Companhia e suas subsidiárias também integram o pólo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; alegando supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária em relação aos prestadores de serviço; e outros. Além disso, a Companhia também tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho com alegação de suposto descumprimento de normas trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Existem Termos de Ajustamento de Conduta assinados com as autoridades brasileiras.

Notas Explicativas

- **Processo Cíveis, Ambientais e Regulatório:** A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Cíveis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é provável.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado ⁽ⁱ⁾	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	4.652.106	4.525.112	14.647.917	9.761.688
Cíveis, ambientais e regulatórias	900.472	936.634	6.939.743	1.710.495
Trabalhistas	22.748	39.522	859.830	77.130
	5.575.326	5.501.268	22.447.490	11.549.313

(i) Com a reorganização societária detalhada na nota 1.1, os processos foram incorporados e passam a ser consolidados.

As principais variações dos saldos das contingências possíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são decorrentes da reorganização societária (nota 1.1) geradas pela subsidiária Rumo e controladas. Abaixo a descrição dos principais processos relativos aos saldos incorporados:

Cíveis, ambientais e regulatórias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis ^{(i) (ii) (iii) (vii) (viii)}	860.971	889.058	4.221.797	1.463.940
Ambientais ^{(iv) (v)}	39.459	47.537	1.472.542	172.218
Regulatórios ^(vi)	42	39	1.245.404	74.337
	900.472	936.634	6.939.743	1.710.495

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos na esfera cível, ambiental e regulatória cujo prognóstico de perda é possível. No cível, a carteira de processos é composta em sua maioria de demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual. No ambiental, os processos versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e ações civis públicas. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo casos relevantes:

- (i) A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. são partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos soma a quantia de R\$1.128.164. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que às Companhias teriam dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização. A Rumo apresentou reconvenção, por meio da qual pretende que seja reconhecida a improcedência dos pleitos da parte contrária, bem como a responsabilidade da parte contrária em arcar com as perdas e danos decorrentes de sua rescisão imotivada. Houve prolação de laudo arbitral, o qual pende de liquidação. O Procedimento Arbitral encontra-se suspenso até que seja resolvida questão relativa a suposta parcialidade de um dos Árbitros. Os valores encontram-se classificados como contingência possível.
- (ii) A Rumo Intermodal, quando da assunção de atividades empresariais de outra Companhia, não pertencente ao Grupo, assumiu a responsabilidade de pagamento relacionada à processo judicial decorrente de discussão de marca, cujo valor envolvido é de R\$167.765. Houve redução equitativa do valor para R\$15.000, tendo havido recurso de ambas as partes. Caso esta terceira companhia perca a demanda e seja obrigada a realizar pagamento poderá acionar a Rumo em regresso, fundado em tal obrigação. O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença, sendo constituída provisão para R\$15.237 da demanda.

Notas Explicativas

- (iii) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC (Termo de Ajuste de Conduta), uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Rumo Malha Sul realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. A contingência total do caso é de R\$103.907, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (iv) Em novembro de 2021 o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Rumo ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.172, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a subsidiária ajuizou ação anulatória de tal decisão. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.
- (v) A Rumo Malha Sul ajuizou ação em face da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) visando impedir a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal) em razão de alegados débitos de parcelas trimestrais do contrato de concessão, as quais não foram pagas em razão de compensação realizada com débitos trabalhistas que eram de obrigação da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Houve decisão favorável à Rumo, impedindo a inscrição no CADIN, bem como afirmando ser possível a realização da compensação de valores. Atualmente, aguarda-se a

Notas Explicativas

- realização do levantamento de créditos e débitos para compensação de forma administrativa. O valor envolvido é de R\$127.820.
- (vi) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$140.098.
- (vii) A subsidiária Moove, foi citada no último ano, na Ação Civil Pública que visa o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da Companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACP's em face de diferentes empresas e o valor original atribuído pelo Ministério Público é de R\$288.000. Apresentamos Contestação demonstrando que a subsidiária não utilizou do mencionado aterro e, no momento, aguarda-se o julgamento de mérito. O risco é inestimável, visto que há necessidade da realização de liquidação de sentença para verificação e definição da responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na ação.
- (viii) A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, onde requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios que seriam devidos aos autores e que importariam em valores próximos a R\$280.000. Em 05 de fevereiro de 2020, foi prolatada sentença de improcedência. O processo aguarda julgamento de Recurso de Apelação dos Autores e Recurso Adesivo da Companhia para majoração da condenação em verbas sucumbenciais.
- **Processo Cíveis, Ambientais e Regulatório:** A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Cíveis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é possível.

Notas Explicativas**Tributárias:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganho de capital ⁽ⁱ⁾	—	—	29.516	—
Multa isolada - Tributos federais ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	461.747	—
IRPJ/CSLL ^{(iii) / (xii)}	822.039	632.758	5.404.264	3.834.562
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias ^(iv)	1.386.895	1.401.922	2.877.144	1.922.374
IRRF ^(v)	1.344	1.331	1.251.394	1.093.718
PIS e COFINS ^(vi)	1.242.960	1.270.095	2.368.123	1.314.144
Operações financeiras no exterior ^(vii)	—	—	8.450	—
MP 470 parcelamento de débitos ^(viii)	243.115	241.224	398.184	241.224
Plano de Opção de Compra de Ações ^(ix)	—	—	65.260	—
IOF s/ Mútuo ^(x)	—	—	136.286	—
Compensações com crédito prêmio ^(xi)	139.387	137.976	186.048	137.976
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	347.953	314.312	492.025	455.121
INSS	110.213	155.143	180.533	210.357
Outros	358.200	370.351	788.943	552.212
	4.652.106	4.525.112	14.647.917	9.761.688

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Rumo relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, a subsidiária teve êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A subsidiária Rumo foi autuada em razão da descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

Notas Explicativas

- (iii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a subsidiária teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL. (d) cobrança decorrente do indeferimento de pedido de restituição/compensação de débitos da empresa pela suposta insuficiência de crédito de Saldo Negativo de IRPJ/CSLL.
- (iv) a) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito

Notas Explicativas

considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996. b) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia e suas subsidiárias contestam as autuações e demonstram ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea. d) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS na subsidiária Rumo estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição

Notas Explicativas

de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da subsidiária e h) e multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.

- (vii) Auto de Infração lavrado em face da Rumo para exigir diferenças de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSLL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSLL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSLL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSLL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSLL realizada a título de CSLL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.
- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram

Notas Explicativas

suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

- (ix) Autos de infração lavrados contra subsidiária Rumo para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens
 - a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela Rumo e suas investidas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.
 - b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.
- (xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao

Notas Explicativas

contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- (xii) Em 5 de novembro de 2012, a Provence Participações S.A. (“Provence”), empresa controlada pela Cosan S.A., adquiriu a Comgás da BG Gás São Paulo Investments BV (“BG”) por R\$3.400.000 e registrou um ágio de R\$2.482.767. Em 19 de dezembro de 2012, a Comgás incorporou a Provence e, como consequência, a Comgás registrou ativos fiscais diferidos no valor de R\$844.141, relacionados ao ágio anteriormente registrado na Provence. Em abril de 2016, a Comgás recebeu autos de infração das autoridades fiscais brasileiras, relativos aos exercícios findos em 2013 e 2014, referentes à amortização do ágio pago pela aquisição na incorporação reversa. Em 14 de fevereiro de 2020, a Comgás recebeu autos de infração dos exercícios findos em 2015 e 2016, no montante de R\$1.228.416. Em 13 de setembro de 2021, a subsidiária Comgás foi notificada da lavratura de auto de infração para a cobrança de IRPJ e CSL relativos aos anos-calendário de 2017 e 2018, acrescido de multa qualificada e juros, no montante de R\$ 785.366. A Receita Federal do Brasil entendeu que a Comgás teria (i) amortizado indevidamente ágio pago na sua aquisição pela Provence Participações S.A; (ii) deduzido JCP em excesso, devido à amortização indevida do ágio; e (iii) deixado de recolher corretamente as estimativas mensais de IRPJ e CSLL. Os advogados da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como: (i) possível para a cobrança do IRPJ/CSL, multa de ofício, multa isolada pela falta de recolhimento das estimativas e juros, e (ii) remota para a multa qualificada.

Os advogados da Companhia e suas controladas avaliaram a probabilidade de perda como possível, com viés de perda remota e, portanto, nenhuma provisão foi registrada conforme o CPC 25 / IAS 37.

Não identificamos efeitos da *IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Trabalhista:

Uma das subsidiárias da Rumo, a Rumo Malha Paulista, atualmente é parte em uma Ação Civil Pública que tramita perante a Justiça do Trabalho. Esse processo teve origem em fiscalização realizada em face da empresa MS Teixeira, que foi subcontratada pela Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”) que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão. A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela condição desses empregados, incluindo responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. Foram realizadas pela Prumo Engenharia as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, que foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, destacando-se que não houve qualquer participação da Rumo nesses atos. Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. Não obstante o exposto, O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a subsidiária em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$15.000. Além de demonstrar que a Rumo não teve participação na prática das irregularidades, a subsidiária entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

Notas Explicativas

16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito é de R\$ 6.365.853 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 5.727.478 em 31 de dezembro de 2020, inteiramente integralizado, é representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 7.000.000.

Em 6 de maio de 2021, a Companhia efetivou o desdobramento das ações de emissão, na proporção de 1:4, sem alteração do capital social. O desdobramento das ações foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Composição acionária	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Grupo de controle	672.762.132	35,90%
Administradores	25.285.335	1,35%
Free float	1.170.582.693	62,46%
Total de ações	1.868.630.160	99,71%
Ações em tesouraria	5.440.772	0,29%
Total	1.874.070.932	100,00%

Notas Explicativas

Como consequência da reorganização societária detalhada na nota 1.1, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 638.375, além do efeito de redução na reserva de capital no montante de R\$ 1.400.557.

b) Ações em tesouraria

Política contábil

Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela empresa e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan detém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseado em ações dos funcionários e o volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 5.440.772 ações em tesouraria (11.749.038 ações em 31 de dezembro de 2020), cujo preço de mercado era de R\$21,69. Essa redução refere-se: (i) aos cancelamentos de 10.000.000 ações, equivalente a R\$ 496.916 decorrente do processo de reestruturação societária conforme apresentado na nota 1.1, efetivado em 02 de fevereiro de 2021, (ii) desdobramento das ações de emissão da Companhia em 30 de abril de 2021, de 1:4, (iii) recompra de 60.000 ações equivalente a R\$ 4.778, (iv) entrega de 1.393.156 ações para os membros dos planos de remuneração baseada em ações e (v) alienação de 363.263 ações equivalentes a R\$4.603 para os membros dos planos de remuneração baseada em ações. O valor do caixa recebido de R\$8.428 dos executivos gerou um ganho de R\$3.825 na rubrica de reserva de capital.

Em 26 de março de 2021, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, no máximo de 68.000.000 ações, representando 5,89% do total de ações disponíveis no mercado, com o prazo limite até 25 de setembro de 2022, com objetivo de manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação.

Notas Explicativas

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

d) Reserva Legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

e) Dividendos

Política contábil:

O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas

i. A pagar

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	6.123.216
Constituição da reserva legal – 5%	(306.160)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	5.817.056
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(1.454.263)
Reserva estatutária	4.362.793
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	588.753
Dividendos do exercício	202.316
Dividendos pagos	(574.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	216.929
Dividendos interinos exercício corrente	412.131
Dividendos do exercício	1.454.263
Dividendos eliminados na incorporação (nota 1.1)	(148.030)
Dividendos pagos	(1.181.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	754.282

ii. A receber

	Investimentos em associadas	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Controladora			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.200	77.494	160.694
Dividendos propostos	782.209	30.745	812.954
Acervo incorporado CIP	—	808.289	808.289
Juros sobre capital próprio propostos	52.360	189.378	241.738
Dividendos recebidos	(895.022)	(588.562)	(1.483.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.747	517.344	540.091

	Investimentos em associadas	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Consolidado			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67	77.494	77.561
Dividendos propostos	18.980	1.070.201	1.089.181
Juros sobre capital próprio proposto	—	189.378	189.378
Dividendos recebidos	(16.426)	(819.729)	(836.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.621	517.344	519.965

Notas Explicativas

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2020	Resultado abrangente	31/12/2021
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(761.203)	(601.415)	(1.362.618)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	782.899	310.467	1.093.366
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(363.375)	63.382	(299.993)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	123.547	(21.550)	101.997
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	26.256	2.269	28.525
Total	(237.507)	(246.847)	(484.354)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(252.610)	(268.999)	(521.609)
Acionistas não controladores	15.103	22.152	37.255

	31/12/2019	Resultado abrangente	31/12/2020
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(234.575)	(526.628)	(761.203)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	50.184	732.715	782.899
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(202.444)	(37.384)	(239.828)
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	25.979	277	26.256
Total	(406.487)	168.980	(237.507)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(349.501)	96.891	(252.610)
Acionistas não controladores	(56.986)	72.089	15.103

17 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e

Notas Explicativas

- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado na AGO o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1:4. Consequentemente, a média ponderada das ações está sendo ajustada para todos os exercícios apresentados.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	6.123.216	851.858
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das subsidiárias	(5.249)	(5.611)
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	6.117.967	846.247
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.834.533	1.542.344
Diluído do plano de opções de ações	4.687	4.248
Diluído	1.839.220	1.546.592
Resultado por ação		
Básico	R\$ 3,3378	R\$ 0,5523
Diluído	R\$ 3,3264	R\$ 0,5472

Instrumentos diluidores

A Companhia e suas subsidiárias têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

Instrumentos antidilutivos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 45.765.000 ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído, pois aumentam o lucro por ação.

Notas Explicativas

18 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A subsidiária Moove atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma, bem como na produção e distribuição de pellets de biomassa. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços.

Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita.

Notas Explicativas

ii. Receita faturada

A Companhia presta serviços de distribuição de gás através da subsidiária Comgás. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

iii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iv. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

v. Serviços prestados

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Notas Explicativas

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.

vi. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A subsidiária Compass Comercialização poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

Notas Explicativas

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de comercialização de energia

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

vii. Serviços de logística prestados

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a subsidiária transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam a subsidiária, bem como quando sua o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança.

Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

viii. Receita de arrendamentos

A receita de aluguel é reconhecida linearmente no prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à subsidiária, que podem ser medidas de forma confiável.

ix. Venda de propriedades para investimento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades da subsidiária. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas após eliminação das vendas dentro da subsidiária. A receita é reconhecida quando à subsidiária cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

Abaixo segue uma análise das vendas líquidas da Companhia e suas subsidiárias no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de produtos e serviços	29.301.594	16.727.788
Receita de construção	1.020.176	885.630
Impostos e deduções sobre vendas	(5.414.620)	(4.104.631)
Receita operacional líquida	24.907.150	13.508.787

Notas Explicativas

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	10.447.312	7.372.957
Comercialização de energia	620.495	775.479
Lubrificantes e óleo básico	5.546.093	4.283.704
Outros	278.217	59.146
	16.892.117	12.491.286
Ao longo do tempo		
Transportes	6.143.066	—
Elevação portuária	335.965	—
Receita de construção	1.020.176	885.630
Outros serviços	566.364	131.871
	8.065.571	1.017.501
Eliminações	(50.538)	—
Total das receitas líquidas	24.907.150	13.508.787

Notas Explicativas

19 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(4.610.773)	(3.137.178)
Custo com gás	—	—	(6.137.104)	(3.867.044)
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	(968.503)	(927.913)
Despesa com transporte ferroviário e elevação	—	—	(1.779.920)	—
Custo de transporte de gás natural	—	—	(1.074.441)	(753.603)
Outros transportes	—	—	(149.562)	(147.813)
Depreciação e amortização	(13.403)	(11.411)	(2.221.536)	(623.084)
Despesas com pessoal	(168.114)	(90.322)	(1.851.688)	(674.914)
Custo de construção	—	—	(1.020.176)	(885.630)
Despesas com serviços de terceiros	(34.601)	(32.413)	(699.808)	(310.290)
Despesas comerciais	—	—	(23.697)	(23.387)
Outras despesas	(79.358)	(47.272)	(800.864)	(399.193)
	(295.476)	(181.418)	(21.338.072)	(11.750.049)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(18.568.049)	(9.816.078)
Despesas com vendas	—	—	(716.210)	(927.346)
Gerais e administrativas	(295.476)	(181.418)	(2.053.813)	(1.006.625)
	(295.476)	(181.418)	(21.338.072)	(11.750.049)

Notas Explicativas

20 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cessão de direitos creditórios	—	(68.311)	—	(68.311)
Ganho de compra vantajosa (nota 8.2.1)	416.268	—	416.268	—
Ressarcimento de perdas do gás no processo	—	—	—	26.945
Créditos fiscais extemporâneos ⁽ⁱ⁾	14.136	29.823	287.013	29.823
Mudança no valor justo de propriedades para investimento (nota 10.5)	—	—	17.116	—
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(667)	(96)	6.774	(11.961)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(93.039)	62.756	(250.109)	59.309
Liquidação de disputas do processo de renovação da concessão ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	9.242	—
Outros	44.682	(35.626)	(98.864)	35.969
	381.380	(11.454)	387.440	71.774

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide nota 6.

(ii) Efeito referente reversão de passivos de arrendamento em litígio registrado, relativo aos créditos trabalhistas de ações judiciais de regresso, da subsidiária Rumo no montante de R\$52.963; e renúncia de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão, da subsidiária Comgás no montante de (R\$43.721).

Notas Explicativas

21 Resultado financeiro

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que no caso de títulos cotados é normalmente a data ex-dividendo.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(417.643)	(3.454)	(2.885.582)	(772.858)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(38.646)	—	(595.494)	(1.720.276)
Resultado com derivativos e valor justo	189.837	1.606.976	1.021.548	1.257.297
Amortização do gasto de captação	(7.513)	(4.412)	(119.894)	(5.916)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(45.988)	(19.763)
	(273.965)	1.599.110	(2.625.410)	(1.261.516)
 Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	 79.149	 53.049	 581.548	 261.218
	79.149	53.049	581.548	261.218
Custo da dívida, líquida	(194.816)	1.652.159	(2.043.862)	(1.000.298)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	46.355	59.181	410.499	173.206
Atualização de outros ativos financeiros	(43.081)	(208.901)	(43.081)	(208.901)
Juros sobre outras obrigações	(251.361)	(16.293)	(408.932)	(38.409)
Arrendamento mercantil	(4.086)	(4.125)	(353.852)	(7.590)
Juros sobre capital próprio	116.783	70.862	(8.288)	(2.526)
Juros sobre contingências e contratos	(25.799)	(30.568)	(299.132)	(131.703)
Despesas bancárias e outros	(27.982)	(25.774)	(63.704)	(19.178)
Variação cambial e derivativos não-dívida	(777.858)	(1.895.712)	34.067	(27.163)
	(967.029)	(2.051.330)	(732.423)	(262.264)
Resultado financeiro, líquido	(1.161.845)	(399.171)	(2.776.285)	(1.262.562)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(1.130.433)	(719.523)	(3.027.089)	(1.679.752)
Receitas financeiras	208.103	188.005	1.234.950	227.925
Variação cambial	(500.948)	(1.399.682)	(608.655)	(1.612.525)
Efeito líquido dos derivativos	261.433	1.532.029	(375.491)	1.801.790
Resultado financeiro, líquido	(1.161.845)	(399.171)	(2.776.285)	(1.262.562)

Notas Explicativas

22 Benefício pós-emprego

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia fornece plano de contribuição definida para todos os funcionários. Os ativos do plano são o plano Futura (Futura II - Entidade de Previdência Complementar) e o Plano de Pensões Comgás - PLAC. O Grupo não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

ii. Benefício definido

De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os participantes assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

Notas Explicativas

- a) maior sobrevida ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- b) ii. o retorno sobre o patrimônio líquido sob a taxa de desconto atuarial mais o IGP-DI acumulado; e
- c) Estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

iii. Plano médico

A subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição definida		
Futura II	190	129
Benefício definido		
Futura	198.761	163.972
Plano médico	470.524	564.576
	669.285	728.548
	669.475	728.677

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor das contribuições dos colaboradores aumentou para R\$217, (R\$150 em 31 de dezembro de 2020).

b) Benefício definido

Futura: A subsidiária CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores das contribuições totalizaram R\$ 5.166 (R\$ 7.044 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A duração média ponderada da obrigação é de 9,6 anos. Em 2022, a subsidiária espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 60.560 em relação ao seu plano de benefício definido; e

c) Plano médico

Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade.

Notas Explicativas

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores das contribuições totalizaram R\$ 25.169 (R\$ 26.804 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A duração média ponderada da obrigação é de 11,7 anos (14,9 anos em 2020).

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.249.156	1.249.630
Custo dos serviços correntes	487	540
Juros sobre obrigação atuarial	88.299	89.253
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(183.159)	(58.250)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	77.111	30.267
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pelas premissas demográficas	—	14
Benefícios pagos	(70.201)	(62.298)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.161.693	1.249.156
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(520.608)	(544.988)
Receitas de juros	(35.809)	(38.452)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	24.143	34.370
Contribuições do empregador	(30.336)	(33.836)
Benefícios pagos	70.202	62.298
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(492.408)	(520.608)
Passivo líquido de benefício definido	669.285	728.548

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços correntes	(487)	(540)
Juros sobre obrigação atuarial	(52.490)	(45.567)
	(52.977)	(46.107)

Notas Explicativas

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2021	31/12/2020
Montante acumulado no início do exercício	59.898	66.299
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	183.159	58.250
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(77.111)	(30.267)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pelas premissas demográficas	—	(14)
Ganhos atuariais decorrentes ativos maior que a taxa de desconto	(24.143)	(34.370)
Montante acumulado no final do exercício	141.803	59.898

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	484.847	99,99%	513.470	99,96%
Outros	48	0,01%	180	0,04%
	484.895	100,00%	513.650	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	8,64%	7,20%	9,09%	7,43%
Taxa de inflação	3,25%	3,00%	3,50%	3,50%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	6,60%	6,60%
Morbidade (<i>aging factor</i>)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,25%	3,00%	3,00%	6,60%
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,50%	-0,50%
Futura	(28.170)	30.525
COMGAS	(25.019)	27.708

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

23 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Notas Explicativas

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

A Companhia e suas subsidiárias possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

Planos anteriores à 2020

- (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- (ii) Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa) onde é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais e 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

Notas Explicativas

Outorgas realizadas em 2021

Programa de concessão de ações (liquidável em ações)

No exercício de 2021 foi estabelecido os seguintes Programas de Outorga:

Programa	Condições de aquisição de direito
Cosan - Investe I	3 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 200% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). As ações de performance terão um peso base específico, de acordo com a meta estabelecida pelo Conselho de Administração.
Cosan - Investe II	4 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 150% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). As ações de performance terão um peso base específico, de acordo com a meta estabelecida pelo Conselho de Administração.
Cosan - Investe III	5 anos de serviço a partir da outorga sendo entregues Ações Restritas e Ações Restritas adicionais. As Ações Restritas sendo equivalente a 25% do Programa de Incentivo de Longo Prazo do participante e as Ações Restritas adicionais transferidas em decorrência do <i>Matching</i> da Companhia.
Rumo - Programa especial 2021	5 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas.
Rumo - Plano de 2021	3 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 150% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%).

Nos referidos programas, os executivos têm direito a ações com contraprestação de R\$0,01 pelos executivos, em que a concessão está condicionada ao cumprimento de determinadas condições de aquisição de direitos. Os detentores de tais ações possuem os mesmos direitos que os detentores de ações não sujeitas a uma condição de aquisição (p.e. dividendos), sendo assim, o valor das ações outorgadas é igual ao valor das ações adquiridas.

Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa)

A subsidiária Compass realizou a outorga um plano de phantom shares que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Companhia, menos o preço da concessão.

Notas Explicativas

A subsidiária Moove concedeu um Plano de Incentivo de Longo Prazo “*Moove Phantom Shares*”. Trata-se de um plano de ações, no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais e 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

A provisão para pagamento futuro está sendo provisionada mensalmente com base nas projeções de EBITDA que são revisadas a cada trimestre.

Notas Explicativas

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (anos)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Programa de concessão de ações						
27/04/2017 ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan S.A.	5	1.096.000	(954.028)	141.972	9,25
31/07/2017	Cosan S.A.	5	1.192.428	(396.848)	795.580	8,06
31/07/2018	Cosan S.A.	5	842.408	(107.576)	734.832	9,65
31/07/2019	Cosan S.A.	5	229.020	(20.080)	208.940	12,46
31/07/2020	Cosan S.A.	5	68.972	(6.704)	62.268	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	3	424.839	—	424.839	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	4	5.283.275	(660.410)	4.622.865	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	5	809.944	—	809.944	23,20
			9.946.886	(2.145.646)	7.801.240	
20/04/2017	Comgás	5	61.300	(61.300)	—	51,36
12/08/2017	Comgás	5	97.780	(97.780)	—	54,25
01/08/2018	Comgás	5	96.787	(17.761)	79.026	59,66
31/07/2019	Comgás	5	83.683	(14.794)	68.889	79,00
01/02/2020	Compass Gás e Energia	5	1.858.969	(1.858.969)	—	13,58
			2.198.519	(2.050.604)	147.915	
02/01/2017	Rumo S.A.	5	1.476.000	(1.476.000)	—	6,10
01/09/2017	Rumo S.A.	5	870.900	(255.250)	615.650	10,42
01/08/2018	Rumo S.A.	5	1.149.544	(308.417)	841.127	13,94
15/08/2019	Rumo S.A.	5	843.152	(147.214)	695.938	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	5	776.142	(115.303)	660.839	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	5	1.481.000	(414.702)	1.066.298	20,85
15/09/2021	Rumo S.A.	3	1.560.393	(8.422)	1.551.971	18,20
			8.157.131	(2.725.308)	5.431.823	
Plano de remuneração baseado em ações (Modificação)						
18/08/2011 ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan S.A.	1 a 12	6.006.504	(6.006.504)	—	5,70
31/08/2015 ⁽ⁱ⁾	Cosan S.A.	5 a 7	463.906	(463.906)	—	19,96
			6.470.410	(6.470.410)	—	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019	Moove	5	132.670	—	132.670	6,74
31/07/2020	Moove	5	106.952	—	106.952	13,36
31/07/2021	Moove	3	80.729	—	80.729	8,29
01/08/2021	Compass Gás e Energia	2	26.625	—	26.625	27,27
01/08/2021	Compass Comercialização	2	31.535	—	31.535	27,27
01/08/2021	Compass Gás e Energia	3	152.770	—	152.770	27,27
01/08/2021	TRSP	3	33.634	—	33.634	27,27
01/11/2021	Comgás	3	172.251	—	172.251	27,27
01/11/2021	Compass Gás e Energia	3	1.474.367	—	1.474.367	27,27
			2.211.533	—	2.211.533	
Total			28.984.479	(13.391.968)	15.592.511	

Notas Explicativas

- (i) A Companhia em 02 de fevereiro de 2021 entregou 12.987 ações, equivalente ao montante de R\$ 645.
- (ii) A Companhia em 30 de setembro de 2021 entregou 1.088.554 ações, equivalente ao montante de R\$ 13.795. Em 31 de dezembro de 2021 entregou 203.752 ações, equivalente ao montante de R\$ 2.582.

a) Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 1º de janeiro de 2020	6.311.839
Outorgado	2.241.809
Exercidos	(2.549.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.004.029
Outorgado	11.531.359
Exercidos	(6.200.231)
Planos incorporados Rumo S.A.	4.532.761
Cancelados	(275.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.592.511

b) Mensuração de valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Programa de concessão de ações						
	Cosan S.A.		Compass		Comgás		Rumo
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Premissas chave:							
Preço de mercado na data de outorga	23,20	50,88	27,27	13,58	78,58	78,58	18,20
Taxa de juros	6,82%	6,82%	N/A	N/A	6,82%	6,82%	6,94%
Volatilidade	36,50%	36,50%	N/A	N/A	32,81%	32,80%	26,51%

Notas Explicativas

c) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram R\$ 81.424 e R\$22.700, respectivamente. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia liquidou a primeira parcela do Invest II, gerando uma despesa no montante de R\$ 19.472.

24 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes relevantes que tiveram início antes do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e concluídos após essa data, foram incluídos na nota de explicativa 1.2 para que os usuários das demonstrações financeiras tenham melhor compreensão desses eventos.

25 Normas contábeis recentes adotados pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Referência de taxa de juros Reforma (Fase 1 e 2) Alterações à CPC48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39 e CPC 40/ IFRS 7	As alterações modificaram os requisitos específicos de contabilidade de hedge para que as entidades possam continuar a prever fluxos de caixa futuros, assumindo que a taxa de juros de referência continua apesar das revisões em andamento da reforma da taxa de juros. Como resultado, não há exigência de uma entidade descontinuar as relações de hedge ou reavaliar as relações econômicas entre itens cobertos e instrumentos de hedge como resultado das incertezas da reforma de referência de taxa de juros.	Para a fase 1 e 2 não temos derivativos significativos que se refiram a uma taxa de juros referencial, portanto, essas alterações não tiveram impacto relevante na Companhia.
COVID-19 - Concessões de aluguel relacionadas (alteração para o CPC 06 / IFRS 16)	De acordo com o expediente prático, os arrendatários não são obrigados a avaliar se as concessões de aluguel elegíveis são modificações de arrendamento e, em vez	Não houve mudança na contraprestação para os arrendamentos que somos

Notas Explicativas

	disso, podem ser contabilizadas como se não fossem modificações de arrendamento. As concessões de aluguel são elegíveis para o expediente prático se ocorrerem como consequência direta da pandemia de COVID-19 e se todos os seguintes critérios forem atendidos: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revisada para o arrendamento que é substancialmente igual ou menor que a contraprestação do arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; e • não há alteração substancial nos outros termos e condições do arrendamento. A alteração é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de junho de 2020.	tanto arrendatários quanto arrendadores.
--	--	--

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não eram aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

26 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2021. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à CPC 48 / IFRS 9, CPC38 / IAS 39, CPC40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16 Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2021	As alterações são aplicáveis quando um referencial de taxa de juros existente é substituído por outro referencial de taxa de juros. As alterações fornecem um expediente prático para que as modificações nos valores de ativos e passivos como consequência direta da reforma de referência de taxa de juros e feitas em uma base economicamente equivalente (ou seja, quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais é a mesma), podem ser contabilizadas por apenas atualizando a taxa de juros efetiva. Adicionalmente, a contabilidade de hedge não é descontinuada apenas pela substituição de outro referencial de taxa de juros. As relações de hedge (e documentação relacionada) devem ser alteradas para refletir as modificações no item coberto, instrumento de hedge e risco coberto.
IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023	Esta norma introduz um novo modelo de contabilização de contratos de seguro. O trabalho continua para revisar os arranjos existentes para determinar o impacto na adoção.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cosan S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosan S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação do resultado por ação e divulgação de segmentos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa 17, em decorrência do desdobramento da quantidade de ações, a Companhia ajustou o resultado por ação e as respectivas notas explicativas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 41 – Resultado por Ação (IAS33 – Earnings per share). Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da mudança na estrutura de segmentos operacionais, a Companhia ajustou a divulgação de segmentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 22 – Informações por Segmento (IFRS 8 – Operating Segments). Nossa opinião não contém modificações relacionadas a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 18 às demonstrações financeiras, a receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber, nesta mesma data é de R\$975.588 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por segmento de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela administração, na alocação do volume de gás distribuído por segmento. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos à alocação da estimativa dos volumes de gás por segmento e as respectivas tarifas para cada segmento, de acordo com as tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (iii) o envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por segmento; ii) efetuamos o recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por segmento, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; iii) realizamos uma estimativa independente da alocação do volume de gás entre os segmentos considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por segmento calculada pela Companhia; iv) efetuamos a comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por segmento com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; v) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2022; vi) efetuamos procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; vii) examinamos a reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis; e (viii) analisamos a exatidão dos cálculos aritméticos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 18 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo de contrato e ativo intangível da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R\$684.970 mil e R\$8.953.495 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão. O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da administração.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) revisão das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) testes de capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 8.2.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu, em 3 de novembro de 2021, o controle de nove empresas do Grupo Radar por R\$ 1.572.352 mil e registrou essa combinação de negócios utilizando o método de aquisição, tendo apurado um ganho por compra vantajosa de R\$416.268 mil.

Esse assunto foi significativo para a nossa auditoria pelos julgamentos envolvidos na identificação e na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a consequente apuração de ganho por compra vantajosa. Adicionalmente, os valores envolvidos nessa transação são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; (ii) revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas; e iii) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela administração na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e do ganho por compra vantajosa.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia, foram adequadamente incluídas na nota

explicativa 8.2.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos apropriadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COSAN S.A.
CNPJ/ME 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem modificações, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2022.

MARCELO CURTI

VANESSA CLARO LOPES

EDISON CARLOS FERNANDES

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

COSAN S.A.
CNPJ/ME 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2021

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Cosan S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisito de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é composto por 3 (três) membros.

Todos os membros do Comitê são independentes, sendo que o Sr. José Alexandre Scheinkman também atua como membro do conselho de administração da Companhia, especialista financeiro e coordenador do Comitê.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, por supervisionar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pelo monitoramento da qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"). Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 18 de fevereiro de 2022 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê é responsável pela aprovação e monitoramento da execução do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria, Riscos e Controles Internos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2021:

O Comitê de Auditoria se reuniu-se 6 (seis) vezes no período de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e monitoramento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e Compliance;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração. Além disso, o Comitê reviu e aprovou a nova metodologia para classificação de severidade dos pontos de auditoria interna identificados;
- c) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;
- d) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- e) validação das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- f) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- g) realização de reuniões com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;
- h) entender e discutir com a Administração e os auditores independentes os PAAs (Principais Assuntos de Auditoria);

i) acompanhamento dos processos de controles internos da Cia.

Dessa forma, Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendaram a aprovação, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

José Alexandre Sckeinkman
Coordenador do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Os membros do Comitê de Auditoria da Cosan S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

José Alexandre Scheinkman Felício Mascarenhas
Coordenador do Comitê de Auditoria Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 18 de fevereiro de 2022, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., CRC-2SP034519/O-6.